

COMO O MANGUE VIROU CIDADE:
UM ESTUDO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA E A
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESPAÇO URBANO
NAS ÁREAS DE MANGUE EM JOINVILLE/SC

LILIANE MOSER

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

**COMO O MANGUE VIROU CIDADE:
UM ESTUDO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA E A
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESPAÇO URBANO
NAS ÁREAS DE MANGUE EM JOINVILLE/SC**

LILIANE MOSER

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Profa^a Doutora Luzinete Simões Minella, (Dra^a em Sociologia) como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE em Sociologia Política.

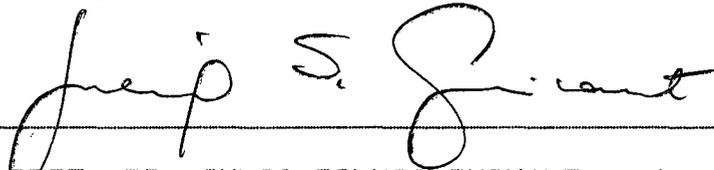
Florianópolis, outubro de 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

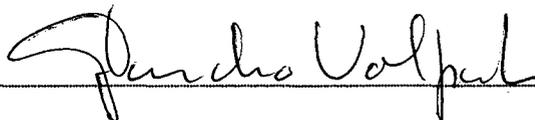
Esta dissertação foi julgada em sua forma final
pelo orientador e membros da banca examinadora,
composta pelos professores:



PROF^a DR^a LUZINETE SIMÕES MINELLA - Orientadora



PROF^a DR^a JULIA SILVIA GUIVANT - Membro



PROF^a DR^a TEREZINHA GASCHO VOLPATO - Membro

Para Wilson, doçura e força,
pedaço de mim.

AGRADECIMENTOS

O espaço dos agradecimentos é aquele onde, publicamente, registra-se pessoas importantes no processo de elaboração de um trabalho como este. Tenho clareza, que esta tarefa foi realizada coletivamente, pois levo em conta a disponibilidade dos informantes, o compromisso profissional e a contribuição afetiva das pessoas que me acompanharam neste processo. Portanto, agradeço:

Aos moradores da Vila Paranaense em Joinville, por dividirem comigo aspectos de seu cotidiano, pela acolhida e preciosas informações;

A equipe do Núcleo de Bacias Hidrográficas, pelo acesso facilitado aos dados, pela disponibilidade quando deles necessitei;

A Profa_a Luzinete, orientadora deste trabalho, pelo compromisso profissional que sempre demonstrou, pela crença na qualidade de meus escritos e principalmente pela tranquilidade que imprimiu ao processo de orientação;

Aos meus colegas de Mestrado, com que dividi reflexões e dúvidas; onde registro também, a inaceitável ausência prematura de Cleider, por ficarmos sem sua alegria contagiante, suas críticas refinadas e sua contribuição acadêmica.

A CAPES e ao CNPq, pela bolsa de estudos.

Aos amigos: Ana Paula e Rogério, Lorena e Ricardo, por

demonstrarem que a distância nem sempre desune. Pela força, pelo carinho.

A Edilane, pela luta constante em busca da felicidade, pelos momentos compartilhados, pela amizade que não esmorece;

A Vera, pela alegria característica, pelo ombro amigo e por acreditar que o mundo pode ser melhor;

A Elisete, que compartilhou diariamente os "difíceis" momentos de elaboração deste trabalho, pela leitura e sugestões "antropológicas" que transparecem no texto;

A Lisa, pelo estímulo, leitura e preciosas sugestões.

Aos professores do Departamento de Serviço Social da UNOESC - Chapecó: Mônica, Nuely, Cristhine, Claudete, Carme, M^a Salete, M^a Luiza, Edileusa, Dúnia, Raquel, Adriana e Marion. Pela acolhida, pelo exemplo do trabalho em grupo, pelo profissionalismo e a compreensão, diante das minhas angústias.

Aos alunos do curso de Serviço Social da UNOESC, com quem compartilho diariamente o desafio de aprender, por me ensinarem a sempre buscar mais;

A minha família: Alberto e Norma; Ligia, Leorei e Júlia; Sergio e Ana, Carlos e tia Nair, pelas cobranças que impulsionaram o término deste trabalho, pelo amor, por tudo.

E especialmente ao Vilson, presença constante e fundamental em minha vida, que compartilhou todos os momentos da elaboração deste trabalho - desde as reflexões iniciais, o trabalho de campo, a tabulação dos dados, até a redação definitiva. Pelo "olhar" antropológico, pela leitura e sugestões. E principalmente, pelo amor e o futuro, que juntos estamos construindo .

RESUMO

Este trabalho trata do processo de urbanização de áreas de mangue em Joinville/SC, privilegiando a discussão das condições de vida dos moradores da Vila Paranaense, no bairro Espinheiros, nesta cidade.

Na perspectiva de entender a ocupação dos mangues, procuro resgatar o processo de industrialização em Joinville e perceber suas implicações no crescimento populacional, bem como, na urbanização da cidade. Urbanização esta, caracterizada pela expansão da periferia e a criação de áreas segregadas.

E neste contexto que os manguezais surgem como "opção" de moradia para inúmeras famílias de trabalhadores, geralmente migrantes, que acabam por conviver com as dificuldades de residir em áreas impróprias à moradia.

Porém, estes manguezais sofrerão uma transformação em decorrência de um Programa de Preservação e Urbanização das Áreas de Mangue, executado pela Prefeitura de Joinville. As implicações deste Programa no espaço dos manguezais também será tema de análise neste trabalho.

ABSTRACT

This work is about the urbanization process of mangrove areas in Joinville/SC, emphasizing the discussion about the life conditions of the dwellers of Paranaense Village, in Espinheiros neighborhood, in this city.

At the perspective of understanding the occupation of the mangroves, I try to bring off the industrialization process in Joinville and realise its implications in the population growing, as well as , in the urbanization of the city.

This urbanization is characterized by the expansion of the periphery and creation of segregated areas.

And it is in this context that the mangrove areas spring up as an option of dwelling for numberless families of workers, generally migrants who end for living together with the difficulties of dwelling inappropriate areas.

But these mangrove areas will have a transformation in consequence of a preservation and urbanization program of the mangrove areas, performed by the city-hall of Joinville.

The implications of this program in the mangrove areas will be also a subject of analisis in this work.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I: JOINVILLE: DE COLONIA AGRICOLA DONA FRANCISCA A MANCHESTER CATARINENSE	21
1. Breve histórico da colonização	21
2. O processo de industrialização	28
3. O município e sua urbanização	36
CAPITULO II: O OUTRO LADO DA CIDADE: OS MANGUEZAIS E SEUS MORADORES	45
1. O processo de ocupação dos mangues	45
2. Manguezal: um espaço que se tornou moradia... ..	54
3. Reflexões acerca do crescimento urbano de Joinville	60
CAPITULO III: O COTIDIANO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MORADORES DE MANGUE	75
1. A vinda para Joinville	79
2. O mangue como espaço de moradia e suas carências	93
3. A vida em família	105
4. Caracterizando as condições de saúde	118

CAPITULO IV: A TRANSFORMAÇÃO DOS MANGUEZAIS: O PROJETO DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO DAS AREAS DE MANGUE	134
1. A criação do Projeto Mangues	137
2. Segunda fase do Projeto: objetivos e ações..	142
3. O Projeto Mangues chega a Vila Paranaense...	147
4. A transformação e a normatização do espaço..	150
5. As diferentes leituras do Projeto	163
6. Os moradores e suas percepções sobre o Projeto Mangues	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
BIBLIOGRAFIA	189
ANEXOS	199

SIGLARIO

AMUNESC	Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CASAN	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBRAE/SEPLAN	Centro de Apoio A Pequena e Média Empresa Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELESC	Central Elétrica de Santa Catarina
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EMBRACO	Empresa Brasileira de Compressores
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINTER	Ministério do Interior
NBH	Núcleo de Bacias Hidrográficas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PMJ	Prefeitura Municipal de Joinville
SPU	Serviço do Patrimônio da União
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
TIGRE	Companhia Hansen Industrial
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

"Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinza ou pretos-e-brancos, de acordo com as relações de parentesco, troca, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas; restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios.

Do costado de um morro, acampados com os móveis de casa, os prófugos de Ercília olham o enredo de fios estendidos e os postes que se elevam na planície. Aquela continua a ser a cidade de Ercília, e eles não são nada.

Reconstruem Ercília em outro lugar. Tecem com os fios uma figura semelhante, mas gostariam que fosse mais complicada e ao mesmo tempo mais regular do que a outra. Depois a abandonam e transferem-se juntamente com as casas para ainda mais longe.

Deste modo, viajando-se no território de Ercília, depara-se com as ruínas de cidades abandonadas, sem as muralhas que não duram, sem os ossos dos mortos que rolam no vento: teias de aranha de relações intrincadas à procura de uma forma".

"As Cidades Invisíveis" - Italo Calvino

INTRODUÇÃO

1. Histórico do tema

Este trabalho nasce de um tema que durante o período de realização do Mestrado, sensibilizou a autora a ponto de escolhê-lo como fonte de inspiração e análise. A relação que daí se desenvolve entre autora e tema escolhido, é marcada por momentos de angústia e alegria, ansiedade e satisfação, sentimentos presentes no processo de realização de um trabalho que representa o fim de uma jornada e o início de outra.

A análise das "condições de vida" de uma vila localizada num bairro de Joinville/SC, resulta da identificação de questões que mereciam, por sua particularidade, serem "olhadas" com mais atenção. Tentarei brevemente discorrer acerca disto, situando tal realidade.

Joinville, maior cidade do Estado (Mapa 1 em anexo), centro industrial de destaque, vem sofrendo, nos últimos quinze anos, um processo de favelização nas suas periferias. Processo este que conjuga vários fatores: o crescimento econômico e

industrial, a migração acelerada e um padrão de crescimento urbano caracterizado pela segregação sócio-espacial de amplos contingentes de trabalhadores. Tal segregação pode ser percebida através do surgimento de precárias moradias assentadas sobre áreas de mangue, carentes de qualquer infra-estrutura, como luz, água, pavimentação, saneamento etc, configurando o que se considera as "favelas" de Joinville.

Estas aglomerações surgiram como "invasões" (1) clandestinas localizadas na região leste da cidade sobre os manguezais existentes no local, tendo início aproximadamente na década de 70, tornando-se prática comum na cidade. Com a intensificação destas ocupações ao longo dos anos, a Prefeitura Municipal de Joinville e a população em geral defrontam-se com um processo de pauperização e favelismo nas áreas periféricas da cidade (2).

Como resultado de múltiplas pressões, a Prefeitura desenvolve, em meados de 1986, um trabalho que objetiva "resolver" a problemática ambiental que as "invasões" desencadearam, bem

(1) Utiliza-se esta designação para caracterizar as "invasões" individuais ou em grupo, organizadas ou não, que têm ocorrido nas últimas décadas em muitas cidades brasileiras, inaugurando uma nova prática de acesso à terra urbana ou mesmo em se tratando do âmbito rural, acabam por forjar formas de reivindicação e pressão, fazendo emergir ações a nível do poder público como as desapropriações de terra e ações de remoção (prática comum a partir da década de 60 nas grandes cidades do país) ou de urbanização (experiências mais recentes e menos comuns), desenvolvidas nas favelas que originam-se principalmente em áreas públicas ou particulares. Em se tratando da situação aqui analisada, a população de Joinville em geral como também os moradores do mangue, utilizam o termo "invasão" para designar os núcleos habitacionais que se criaram sobre os manguezais, no caso deste trabalho utilizarei o termo "ocupação" por entendê-lo mais adequado à situação analisada e por considerá-lo enquanto "um ato político, como tantos outros, destinado a chamar a atenção da autoridade omissa para o problema candente que afeta um grande número de pessoas. A ocupação se caracteriza ainda pelo 'estado de necessidade' das pessoas que realizam essa ação e pela destinação social da área afetada" (Gomes da Silva, 1990, p.02; grifo do autor).

(2) Este processo de ocupação dos manguezais e os interesses que giram em torno dele, será tratado no Capítulo II deste trabalho.

como, proporcionar às famílias residentes melhores condições de vida através de um programa de urbanização (3). Decorrente deste programa, aquela situação habitacional vai tomando outra feição, transformando progressivamente as condições de vida enfrentadas por aqueles moradores. Como estas áreas de mangue foram sendo ocupadas, ao ponto de aí localizarem-se grandes núcleos habitacionais formados fundamentalmente por trabalhadores empregados nas grandes indústrias da cidade, e como estas ocupações foram se transformando em virtude do trabalho lá desenvolvido, conferem a esta vila características próprias e encerram questões que despertaram minha atenção. Como por exemplo: o que levou estas famílias a "invadirem" locais tão impróprios à moradia? Quais suas percepções acerca das condições de vida enfrentadas no início das "invasões" e na situação atual? Que importância possui no cotidiano destes moradores o Projeto Mangues? O que pensam acerca deste trabalho e que transformações ele engendrou nas condições de vida destes moradores? Que mecanismos foram criados e/ou desencadeados nestas áreas a partir deste trabalho, em termos de mecanismos de controle e vigilância? Quais os outros interesses que podem ser atribuídos ao órgão público? Como os moradores reagem frente a eles? Enfim, estas questões resumem minhas preocupações frente esta realidade, tendo suscitado a necessidade de uma abordagem explicativa e analítica.

Este estudo, portanto, objetiva refletir acerca do tema "condições de vida", que se tornou motivo de análise mais

(3) No decorrer deste trabalho, refiro-me a este Programa como: "Projeto Mangues", "Projeto de Urbanização" ou simplesmente "Projeto".

aprofundada a partir da experiência que vivenciei junto a famílias que residem nas áreas de mangue de Joinville. Esta experiência possibilitou o conhecimento e o contato com os núcleos habitacionais que se formavam sobre os manguezais de Joinville em função de minha atuação enquanto assistente social da Prefeitura, trabalhando no referido Programa de Urbanização, desenvolvido pelo Núcleo de Bacias Hidrográficas (NBH) e vinculado à Secretaria do Planejamento do município durante o ano de 1989.

Advém desta experiência meus primeiros questionamentos acerca desta realidade e o fato de ter trabalhado no órgão público permitiu-me um "olhar interno" que em muito enriqueceu a análise que agora realizo. Após o distanciamento deste trabalho de urbanização, este "olhar" assume outra característica, já que o propósito agora é analisar teoricamente as inter-relações entre as condições de vida enfrentadas pelos moradores de mangue e a ação desenvolvida pela Prefeitura no intuito de alterar estas condições. O "olhar", portanto, é "externo", analítico e questionador, já que as condições de vida enfrentadas por estes moradores, as ações desencadeadas pelo órgão público e as transformações que tais ações proporcionaram àquela realidade, contêm uma riqueza de elementos que motivaram minha análise.

Inicialmente vale a pena caracterizar em linhas gerais o Projeto Mangues. As duas grandes preocupações deste Projeto passam primeiro pela urbanização das áreas de mangue já ocupadas a fim de proporcionar condições de vida mais dignas àquela população residente; e segundo pela preservação dos manguezais

remanescentes.

Este Projeto caracteriza-se também por desenvolver ações em vários bairros de Joinville. Ou seja, bairros localizados na região leste da cidade, que fazem limites com os manguezais. Em 1989, quando iniciei meu trabalho, o Projeto desenvolvia ações nos seguintes bairros: Espinheiros, Boa Vista, Comasa e Jardim Iririú e em outros bairros limítrofes com os mangues, como Fátima e Portinho. Posteriormente o bairro Aventureiro, também mereceu atenção por parte da Prefeitura. Mas esta atenção consistia em ações isoladas e sem caráter permanente como o desenvolvido nos outros bairros.

A pequena equipe que desenvolvia o trabalho, preocupou-se em contratar mais profissionais, principalmente Assistentes Sociais, em decorrência do trabalho estar assumindo grandes proporções, com um número cada vez maior de ocupações e conseqüentemente de famílias envolvidas. As ações desenvolvidas pelas assistentes sociais eram diretamente vinculadas às famílias residentes nos manguezais, passando pelo reconhecimento das áreas ocupadas, cadastramento das famílias, divulgação acerca do trabalho desenvolvido pela Prefeitura, esclarecimentos sobre os limites do lote que cabia a cada família, encaminhamentos quanto a documentação do lote, bem como, outras ações.

Desta forma, minha contratação deveu-se à necessidade de assumir atividades em determinados bairros, desde quando um único profissional não se mostrava suficiente. Desenvolvi atividades apenas no bairro Boa Vista; em maio do mesmo ano outra Assistente Social integra-se à equipe, para trabalhar com o

bairro Fátima. No segundo semestre já éramos 04 profissionais. As atividades desenvolvidas em cada bairro eram praticamente as mesmas (4), com ressalva às necessidades específicas de cada lugar.

A partir do momento em que me afasto deste trabalho da Prefeitura e opto em refletir acerca desta complexa realidade que envolve as comunidades que fizeram dos manguezais seu espaço de moradia, bem como, da política municipal que, permeada por uma série de interesses - políticos, econômicos e sociais - procurava transformar este espaço, estabeleço uma relação diferenciada: a do pesquisador diante seu "objeto" de pesquisa.

Neste sentido, busquei na literatura pertinente ao tema, fundamentos para desenvolver minha análise, tendo em vista a realidade que se apresentava diante desta nova relação. Assim, surgiram preocupações e interesses de pesquisa em torno das "condições de vida" destes moradores e sua situação vivenciada no cotidiano.

2. Pressupostos teóricos

Preocupações e interesse de pesquisa em torno do tema "condições de vida" não são recentes. A propósito, Leite Lopes (1984) analisa como o tema "condições de vida" tem sido abordado na literatura sobre a classe operária e observa a amplitude dos significados que este tema possui, demonstrando como esta

(4) Estas atividades serão explicitadas no decorrer do Capítulo IV, onde o Projeto Mangues, seus objetivos, ações e finalidades serão analisados criteriosamente.

categoria tem aparecido sob diferentes formas, porém aparentemente semelhantes na literatura sobre a classe operária como: "condições físicas e morais", "situação", "níveis de vida", "questão social", "questão da habitação", "questão operária", "vida operária", "condição operária" etc.

Ao contextualizar historicamente as variações deste tema, o autor parte de um "grupo de obras contemporâneas ao surgimento da classe operária", incluindo aí o clássico trabalho de Engels, "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra" de 1844, indicando sua ligação com os relatórios médicos e sanitários da época, que apresentavam como temática as "condições morais, sociais e físicas" da classe trabalhadora (5). Portanto, estas análises partiam de determinações exteriores a esta classe, das "condições físicas" e do "meio ambiente", explicando mecanicamente o comportamento dos membros da classe: este "... determinismo do meio físico, das "condições físicas", prolonga-se tomando a forma de um determinismo psicofisiológico, atingindo também o comportamento, o pensamento e a prática da população trabalhadora, constituindo-se nas "condições físicas e morais" da classe trabalhadora" (Leite Lopes, 1984, p.28) (6).

Ainda conforme Leite Lopes, este determinismo reforça

(5) Conforme Leite Lopes (1984), mesmo que esta obra de Engels difira dos inquéritos sanitários realizados na época, por desenvolver "uma análise do capitalismo industrial e suas consequências sociais e políticas (...) ele permanece preso a esta temática das 'condições físicas e morais' da classe trabalhadora" (idem, p.25).

(6) Posteriormente a este estudo de Engels, Marx (1890) no Capítulo XXIII do *Capital*, intitulado "A Lei Geral da Acumulação Capitalista" ressaltava as consequências do processo de acumulação capitalista sobre o destino da classe trabalhadora, apontando a insanidade da "sabedoria econômica" que prega o ajuste dos trabalhadores às necessidades de valorização do capital. Neste capítulo, a partir de pesquisas realizadas por autoridades médicas sobre as condições de moradia dos trabalhadores, demonstra a pobreza, a insalubridade, as carências vividas pelos trabalhadores já naquela época.

uma concepção que privilegia a causalidade exterior à própria classe trabalhadora (7).

Outra obra de Engels, "A questão da habitação" de 1872, é ressaltada por Leite Lopes (idem), como obra-marco de referência sobre a discussão das "condições de vida das camadas populares", iniciando uma segunda fase da literatura sobre as "condições físicas e morais" dos trabalhadores, discutindo e criticando a literatura burguesa alemã sobre a questão da habitação.

A partir do século XX, a literatura acerca da classe trabalhadora passa a enfatizar argumentos "ideológicos" e "culturais" na discussão sobre as condições de vida desta classe, e dentro desta reflexão o autor destaca trabalhos como o de Simone Weil, "A condição operária" (1969) entre outros " ... que de formas diversas enfatizam a importância das "mentalidades coletivas" , da ideologia e da cultura, assim como das sensações experimentadas pela "condição operária" (Leite Lopes, 1984, p.51). A reflexão tendo como base a análise das "condições de vida" da classe trabalhadora, enfatizando simultaneamente as condições materiais mediadas por "disposições culturais" fez com que novos rumos se abrissem nas análises deste tema. Exemplos desta reflexão, conforme o autor, podem ser encontrados nos trabalhos de E. P. Thompson, (A formação da classe operária

(7) Acerca desta questão, Leite Lopes (1984) afirma que "um marxismo que enfatiza a determinação das forças produtivas sobre a formação da classe operária e sua organização própria como movimento social (cf. a tese da aparição da classe operária a partir da máquina e cf. a tese da consciência de classe diretamente proporcional à proximidade que tenha o grupo operário da indústria e da máquina) acaba por outros caminhos reforçando uma concepção que privilegia a causalidade exterior à própria classe" (idem, p.51).

de 1968 por exemplo) e Bourdieu, (*Travail et travailleurs en Algérie* de 1963) entre outros.

Neste sentido, nos termos deste trabalho, parece importante definir que, à luz desta discussão ao referir-me as condições de vida, meu interesse recai em discutir estas condições à nível de classe operária através da análise da situação vivenciada pelos moradores da Vila Paranaense, no Bairro Espinheiros em Joinville *vis-à-vis* ao Programa de Urbanização desenvolvido neste local.

Mas este tema, "condições de vida", aparece também em trabalhos como os de Kowarick (1979, 1986, 1988, 1991) que, situado na perspectiva dos trabalhos contemporâneos referidos por Leite Lopes (*ibidem*) como por exemplo E. P. Thompson (1968), Weil (1969), Bourdieu (1963) e outros, ressalta que ao se identificar as condições pelas quais os trabalhadores enfrentam suas condições de existência, deve-se procurar situar o universo social e cultural que articula condições de trabalho, família e condições de moradia, que não se reduz

"... aos indicadores das condições objetivas, mas que é construído através de um conjunto de práticas e representações através das quais os trabalhadores percebem, assumem e tentam superar as condições dadas, no interior de projetos de vida que fazem da família trabalhadora algo mais do que um locus da reprodução da força de trabalho, mas um universo carregado de significações que articula numa experiência compartilhada homens e mulheres, adultos e crianças" (Kowarick, 1986, p. 12-3).

Inspirada por esta compreensão destacamos que, conforme Kowarick (1991), refletir acerca da noção de condição de vida pressupõe aliar processos sócio-culturais e políticos com a

ausência ou a precariedade "do que só com ironia pode se denominar de políticas sociais compensatórias" (idem, p.03).

Desta forma, ressalta os subsídios em relação a elementos urbanos básicos, destacando os limitados e inoperantes programas de habitação popular. Portanto, afirma que a moradia nas "metrópoles de subdesenvolvimento industrializado" (8),

"... constitui fator primordial na condição de vida dos trabalhadores: núcleo de sociabilidade primária onde se processa a organização da unidade familiar, aí são forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de consequências materiais e plenos de significados simbólicos" (idem, p.04).

A partir desta perspectiva, é importante destacar que esta análise das condições de vida dos moradores de mangue da Vila Paranaense, toma o âmbito da moradia como fator primordial, ou seja: meu "olhar" acerca das condições de vida passa fundamentalmente pelas condições de moradia desta população. Outros trabalhos, como os de Telles (1990), Troyano et alli (1990), Sawaia (1990), também se dedicaram a refletir as condições de vida das camadas populares, servindo de apoio para a reflexão desenvolvida neste trabalho.

Discutir tal tema, tomando a moradia como fator primordial nas condições de vida dos trabalhadores residentes na Vila Paranaense, pressupõe, ao meu ver, refletir a "questão urbana" de Joinville inserindo-a num contexto mais amplo,

(8) Esta noção é desenvolvida por Kowarick & Campanário (1988) que retomam a idéia de subdesenvolvimento industrializado inicialmente elaborada do ponto de vista macro-econômico por Luiz Carlos Bresser Pereira em Estado e Subdesenvolvimento Industrializado, São Paulo, Brasiliense, 1977. Eles a retomam em relação às condições de vida nas metrópoles. Voltarei a discutir tal noção no decorrer do Capítulo II deste trabalho.

reconhecendo seu desenvolvimento econômico e industrial dentro de uma modalidade de progresso econômico marcada pela acentuada pauperização de parcela das classes trabalhadoras (Kowarick, 1979; Kowarick & Campanário, 1988).

Neste sentido, ao reconhecer o âmbito da moradia como fundamental em minha análise, é necessário compreender a questão habitacional de Joinville no bojo da questão urbana e no contexto atual do capitalismo (Véras & Bonduki, 1986). Portanto, conceitualmente, também entendo a habitação "no seu duplo aspecto: abrigo (teto, parede, piso) e como inserção no espaço urbano, e aí, com seus complementos de infra-estrutura, transporte, equipamentos sociais, abastecimento, localização e paisagem" (idem, p.40).

E essa inserção, pelas classes trabalhadoras, no espaço urbano de Joinville é caracterizada por um padrão de urbanização através da expansão da periferia (Jacobi, 1986). Esse processo reflete, conforme Kowarick & Ant (1988), um "padrão periférico de ocupação do espaço" (9), compondo um novo modelo de crescimento das cidades, presente principalmente a partir da década de 50. Por sua vez, Valladares & Figueiredo (1981) ressaltam que, este fenômeno da periferização pode ser entendido como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas consequências sobre o habitat da classe trabalhadora, que acaba por determinar a segregação espacial de contingentes da população pobre, que, impossibilitados de adquirir sua moradia em área mais

(9) Retomarei aprofundando esta noção, no decorrer do Capítulo II e III deste trabalho.

centrais e providas de todo o tipo de equipamentos, solucionam a necessidade de moradia através da autoconstrução de suas casas, em loteamentos distantes, de difícil acesso e sem nenhum equipamento urbano. Outros até, como no caso dos moradores da Vila Paranaense, sem a alternativa dos loteamentos, acabam por ocupar as áreas de mangue que circundam o município, constituindo nestes locais seu espaço de moradia. Exemplo do processo de periferização, "que se dá sem planejamento, gerando um espaço segregado, desordenado e excluído dos chamados benefícios da urbanização" (Jacobi, 1986, p.68).

O Estado que, mediante esse processo poderia intervir, como destaca Jacobi (1986), impondo limites à especulação imobiliária e planejando o uso do solo, age beneficiando os interesses especulativos, contribuindo para acentuar ainda mais os contrastes entre áreas centrais e as periferias. Tornando, assim, as classes populares cada vez mais dependentes da intervenção do Estado no atendimento às suas necessidades urbanas.

Mediante suas precárias condições de vida, os moradores destes espaços periféricos, segregados e desprovidos de serviços urbanos, passam a se mobilizar pela obtenção destes serviços, fazendo emergir ações por parte do poder público.

No caso deste trabalho, ao discutir as condições de vida na Vila Paranaense, tomando a dimensão da moradia como fundamental, é necessário ressaltar a intervenção da Prefeitura de Joinville nesta realidade, via um programa de urbanização. Neste sentido, torna-se importante destacar as alternativas de

atuação governamental que, conforme Valladares & Figueiredo (1981), ao longo do tempo definiram duas propostas básicas de intervenção frente à problemática das favelas:

" a) o desfavelamento ou a remoção, implicando na transferência de moradias para outras áreas e visando a extinção das favelas do espaço urbano; b) a urbanização das favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física. A urbanização também supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de terreno" (p. 46).

No caso da situação aqui analisada, a intervenção do órgão público optou pela urbanização. No entanto, durante o processo de discussão desta intervenção, foi ventilada como alternativa a remoção dos "invasores" dos mangues, sendo posteriormente abandonada.

Experiências de urbanização de favelas, porém, vem ocorrendo em escala muito reduzida (Valladares & Figueiredo, 1981) e há poucos trabalhos sobre experiências concretas de urbanização de favelas, sendo conhecidos os trabalhos de Blank (1981); Heye (1980); Santos (1977 e 1980); Valladares (1981) Fernandes & Corrêa (1984) entre outros.

Diante do exposto, buscarei relacionar as categorias conceituais que fundamentam a realização empírica e analítica deste trabalho. São estas: condições de vida, urbanização-periferização, cotidiano e relações de poder. Alguns dos autores que auxiliaram esta análise, fundamentando as reflexões acerca desta realidade, são os seguintes: Leite Lopes (1984), Kowarick (1979, 1986, 1988, 1991), Valladares (1980, 1981), Jacobi (1986), Heller (1982, 1985, 1987), Foucault (1988, 1989), entre outros.

Tais categorias e autores serão retomados no decorrer deste trabalho merecendo então o devido aprofundamento na análise realizada.

3. Estratégias metodológicas

Retomando, portanto, a especificidade da situação vivenciada no processo da pesquisa de campo, dada minha relação anterior com esta realidade, torna-se necessário discorrer sobre o trabalho de campo, as viagens a Joinville, a coleta de dados, enfim, sobre os procedimentos metodológicos que orientaram esta pesquisa.

Pela amplitude de atuação do Projeto Manguês, atingindo vários bairros de Joinville e por adotar a mesma orientação em todos os locais onde desenvolve atividades, pareceu-me suficiente para fins de pesquisa de campo optar em realizar a coleta de dados num único bairro. Sua escolha partiu de alguns critérios, tais como: privilegiei o bairro onde não havia desenvolvido nenhuma atividade, pois compreendia que, mesmo afastada do órgão público, facilmente seria identificada com ele. O que acreditava, influenciaria na coleta de dados. Outro critério levado em consideração foi a opção pelo bairro onde a PMJ mais desenvolvia atividades, como: obras, serviços de atendimento, enfim, o local onde a instituição mais se fazia presente. Outro critério que pesou nesta escolha, foi o relacionamento diferenciado que a Prefeitura estabelecia com o bairro, caracterizado por práticas clientelistas e quase nenhuma forma de

contestação. Obedecidos estes critérios, optei pela comunidade de famílias estabelecidas na Vila Paranaense (10), localizada no Bairro Espinheiros.

No que considerei minha primeira "ida a campo", em abril de 1991, buscava um trabalho de pesquisa que me possibilitasse compreender e "sentir" esta realidade. Tinha clareza que o período em que trabalhei na Prefeitura assegurava algumas informações preliminares do local, das pessoas, da situação, o que poupava tempo e trabalho com os "delicados" contatos iniciais, momentos importantes num trabalho de campo. Porém, o processo de pesquisa de campo mostrou-me desdobramentos desta realidade para mim desconhecidos, fundamentais na análise posteriormente realizada.

Portanto, nesta viagem procurei inteirar-me da situação atual dos trabalhos desenvolvidos nas áreas de mangue e visitar a Vila Paranaense, locus da pesquisa de campo. Realizei visitas a quatro domicílios; a escolha destes não obedeceu - inicialmente - nenhum critério específico. As pessoas foram receptivas, esclareci os motivos de minha presença e os objetivos da pesquisa, conversando sobre as mais variadas coisas. Sem um roteiro de perguntas elaborado, não tinha intenção naquele momento de realizar entrevistas. Apenas pretendia iniciar um contato com as pessoas.

Muitas delas relataram os problemas enfrentados quando foram morar nos mangues, tais como: a dificuldade de acesso, as

(10) Nesta Vila, residem aproximadamente 600 famílias; possui este nome por abrigar na maioria, migrantes oriundos do Estado do Paraná.

constantes marés que invadiam as casas, a falta de luz e água etc., e frente a atuação da Prefeitura, admitiam mudanças positivas em relação a situação inicial. Outras falaram da família, da situação de emprego, dos filhos, dos problemas de saúde, e de algumas dificuldades ainda enfrentadas como, falta de saneamento básico e a quantidade de mosquitos e ratos, principalmente no verão. As conversas giraram principalmente em torno do âmbito familiar e do cotidiano de cada família visitada, permitindo conhecer melhor a realidade.

Em outubro do mesmo ano, realizei uma segunda viagem a campo, com objetivo de coletar dados, a fim de elaborar meu instrumento de pesquisa. Optei por fazer uso de um questionário, já que pretendia obter depoimentos das famílias entrevistadas e dados que proporcionariam caracterizar as condições de vida dos moradores destas áreas a partir da percepção dos mesmos acerca da situação vivenciada. Acreditava que este seria um instrumento útil - mesmo conhecendo seus limites - já que realizar um trabalho de pesquisa numa localidade com aproximadamente 600 famílias, exigia um instrumento capaz de alcançar um número representativo delas.

Nesta segunda viagem, oito famílias foram visitadas - também escolhidas aleatoriamente - com o intuito de, através de algumas questões gerais, conhecer sua percepção das dificuldades e desafios enfrentados ao "morar no mangue" e também as transformações e implicações desencadeadas neste cotidiano, decorrentes do Programa de Urbanização lá desenvolvido.

Após a elaboração do questionário, outra viagem foi

realizada, com o objetivo de efetuar o pré-teste do mesmo, a fim de checar se modificações seriam necessárias. Para isto, cinco famílias foram entrevistadas e constatou-se a necessidade de algumas alterações, tornando mais claras e de fácil compreensão algumas questões.

A coleta de dados propriamente dita iniciou-se em fevereiro de 1992, fazendo uso de um questionário definitivo (em anexo). Neste momento foi definida a amostra da população que seria entrevistada. Num bairro de aproximadamente 600 famílias, calculei uma amostra de 10%, portanto um total de 60 famílias, número suficientemente representativo. A escolha destas 60 famílias foi feita com a ajuda do mapa do local, conseguido junto à Coordenação do Projeto Mangues, mostrando detalhadamente as ruas, quadras e lotes que configuram a Vila Paranaense no Bairro Espinheiros. Esta amostragem foi do tipo aleatória simples. Com a ajuda de uma tabela de números aleatórios e do mapa do local, contendo a numeração de quadras e lotes facilmente consegui definir as 60 famílias a serem entrevistadas, deixando um espaço de dez em dez lotes e tendo o cuidado de verificar se todo o local seria contemplado na amostra.

Porém, as entrevistas com os respectivos questionários não foi o único recurso utilizado. Foram realizadas ainda entrevistas com o coordenador e uma das assistentes sociais do Projeto Mangues, bem como, com membros da Associação de Moradores da Vila Paranaense. Também utilizei como fonte de pesquisa, documentos e artigos de jornais locais e estaduais.

A coleta de dados na Vila Paranaense realizou-se

durante os meses de fevereiro, março, abril e maio de 1992. No decorrer do processo de pesquisa realizei sete viagens a Joinville, o que aliado a outros procedimentos, incluindo pesquisa bibliográfica, possibilitou armazenar uma considerável quantidade de informações acerca do município, da vila e de seus moradores. Decorrente desta pesquisa, foi possível identificar que o processo de urbanização desencadeado e as relações que se estabeleceram entre os moradores das áreas de mangue e o órgão público, adquiriram uma dimensão que não se esgota apenas no recebimento dos benefícios advindos de tal programa. Porém, se estendem de tal maneira na vida cotidiana destas pessoas que, o "viver no mangue" toma outra perspectiva a partir do trabalho desenvolvido pela PMJ. Portanto, refletir acerca destas condições de vida, passa por duas dimensões: o "antes" e o "depois" do trabalho de urbanização, ou seja, analisar a realidade vivenciada pelos moradores de mangue necessariamente passa pela reflexão acerca deste trabalho desenvolvido pela Prefeitura.

Esta análise enfoca as inter-relações entre as condições de vida enfrentadas por estes moradores e a ação desenvolvida pela Prefeitura, a fim de alterar estas condições.

Portanto, meu objetivo, após levantar estas questões iniciais, bem como, ao esclarecer preliminarmente as referências que apóiam esta reflexão, é apresentar o resultado desta pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos meses, ciente de sua transitoriedade e seu caráter inacabado.

No primeiro capítulo, realizo um breve resgate histórico da colonização de Joinville, buscando elementos no passado para

compreender a configuração da cidade no presente. Neste capítulo trato também do seu processo de industrialização e das consequências deste no crescimento urbano da cidade, destacando o surgimento dos manguezais como "opção" de moradia para inúmeras pessoas.

No segundo capítulo, trato principalmente do processo de ocupação das áreas de mangue que circundam o município, caracterizando esta região como área de interesse e disputa de vários setores de Joinville; desenvolvo também neste capítulo, algumas reflexões teóricas acerca do processo de urbanização em cidades caracterizadas pelo desenvolvimento econômico e industrial.

No terceiro capítulo, caracterizo a partir de minha pesquisa de campo, as condições de vida dos moradores da Vila Paranaense, a partir de suas percepções acerca da realidade. Objetivo aqui, retratar as transformações ocorridas neste lugar após o trabalho de urbanização desenvolvido pela Prefeitura.

No quarto capítulo, descrevo o Projeto de Urbanização das Áreas de Mangue desenvolvido pela Prefeitura de Joinville, seus interesses, objetivos, ações, analisando as transformações produzidas no cotidiano das famílias residentes nestas áreas, bem como, as representações que os moradores possuem acerca deste trabalho. As condições de vida enfrentadas por estas pessoas e as transformações que vão ocorrendo neste espaço são fundamentalmente o eixo de minha análise.

Por último, apresento as considerações finais, resgatando aspectos centrais do texto e relacionando-os com as

questões teóricas que fundamentaram minha análise ao longo deste trabalho.

CAPITULO I

JOINVILLE : DE COLONIA AGRICOLA DONA FRANCISCA A MANCHESTER CATARINENSE

Analisar a problemática do crescimento urbano de Joinville, a ocupação dos manguezais ou a favelização de sua periferia, remete necessariamente ao processo histórico de formação da cidade, sua colonização e os primórdios de sua industrialização. Neste sentido, buscarei a partir de um breve histórico, resgatar aspectos que auxiliem compreender a configuração sócio-econômica e cultural de Joinville na atualidade.

1. Breve histórico da colonização

Na região conhecida como Alto Marne, na França, está localizada a cidade de Joinville, local onde em 14 de agosto de 1818, nasceu François Ferdinand Phillippe Louis Marie, Príncipe de Joinville, terceiro filho de Louis Phillippe, Duque de Orleans e rei da França (1830-1848).

A história do Príncipe de Joinville está intimamente ligada ao surgimento da Joinville catarinense, portanto, relato

em seguida um pouco desta história.

François Ferdinand, Príncipe de Joinville, esteve no Brasil três vezes. Numa dessas viagens conhece a jovem Princesa brasileira Francisca Carolina, filha de D. Pedro I, casando-se com ela em Primeiro de Maio de 1843. Como dote de casamento, o marido receberia " um patrimônio em terras pertencentes à Nação " conforme estava regulamentado sob o artigo 4º do tratado que regulamentava o casamento da Princesa brasileira. Estava incluído no dote da princesa, conforme o Parágrafo 3º: " 25 léguas quadradas, de três mil braças, de terras devolutas, que podem ser escolhidas nas melhores localidades em um , ou mais lugares , na Província de Santa Catarina... " (Ficker, 1965, p.17).

O Príncipe e a Princesa de Joinville, depois de casados, partem em 14 de maio de 1843, para nunca mais voltar ao Brasil. Neste mesmo ano foi aberto o crédito para custear as despesas da medição e demarcação das 25 léguas quadradas, trabalho este que seria iniciado somente em 20 de dezembro de 1845, sendo, até então, o dote da princesa, uma área imaginária e imensa na mata virgem.

A escolha das terras em Santa Catarina ficou ao cargo de um enviado do Príncipe de Joinville, Leonce Aubé, que indicou as melhores terras em São Francisco do Sul, por serem devolutas e ricas em madeira e minerais (1).

(1) A indicação das terras dotais do Príncipe de Joinville na Colônia de São Francisco do Sul, deve-se conforme Ficker (op.cit., p.24-27) ao conhecimento que se tinha na época, das grandes vantagens e riquezas que se encontravam naquela região, devido a uma fracassada tentativa anterior de colonização naquelas terras. Essa tentativa ocorreu entre 1841 e 1843, quando o francês Benoit Jules Mure, idealizador desta colônia, aspirava estabelecer próximo ao rio São Francisco uma colônia industrial, devido a existência naquela região de vastos e férteis terrenos, cachoeiras abundantes e um amplo e

Foi designado para realizar a respectiva medição o Conselheiro Jerônimo F. Coelho, que se torna, em 1846, - findo em 24 de janeiro o trabalho de demarcação - o representante para tomar posse das 25 léguas, em nome de Suas Altezas Reais.

O ano de 1848 consagrou-se como um ano agitado na Europa, momento de profundas transformações (2). Na França em fevereiro deste ano, o Rei Louis Phillippe, pai do Príncipe de Joinville, é destronado, pondo fim a 18 anos de reinado, marcados pela corrupção administrativa, financeira e política. Este episódio teria motivado o exílio da família real e a fuga para a Inglaterra do Príncipe de Joinville.

No exílio, o Príncipe e sua família enfrentavam uma difícil situação econômica e financeira, e teria advindo daí a possibilidade de o Príncipe de Joinville ter negociado parte de seus vastos latifúndios no Brasil com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo / Alemanha.

(cont.) seguro porto, bem como a existência de uma fácil e breve comunicação com o resto do país, pela "Linha de Defesa" - picada aberta pela presidência da Província de Santa Catarina em 1840, que partia de São Francisco do Sul com destino ao extremo sul da Província, bem guarnecida por postos militares que cobriam as plantações das incursões dos índios. Por tudo isso, Jules Mure solicita a concessão para estabelecer uma colônia defronte a ilha de São Francisco do Sul, chamada de Colônia ou Falanstério do Sai. Tal colônia era idealizada a partir das doutrinas socialistas de Charles Fourier, que partindo da associação de um grupo de colonos, os quais compartilhariam uma habitação coletiva (falanstério), bem como a produção e o consumo da colônia. Tal proposta socialista baseava-se num ideal fraterno pregado pelo filósofo francês. Em 1841, Benoit Jules Mure consegue a concessão de duas léguas quadradas na península do Sai, porém tal ideal colonizador não teve êxito, devido as desavenças entre os colonos e destes com o empreendedor da colônia; em 1843, quase nenhum colono lá habitava. Com tal tentativa fica provada a existência de terras férteis que poderiam atrair as vistas de outra organização colonizadora no futuro. Foi o que aconteceu: poucos anos depois, Leonce Aubé, representante do Príncipe de Joinville, indica as tais 25 léguas quadradas nas proximidades desta região.

(2) A revolução de 1848, "... viria não apenas modificar radicalmente o panorama europeu, com a progressiva evolução do industrialismo, absorvendo mão-de-obra e gerando intenso processo de urbanização, mas também desencadearia outros movimentos revolucionários, inclusive na Alemanha, fatores que tiveram fundamental importância para o crescimento da emigração de europeus e de alemães, em particular, para o Sul do Brasil" (Ternes, 1981, p.30).

A imigração de alemães para os países livres da América era incessante e intensa, motivada pelas guerras e lutas políticas, bem como por fatores como o excessivo crescimento da população, desproporcional ao desenvolvimento dos meios de produção, elevados impostos, barreiras alfandegárias e a concentração nas mãos das classes aristocráticas de grandes propriedades e latifúndios, colocando o camponês em situação econômica difícil.

A "exportação" de imigrantes constituía um grande negócio, o que acirrava a luta entre armadores e agentes de navios estrangeiros e nacionais. Os aliciadores de imigrantes, espalhados pela Europa, ofereciam "as melhores vantagens, as melhores condições de viagens, assim como os mais "lindos" lugares do mundo para o início de uma vida nova" (3). Por este motivo existia desde 1842 a "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil" cujos objetivos passavam por regularizar a imigração e desenvolver as relações comerciais já existentes com o Brasil. Conforme FICKER (1965), essa sociedade se dissolve, nada se sabendo quanto aos motivos desta dissolução.

Porém, um de seus antigos membros, o empresário e senador Christian Schroeder, em 1848 inicia as primeiras negociações com o representante e procurador do Príncipe de Joinville, Leonce Aubé, objetivando a implantação de uma colônia agrícola na Comarca de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Schroeder, então, cria a Sociedade Colonizadora de

(3) Ternes, op.cit., p.34. Cf. também, Seyferth, 1988.

Hamburgo, responsável por organizar e executar o projeto de imigração e colonização. Em 5 de maio de 1849, é firmado e assinado um contrato de colonização entre Leonce Aubé e o senador Christian Schroeder. Tendo iniciado assim a história da colonização das terras dotais do Príncipe de Joinville em Santa Catarina. Esse contrato, entre outras coisas, estabelecia a concessão de 8 léguas quadradas, a serem escolhidas pelo Senador, como o melhor lugar para a instalação da colônia.

O primeiro grupo de pioneiros, composto por 9 pessoas, desembarcou no ano seguinte - 1850 - em São Francisco do Sul, com o objetivo de demarcar e instalar, nas 8 léguas quadradas concedidas pelo Príncipe de Joinville, a Colônia Dona Francisca, assim denominada por seus idealizadores membros da sociedade Colonizadora de Hamburgo. Assim, as margens do Rio Cachoeira, abriram clareiras e construíram as primeiras edificações, preparando o lugar para receber os imigrantes europeus.

Quase um ano se passou, quando, em janeiro de 1851, deixou o porto de Hamburgo a barca "Colon" transportando 124 passageiros, número este que se reduz com o falecimento de oito passageiros devido às péssimas condições da viagem. Entre 60 e 70 dias após a partida, chegam finalmente ao seu destino, pisando em solo catarinense e desembarcando na Colônia Dona Francisca 118 pessoas no dia 9 de março de 1851. Este dia, em Joinville, até hoje é considerado uma data especial, comemorado como feriado municipal, dia de sua fundação.

Durante todo o ano de 1851 chegaram à Colônia novos imigrantes. No final deste ano, a Colônia Dona Francisca já

contava com 389 habitantes. A nacionalidade destes imigrantes era variada, muitos alemães, bem como suíços e noruegueses. A maioria era constituída por colonos, pessoas simples e sem recursos que trocaram a pátria pelo sonho de uma vida melhor.

Porém, nem todos os que chegaram à Colônia faziam parte deste grupo, ou possuíam essas características. Numa das inúmeras levadas de imigrantes que chegaram a Santa Catarina, desembarcou um grupo de 75 pessoas que se distinguiam profundamente dos colonos que aqui residiam. Eram homens e mulheres, dotados de conhecimentos nas mais variadas áreas e com dinheiro, o que ocasionou algumas transformações na Colônia. Muitos possuíam formação universitária: médicos, advogados, economistas, engenheiros; bem como comerciantes, carpinteiros, açougueiros etc.

Mesmo enfrentando sérios problemas de adaptação, com o clima úmido, a precariedade das instalações, a dificuldade de comunicação com os brasileiros que aqui residiam, os habitantes da Colônia Dona Francisca foram, com o esforço de luta e trabalho conjunto, criando aquela que seria anos mais tarde a maior cidade do Estado de Santa Catarina.

Ainda em 1851, 10 meses depois da chegada dos primeiros imigrantes, a direção da colônia realiza uma reunião popular e, através de votos, escolhem onze representantes do povo, constituindo-se assim o "Conselho Comunal", instituição típica dos povoados anglo-saxões, que passa a ter profundas implicações na vida da colônia. Esse Conselho, como uma instituição democrática, decidia os destinos da comunidade, julgando, analisando e

definindo prioridades.

Para Ternes " esta primeira eleição nas terras da colônia, haveria de marcar, nos anos subsequentes, uma das mais fortes e mais expressivas características da colonização germânica, verdadeiro fenômeno político, tradutor da formação cultural dos imigrantes " (1981, p.113).

Em 1852, é criado o primeiro jornal da colônia, o qual manuscrito e distribuído às pessoas que o encomendavam, serviu de embrião a imprensa joinvillense. O jornal, chamado " Der Beobachter am Mathiasstrom " - " O observador às Margens do Rio Mathias " - noticiava os principais acontecimentos da colônia e servia como elemento irradiador de cultura e de aglutinação dos seus moradores. Nesse mesmo ano, a partir de outubro, o pequeno povoado instalado na Colônia Dona Francisca passa a ser chamado de cidade de Joinville.

O processo histórico dessa comunidade, a partir de 1854, confunde-se com a significativa participação de um jornalista e advogado saxão recém-chegado a Joinville, Ottokar Doerfel (1818-1906), político culto e experiente que desempenharia papel importante no processo de expansão da cidade. No ano seguinte, 1855, funda a Maçonaria; neste ano nascem também, influenciadas por ele, as primeiras sociedades culturais e ocorre a primeira renovação do contrato inicial entre o Governo Imperial e a Sociedade Colonizadora. Com essa renovação, a colônia receberia novas subvenções e empreendimentos, bem como a manutenção de um hospital e de um médico.

Em fins de 1862, a colônia possuía cerca de cinco mil

pessoas, a maioria em atividade agrícola; dez anos após a chegada dos primeiros colonos, o destino de Joinville continuava o de ser uma colônia agrícola. Porém, nas próximas duas décadas, vários acontecimentos haveriam de modificar este panorama, fazendo com que Joinville acabasse se tornando um núcleo urbano pré-industrial.

Conforme Ternes (1981), um fator dos mais importantes para a significativa mudança na "rota natural" de Joinville, ocorre em 1862, com a fundação por Ottokar Doerfel do primeiro jornal impresso da colônia, o " **Colonie-Zeitung** ", editado em língua alemã, embrião de idéias políticas e estimulador de status para a cidade, pois além de manter a comunidade atualizada servia como instrumento impulsionador para a implantação de novos sistemas de produção. Neste sentido, como assinala Ternes (idem), o " **Colonie-Zeitung** " foi um dos fatores responsáveis pela transformação da colônia agrícola em centro industrial.

2. O Processo de Industrialização

O processo histórico do desenvolvimento industrial joinvillense, parte da simples transformação dos produtos agrícolas; as primeiras indústrias coloniais foram os engenhos de açúcar e de cachaça, de farinha de mandioca, de milho, as serrarias e olarias.

Anteriormente subordinada à Comarca de São Francisco do Sul, Joinville obtém sua elevação à Vila tornando-se depois cidade. A partir de 1865, Joinville a cada ano desenvolve-se

significativamente, caracterizando-se como uma próspera colônia. Nessa época já dispunha de jornal, de sociedades culturais, teatro e salões de leitura.

Dez anos após a primeira renovação de contrato entre o Governo Imperial e a Sociedade Colonizadora, efetiva-se a segunda renovação, injetando novos recursos na colônia.

Na reflexão acerca dos valores trazidos pelos imigrantes europeus, a maioria provenientes dos países anglo-saxões, Ternes (1981) credita o vertiginoso desenvolvimento da colônia às características peculiarmente personalistas dos imigrantes anglo-saxões. O caráter individualista da comunidade, o conteúdo da cultura alemã, o espírito empreendedor, tenaz e obstinado, o sentimento de auto-suficiência e de liderança, a dedicação ao trabalho, caracterizavam uma comunidade que evoluiu sob a influência do liberalismo, sob a ética protestante, sob o signo do trabalho (4).

Até o final do século XIX, acontecimentos históricos afetaram de alguma forma a cidade de Joinville: a abolição da escravatura, em 1888, a Proclamação da República, em 1889 e a Revolução Federalista de 1893. Porém, o espírito conservador e o sentimento de "independência" da cidade em relação à comunidade nacional permanecia evidente.

O comércio se desenvolveu, indústrias foram criadas, outras ampliadas. A expansão urbana caracterizou-se pela

(4) A ética protestante associada a supervalorização do tempo e do trabalho foi abordada por Max Weber em A ética protestante e o espírito do capitalismo. 6a Ed. São Paulo. Editora Pioneira, 1989. Nesta obra o autor relaciona a construção desta ética com o advento do capitalismo, dos movimentos de reforma religiosa na Europa e suas afinidades.

instalação de equipamentos de infra-estrutura, tais como água, luz, telefone, hospital, praças e escolas. Inicia-se, então, a formação de um capital que resultou no processo de industrialização joinvillense, intensificado a partir das duas grandes guerras mundiais, acompanhando o desenvolvimento do país.

O Ciclo do Mate constituiu-se num fator especial na formação do capital em Joinville. A industrialização e comercialização da erva-mate gerou uma engrenagem econômica da qual Joinville obteve grandes vantagens, o que se tornou possível face a facilidade de escoamento deste produto pelas estradas abertas pelos moradores da colônia.

"... Foi no mate, na Estrada da Serra, no Porto de São Francisco do Sul, e no gênio inventivo, criador, ousado do elemento colonizador que estão fincadas as bases de desenvolvimento econômico de Joinville "
(Ternes, 1981, p.207).

No beneficiamento da erva-mate consolidaram-se as primeiras fortunas joinvillenses, depois aplicadas em outras iniciativas. Em 1881, surge a primeira fábrica de tecidos, a Dohler; dez anos depois é criada a " Sociedade Industrial Catharinense ", que originaria novos empreendimentos empresariais e comerciais.

A partir do século XX, Joinville entra definitivamente num acelerado processo de desenvolvimento econômico; se até 1900 Joinville se caracterizava por ser uma cidade bucólica e pacata, o ano de 1906 se destaca por dar um novo impulso à comunidade. Acontecimentos importantes caracterizaram esse ano, tais como: a fusão dos partidos políticos, gerando a união das elites

economicamente fortes; o nascimento da Empresa Joinvilense de Eletricidade; o início da colocação de trilhos para a Estrada de Ferro, ligando São Francisco do Sul a Joinville; a visita do Presidente da República Afonso Pena, repercutindo numa publicidade à nível nacional, ao afirmar que " Joinville é o jardim do Brasil ". Outro acontecimento que também mereceu atenção nacional, foi uma grande enchente, ocasionando destruição e pânico entre os moradores. Data ainda de 1906, a inauguração do " Hospital de Caridade ", atual " Hospital São José ", bem como a criação do Mercado Municipal.

Por todos esses acontecimentos, o ano de 1906, conforme Ternes (1981) passa à história como um ano especialmente importante, lançando Joinville como uma comunidade forte politicamente, capaz econômica e socialmente.

Porém, o desenvolvimento econômico joinvillense sofreu, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, um aceleração efetivo, face a sustação das importações, o que obrigou a expansão de pequenas indústrias caseiras e artesanais, as quais constituíram a origem das inúmeras empresas existentes hoje em dia. A partir de 1914/18 e 1939/45, data das duas grandes guerras, Joinville torna-se conhecida como a " Manchester Catarinense ", uma analogia ao centro industrial de Manchester, na Inglaterra.

O surgimento do nazismo na Alemanha tem inúmeras repercussões em Joinville, bem como em todas as cidades de origem alemã, tais como, Blumenau, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul. A colônia germânica joinvillense, mesmo que disfarçadamente,

mostraria o verdadeiro sentimento patriótico, não escondendo sua inclinação e confiança no êxito da Alemanha na guerra.

A saudade da terra, misturada com o orgulho, tomou maiores dimensões a partir do patriotismo incitado pelo Nacional-Socialismo de Hitler. Nas escolas, igrejas, associações, estabelecimentos comerciais, sociedades de tiro, a única língua falada era a alemã. Joinville era conhecida como "uma pequena Alemanha" dentro do Brasil. Neste sentido:

" ... criavam-se novas escolas, estabeleciam-se novos grupos de interesse, instalavam-se novas sociedades culturais e recreativas, tudo girando em torno da língua alemã, da história alemã, que se ensinava nas escolas; nos jornais, artigos enalteciam a grandeza e a prosperidade gêrmanica, enfim, um sistema natural de "educação" e de "doutrinação" dos aspectos da cultura alemã, foi-se firmando aos poucos e, durante anos, contribuiu para tornar o alemão, mais ligado, emocional e psicologicamente, cultural e politicamente à Alemanha do que ao Brasil " (Ternes, 1981, p.246).

Com a Campanha de Nacionalização em 1938, Joinville sofrerá profundas transformações: a imprensa foi proibida de editar jornais em língua alemã, nas escolas foi impedido o uso da língua, bem como o ensino de disciplinas que enaltecessem características da Alemanha. Em todos os lugares - sociedades culturais, recreativas, estabelecimentos comerciais etc - era exigido o uso da língua portuguesa, ocasionando fortes impactos sobre a cultura local. Almejava-se com isto a definitiva incorporação destas comunidades ao contexto da nacionalidade brasileira (5).

(5) Ainda que a Campanha de Nacionalização possa ser associada à emergência do nazismo, esta não parece ser a única causa que levou o governo a promover tal campanha. Para Seyferth (1988, p.22) "... as primeiras medidas de nacionalização do ensino, por exemplo, foram anteriores à proibição das atividades

Daqui em diante, Joinville passa a conhecer novas dimensões de integração, bem como um rápido e sempre crescente desenvolvimento urbano, econômico e populacional.

Surgem, no decorrer dos anos seguintes, três grandes empresas: a Fundação Tupy, fundada em março de 1938; a Companhia Hansen Industrial (Tigre) em 1941 e a Indústria de Refrigeração Consul em 1950. O desenvolvimento de Joinville, dessa época em diante, confunde-se com o surgimento e crescimento destas três grandes empresas, já que proporcionaram o surgimento de uma série de outras pequenas e médias empresas.

Durante o período de 1940 a 1950, os índices de avanço na economia de Joinville foram significativos (6). São fundadas também no decorrer desta década, a Buschele e Lepper em 1944, a Carrocerias Nielson (atualmente Busscar) em 1946, a metalúrgica Dovat em 1950, entre outras. Possibilitava-se, assim, uma transferência de mão-de-obra das atividades primárias para as indústrias de transformação e serviços.

A década de 1950/60 encontra o país envolvido num acelerado crescimento econômico, resultado da política juscelinista, com ênfase nas indústrias de base e bens de consumo duráveis, o que rendeu profundas repercussões no desenvolvimento de Joinville. Data desta época a fundação da empresa de materiais hidráulicos, Docol em 1956.

(cont.) nazistas, e a população teuto-brasileira protestou contra o fechamento das escolas primárias particulares que ensinavam alemão. A política nacionalista do Estado Novo - independente do nazismo - produziu a campanha de nacionalização para "abrasileirar" os descendentes de imigrantes de qualquer origem".

(6) O aumento geral de emprego foi na ordem de 17%, sendo quase 80% o aumento específico de mão-de-obra industrial: época em que Joinville tira proveito do crescimento da indústria siderúrgica e metalúrgica nacional. Ver Martins (1989, p.28).

Proporcionaram o desenvolvimento das indústrias, um crescente aumento populacional. A cidade começa a se expandir urbanamente, com a criação de novos bairros e a implantação de uma significativa malha viária.

Em 1963, o principal gênero industrial em Joinville era o da metalurgia, seguida pela têxtil, produtos alimentares e o de material elétrico e de comunicações.

O agitado ano de 1964 dá uma nova configuração econômica ao Brasil, possibilitando um desenvolvimento industrial intenso, acelerando o ritmo de progresso, retomando o crescimento econômico e intensificando as relações comerciais com o resto do mundo. Nesse processo, Joinville desenvolve-se industrialmente mais rápido que a média nacional, possibilitando a expansão de empresas como a Tupy, Hansen Industrial (Tigre) e Consul, que aumentaram a produção e o número de empregados.

Em 1970, é fundada a Empresa Brasileira de Compressores (EMBRACO); ainda nesse ano, a Companhia Hansen Industrial é a indústria de maior faturamento em Santa Catarina, na mesma época a Indústria de Refrigeração Consul é a maior produtora de refrigeradores do país, recebendo em 1976 o título de "Empresa do Ano".

A fim de caracterizar a estrutura econômica de Joinville, apresento alguns dados acerca dos setores primário, secundário e terciário da economia joinvillense (7).

A estrutura fundiária de Joinville em 1980, era composta

(7) Tais dados constam no Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - Diagnóstico Municipal de Joinville, elaborado pelo CEBRAE/SEPLAN, Fpolis, IOESC, 1990.

de 1719 estabelecimentos agropecuários recenseados, ocupando uma área de 38.921 hectares, o que correspondia a aproximadamente 33% da área total do município. Os três produtos agrícolas que se destacavam no ano de 1987, em termos de valor bruto da produção eram: arroz, banana e mandioca, os quais contribuíram com 87% da renda gerada pela atividade agrícola no município. Quanto aos produtos agropecuários destaca-se a produção de bovinos, leite e suínos, seguida pela produção de eqüinos, ovos e cera de abelha. Joinville ocupa o primeiro lugar como produtor de bovinos, leite e suínos em sua microrregião.

Porém, é por seu setor secundário que Joinville merece destaque estadual e até federal. Este setor é responsável pela transformação das matérias primas disponíveis na natureza e dos produtos agropecuários, representando oportunidades de investimento e geração de empregos.

Em Joinville,

"... o parque industrial vêm demonstrando crescimento bastante significativo, justificável pelos setores de metalurgia, mecânica, material elétrico e comunicações, material de transporte, material plástico, têxtil e vestuário, que ao longo dos anos vem fortalecendo a economia local, contribuindo para que o município seja o maior parque fabril do Estado, constituindo-se num dos mais importantes pólos industriais do país" (CEBRAE/SEPLAN, 1990, p.19).

A partir do Censo Industrial realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) em 1980, Joinville possuía 700 estabelecimentos industriais, ocupando 39.340 pessoas como mão-de-obra (8). O setor está representado

(8) No período de elaboração deste trabalho, os dados do Censo Industrial realizado pela FIBGE de 1991 não se encontravam disponíveis para consulta.

pelas indústrias de transformação, merecendo destaque as de mecânica, metalurgia, produtos de matérias plásticas e têxtil. Os principais produtos industrializados no município são: material elétrico (geladeira, ar condicionado etc); ferro fundido e maleável; guarnições de cama, mesa e banho; motores; compressores de ar; plásticos; parafusos; porcas; massas e alimentos em geral. Entre estes, os principais produtos exportados - destinados a alguns estados brasileiros e outros países - são: compressores de ar; flores secas; guarnições de cama, mesa e banho; parafusos; porcas e motores.

No setor terciário, responsável pelo comércio e prestação de serviços, merece destaque a comercialização de produtos alimentares, bebidas, tecidos e vestuário; conforme dados do CEBRAE/SEPLAN em 1986, Joinville contava com 2.266 estabelecimentos comerciais que empregavam aproximadamente 13.486 pessoas. O subsetor de prestação de serviços ocupava, em 1986, 2.762 pessoas em 607 estabelecimentos.

Neste sentido, Joinville justifica-se como o maior centro industrial do estado de Santa Catarina, alcançando uma posição de destaque regional e nacional. Seu desenvolvimento industrial, facilitado pela proximidade e ligação com outros centros de grande porte, atraiu um grande contingente de mão-de-obra, resultado de um processo constante de migração, principalmente inter-estadual. O crescimento populacional de Joinville e suas consequências na urbanização da cidade serão assunto do próximo item.

3. O município e sua urbanização

O Estado de Santa Catarina, do ponto de vista econômico, ocupa um lugar de destaque no cenário nacional, podendo ser classificado como um Estado rico: sétima economia brasileira, segunda indústria têxtil, quinto produtor de alimentos e terceira maior renda per capita do país (9).

No cenário estadual, Joinville se destaca, ocupando o primeiro lugar em: população total urbana, arrecadação federal/estadual, estabelecimentos industriais e estabelecimentos dos serviços. Ocupa o segundo lugar em estabelecimentos comerciais, o décimo quinto lugar em área e quadragésimo primeiro em estabelecimentos agropecuários (cf. FIBGE, 1992).

Distante 178 km de Florianópolis/SC e 129 km de Curitiba/PR pelo seu porte, Joinville é considerada a maior cidade do Estado, ao lado de outro centro industrial de destaque: Blumenau, situado no Médio Vale do Itajaí. Ocupando uma área de 1.183 km², a altitude média é quatro metros e a temperatura média anual é de 20.48 graus. A precipitação fica entre 1500 a 1900 mm/anuais e o clima é subtropical úmido e temperado úmido.

Joinville integra a Microrregião Nordeste do Estado de Santa Catarina, composta de cinco municípios, da qual é o centro polarizador e faz parte da AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - formada por oito municípios; limita-se ao norte com o município de Garuva e Campo Alegre; ao sul com

(9) Tais dados constam na Revista Veja/SC, 13/03/91, p.06 - suplemento que circula apenas no Estado de Santa Catarina.

Araquari, Guarimir e Schroeder; a leste com a Baía da Babitonga - município de São Francisco do Sul e a oeste com Jaraguá do Sul (cf. Mapa 2 em anexo).

Por haver conquistado ao longo dos anos um lugar de destaque no cenário estadual, em decorrência de seu desenvolvimento econômico e industrial, Joinville apresenta um crescimento populacional surpreendente, aspecto este que acarretou inúmeras consequências à urbanização da cidade.

Se da década de 40 em diante, Joinville entra definitivamente num vertiginoso processo de desenvolvimento, vejamos os reflexos disto a nível demográfico e urbano.

A população de Joinville em 1940, perfazia um total de 30.040 habitantes, destes, 16.724 (55,6%) viviam em área urbana e 13.316 (44,3%) em área rural. Em 1950, a população era 43.334 habitantes, havendo nesta data praticamente um equilíbrio entre população urbana (49,3%) e população rural (50,7%). Já em 1960, sobe para 70.687 o número total de habitantes e em dez anos, a população urbana aumentou para 55.352 (78,3%) em detrimento da população rural: 15.335, ou seja, só 21,7% dos habitantes viviam em área rural. Em 1970, Joinville já possuía uma população de 126.559 habitantes. Destes 89% perfaziam o total da urbana, contra 11% da população rural (cf. dados dos Censos Demográficos realizados pela FIBGE nos anos de 1940-70).

Por sua vez, o grau de urbanização em Joinville no ano de 1940 foi de 38,5% , alcançando em 1950 48,3% , saltando para 88,2% em 1970 (Sudesul/Minter/SC/UFSC 1978:53).

Dados do Censo Demográfico elaborado pela FIBGE em 1980,

apontavam Joinville como a cidade mais populosa do Estado, com um total de 235.812 habitantes; uma população eminentemente urbana, 94,3% dos habitantes vivendo em área urbana e apenas 5,7% em área rural.

Os resultados do último Censo Demográfico, elaborado em 1991, continuam demonstrando o crescimento populacional incessante da cidade. A população de Joinville aumentou para 352.244 habitantes, destes 339.563 (96.4%) residem em área urbana e o restante, 12.681 (3.6%) residem em área rural. O que justifica tal aumento populacional ?

As explicações podem ser buscadas no processo de desenvolvimento econômico de Joinville, já que seu vertiginoso progresso industrial aliado a um intenso processo migratório pode ser considerado o responsável por tal expansão populacional.

Este rápido crescimento há algum tempo tornou-se motivo de preocupação e debate na cidade; em jornais pesquisados encontrei várias reportagens que abordavam a problemática populacional enfrentada por Joinville. Sob o título "População cresceu oito vezes em 36 anos" uma destas reportagens apontava que as razões de tão expressivo aumento populacional se encontravam "... embutidas numa série de fatos históricos, notadamente na área da economia, que no caso de Joinville, tem ligações profundas com todo o sistema cultural" (A Notícia, 09/03/87, p.12).

O desenvolvimento da cidade, seu crescimento econômico e industrial bem como populacional insere-se num contexto brasileiro mais amplo. O fenômeno da industrialização

brasileira, deflagrado pelo projeto modernizador de Getúlio Vargas e posteriormente mantido pelo governo Kubitschek, caracterizado pelo slogan " 50 anos em 5 ", teve um impacto extraordinário na história do crescimento populacional de Joinville.

A industrialização que permitiu o crescimento das indústrias locais a partir notadamente dos anos 50, tem reflexos nítidos em tal aumento populacional. "... Assim como o país abandonou sua característica maior, de país apenas agrícola e com maior parcela da população no campo, também Joinville deixou definitivamente os traços de colônia que ainda mantinha de forma bucólica e até romântica nos primeiros anos da década de 50 " (A Notícia, 09/03/87, p.12). Abandonando as características de cidade pequena, Joinville começa a conviver com traços de cidade de porte médio e almeja conciliar o crescimento econômico com a qualidade de vida da população.

Porém, a exemplo do que ocorreu no país como um todo, cujas grandes cidades tiveram um crescimento acelerado, com o surgimento de faixas de miséria e favelização - retrato de um modelo capitalista desigual e de um sistema político autoritário vigente no país pelo menos durante 20 anos - também Joinville começou a enfrentar problemas com o aumento da pobreza e a favelização no município.

Seu crescimento populacional implicaria numa radical transformação urbana da cidade. Como destaca Ternes (1981) a outrora pacata "Cidade dos Príncipes", na verdade transformara-se na "Manchester Catarinense" e para isto, pagou e está pagando um

preço.

Ao processo de expansão das indústrias, aliou-se a necessidade de mão-de-obra, para suprir as já estabelecidas e movimentar as novas que se estabeleciam.

Sem dúvida, grandes empreendimentos econômicos como a TUPY, HANSEN e CONSUL, entre outros, foram e continuam sendo fatores decisivos nas transformações sociais, urbanas e econômicas de Joinville.

Tais transformações influenciaram diretamente no ambiente e na qualidade de vida da população de Joinville, deixando definitivamente para trás o vivido e desfrutado no começo dos anos 50 (10).

O grande índice de migração regional e interestadual, atraída pelas grandes indústrias locais foi fator preponderante na transformação urbana da cidade. Essa mão-de-obra que diariamente chega a Joinville, possui características comuns: a maioria provém do interior do Estado do Paraná, são pequenos proprietários ou agricultores que não possuíam a propriedade da terra no seu lugar de origem; trabalhavam com plantio em propriedades de terceiros a meia ou a terça, ou, ainda, como bóias frias. Assim, a questão da terra aliada à falta de uma política agrícola, exposição natural a fatores climáticos - seca, geada

(10) O crescimento da cidade e suas conseqüências, cada vez mais tornava-se alvo de discussão, como podemos constatar em algumas manchetes de jornais: " Em 15 anos população triplicou - começou na década de 70, de 121 mil habitantes Joinville saltou para 350 mil. Motivo: busca de emprego e melhor condição de vida " (Diário Catarinense - Suplemento Especial, 09/03/87). " Modernização e qualidade de vida preocupam - Secretário de Planejamento faz um alerta: é preciso mexer na cidade para evitar uma nova Cubatão. Migração é o problema " (Diário Catarinense - Suplemento Especial, 09/03/88). " Crescimento sem infraestrutura - habitação, saneamento, educação, comunicações e segurança pública são os principais problemas que Joinville enfrenta no momento " (Diário Catarinense - Suplemento Especial, 09/03/89).

etc - faz com que a renda proveniente torne-se insuficiente, até mesmo para manter as condições mínimas de subsistência.

Portanto, dadas as reduzidas possibilidades de sobrevivência no campo, inclusive com a inexistência e/ou precário atendimento de serviços de consumo coletivo, como creches, escola, posto de saúde, hospitais, transporte e, vindo no pólo industrial de Joinville, perspectiva de emprego e melhoria da qualidade de vida, tais pessoas migram para o município.

E importante salientar a ação de grandes indústrias como a TUPY que por volta de 1986 - tal como os "aliciadores" de imigrantes europeus no século passado - buscava pessoas no interior, principalmente do Paraná, com propostas de emprego garantido e um futuro melhor (11).

Conforme entrevista com Engenheiro M., funcionário e atual Secretário da Habitação e Saneamento de Joinville, podemos identificar a ação dessas indústrias no sentido de garantir a presença de mão-de-obra na cidade:

" ... a partir da década de 60/70 e 80 ela (Joinville) começou a se industrializar, então essa mão-de-obra que tinha aqui era uma mão-de-obra mais especializada

(11) Tal prática de "aliciamento" é noticiada no jornal Diário Catarinense (07/06/91, p.3), onde destaca-se que empresas como a Fundação Tupy S.A., Consul, ENBRACO entre outras, ofereciam vantagens às famílias migrantes a fim de garantir mão de obra em abundância e barata. Na mesma reportagem, conforme depoimento de um morador da Vila Paranaense, evidencia-se tal fato: "... Já vivemos a fase de ouro, quando eles [as indústrias] mandavam até carro para nos buscar lá no Paraná. Além de um emprego em que o salário valia mais, achávamos lugar para morar com facilidade. Quem se aventura hoje, já não consegue morar em Joinville sem pagar um aluguel alto e sem condições mínimas de infra-estrutura, pois a Prefeitura está mais atenta para as invasões das áreas de mangue que estão protegidas" (M.R., 35 anos).

As implicações do crescimento acelerado da cidade a muito tornou-se motivo de preocupação do órgão público, conforme publicado em jornal local "A NOTICIA" (11/03/92), o secretário de Desenvolvimento Comunitário da PMJ afirmava que: "... a prefeitura não estimula a migração (...) pois muitos dos que chegam à cidade, o fazem iludidos por informações de parentes residentes no município e que dão a falsa idéia de que aqui é o paraíso. Em anos anteriores os empresários (sic) buscavam mão de obra para as suas indústrias e não se preocupavam com os problemas de infra-estrutura urbana que isso acarretava".

e não se prestava pra trabalhar na indústria com baixos salários como mão-de-obra barata, então eles (empresários) tiveram que buscar fora essas pessoas pra trabalhar, (...) em função dessa industrialização criaram-se grandes indústrias e demandou então, grande número de mão-de-obra, aí essas empresas acabaram buscando fora através de propaganda, uma série de coisas, de incentivos, trazendo essas pessoas pra cá".

Portanto, muitos migrantes chegaram à Joinville trazidos pelas indústrias locais com a expectativa do emprego, mas sem garantias concretas em relação ao modo e qualidade de vida (12).

Fora seu potencial industrial e financeiro, Joinville se caracteriza por ser uma cidade permeada de problemas, com uma expansão urbana desordenada que resultou num intenso processo de favelização nas áreas periféricas da cidade, já que ao chegarem, os migrantes vão em busca da condição primeira de sua sobrevivência: uma casa para abrigar-se e/ou para a família.

Como consequência, as áreas de mangue que circundam o município - em decorrência da região leste da cidade limitar-se com a Baía da Babitonga - tornaram-se alvo de ocupações clandestinas.

Essa região de manguezais por muito tempo foi considerada como "terra de ninguém", uma região sem dono definido. Porém, os manguezais são considerados reservas ecológicas, segundo determinado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) na sua Resolução nº 04/85, baseada na Lei nº 6.938/81 e no Decreto nº 89.336/84, sendo ainda protegida pela Lei Estadual nº 5.593/80. Sobre estas áreas incide ainda o Artigo

(12) Maiores informações a respeito das pessoas que migram para Joinville, são apresentados no terceiro capítulo deste trabalho, a partir dos dados coletados no decorrer da pesquisa de campo.

no 20, item VII da Constituição Federal, que caracteriza como bens da União os terrenos de Marinha e seus acréscidos (13); sob a responsabilidade do Serviço do Patrimônio da União (SPU) de cada estado.

Historicamente estas áreas sempre foram de interesse das indústrias e imobiliárias que almejavam expandir-se. Inúmeros loteamentos foram criados nestas regiões e algumas indústrias expandiram seu parque industrial ocupando o manguezal, caracterizando os interesses econômicos, políticos e sociais nestas áreas (14).

A ocupação dos manguezais por aqueles - principalmente migrantes - que resolveram transformar estas áreas em local de moradia será tema do próximo capítulo.

(13) Segundo a Resolução Portomarinst nº 318.301 de 12 de julho 1983, o Ministério da Marinha, através de sua Diretoria de Portos e Costas, conceituou o que se entende por terrenos de Marinha: "... os terrenos em uma profundidade de trinta e três (33) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra da posição da linha do preamar médio de 1831, situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés" (Souza, 1991, p.42).

(14) Ver principalmente, Martins (1989) e Souza (1991), que desenvolveram respectivamente, uma monografia de especialização e uma dissertação de mestrado, na área de Geografia, acerca da ocupação dos manguezais de Joinville.

CAPITULO II

O OUTRO LADO DA CIDADE: OS MANGUEZAIS E SEUS MORADORES

1. O processo de ocupação dos mangues

No primeiro capítulo deste trabalho, abordei rapidamente a ocupação das áreas de mangue na periferia de Joinville. Pretendo, agora, desenvolver uma análise mais aprofundada deste processo de ocupação.

Conforme reportagem publicada no jornal de maior circulação no município (**A NOTICIA** 09/03/88), em caderno especial, comemorativo dos 137 anos da cidade, a "invasão" de áreas de mangue em Joinville não é uma coisa nova. Desde os colonizadores que construíram suas habitações junto ao rio Cachoeira, tem havido um "confronto direto de seus habitantes com os manguezais" (Idem).

Se, no início da colonização, os primeiros a ocuparem os manguezais foram os desbravadores daquelas terras, determinados a ali construir uma nova cidade, depois deles muitos fizeram dos mangues oportunidade de lucro e desenvolvimento econômico.

Através da leitura de mapas e levantamentos aerofotogramétricos, Martins (1989) realizou uma análise da ocupação dos mangues a partir de 1958 até 1986, vindo a constatar que esta ocupação deu-se primeiramente através das indústrias e dos loteamentos imobiliários. Muitos destes loteamentos se não eram criados em cima das áreas de mangue, faziam limite com elas, possibilitando o surgimento de novas ocupações mangue adentro.

Conforme ressaltado anteriormente, a ocupação dos mangues através de grupos empresariais, desencadeando o surgimento próximo às indústrias de ocupações clandestinas, em áreas sem infra-estrutura e em condições insalubres, é demonstrado por Souza (1991), que analisa e aponta a influência direta que a instalação do Grupo TUPY, no bairro Boa Vista, teve sobre o processo de ocupação dos manguezais (1):

"... O impacto proporcionado, pela presença da grande indústria na periferia da cidade, proporcionou também a necessidade da transferência para próxima de si, de outras atividades e portanto de pessoas também necessárias para suprir seu funcionamento (...). Ao localizar-se próximo a extensas áreas de mangue, o Complexo TUPY vislumbrava a possibilidade de a seu redor, ver instaladas áreas eminentemente proletárias. Com a mão-de-obra próxima, os custos com deslocamentos de trabalhadores seria diminuído. Na prática isto ocorreu (...) com a mudança do Complexo TUPY para a periferia da cidade, criaram-se as condições necessárias para o surgimento de assentamentos espontâneos, insalubres e sem infra-estrutura " (Idem, p.038).

Desta forma, como ressaltam Kowarick & Ant (1988), o processo de periferização - que podemos observar também em

(1) Tal grupo empresarial é composto por 24 empresas que formam a TUPY S.A. Holding Corporativa, atuando nos setores químico-plástico e metal-mecânico.

Joinville - decorre de uma teia interligada de fatores. Como destacam os autores, o principal aspecto reside no próprio avanço da industrialização que, ao se expandir, cria novos e diversificados núcleos. No caso da situação aqui analisada, o surgimento de núcleos habitacionais sobre os mangues insere-se neste processo.

Para fins de localização, o bairro Boa Vista é vizinho e antecede o bairro Espinheiros, onde se encontra a Vila Paranaense, local da realização da pesquisa de campo.

O surgimento de indústrias em áreas de mangue ou próximas a elas, no Boa Vista principalmente, contou com a existência da Lagoa do Saguacú, localizada no extremo norte do bairro e bem próxima ao Espinheiros. A finalidade era aproveitar o potencial fornecedor de água, a descarga de despejos e a chegada de matéria prima para as indústrias, na época em que não existia ainda a BR - 101 (Martins, 1989).

Com o estabelecimento de empresas do Grupo TUPY no bairro, novas ruas foram abertas. Parte destas empresas, bem como ruas, atingiam áreas de mangue.

Em 1967, ocorre a abertura de parte da Rua Balthazar Buschele, rua central do bairro Boa Vista, que conduz também ao bairro Espinheiros. Conforme Martins (op.cit.), esta rua veio mais tarde facilitar a ocupação dos mangues localizados no Espinheiros, constituindo-se hoje em dia num dos grandes núcleos de habitação sobre o mangue.

O processo de colonização visto anteriormente - com a

cessão de terras dotais do Príncipe de Joinville à Sociedade Colonizadora de Hamburgo, concedendo assim o direito à ocupação e colonização destas terras - conferiu a Joinville determinadas características que possibilitaram a apresentação por parte de alguns, de documentos ditos legais (escrituras, títulos de posse) de origem suspeita e já questionados perante a Justiça.

O mangue passa então a tornar-se alvo de disputas e interesses econômicos. Grupos empresariais, como indústrias de cerâmica, de fundição de ferro e uma administradora de empreendimentos imobiliários, disputam junto a cartórios de registro de imóveis e com inúmeras famílias lá residentes a posse destas áreas.

Portanto, o processo de ocupação dos manguezais conta com a participação de inúmeros atores. O que interessa ressaltar neste capítulo, são os motivos e condições da ocupação destas áreas consideradas impróprias à moradia por parte de várias famílias de forma acelerada, bem como, as ações desencadeadas a nível do poder público local e da sociedade joinvillense em geral, em função destas ocupações.

Volto portanto, a argumentos anteriormente apresentados. Uma série de fatores podem ser apresentados como desencadeadores da transformação de áreas de mangue em espaços de moradia.

O desenvolvimento acelerado de Joinville, em virtude de sua industrialização, ocasionou uma superpopulação que a cidade não estava preparada para receber. Urbanisticamente, ela não oferecia e não oferece condições igualitárias de moradia; retrato

da segregação residencial que também ocorre em Joinville (2). O que é percebido pela ocupação desordenada do solo urbano ou pela dificuldade da grande maioria de seus habitantes, em adquirir terrenos em áreas centrais e bem localizadas, ou em loteamentos com infra-estrutura garantida.

Neste sentido, conforme Jacobi (1989,p.69)

"... a urbanização induzida pelas indústrias não cria condições urbanas adequadas às dimensões atingidas pelo crescimento populacional. Têm-se uma altíssima taxa de urbanização por um lado, e um hiato significativo na criação de condições urbanas por outro".

Mas, a partir de que momento os manguezais surgem como alternativa de moradia para um grande número de famílias ?

Até o final da década de 60, Joinville era uma cidade que crescia e se desenvolvia, mantendo-se sempre entre os dez municípios catarinenses com melhor qualidade de vida da população.

A partir da década de 70, e do que se considerou um *boom* industrial, houve uma enorme migração em direção ao município, acarretando um crescimento explosivo e um aumento populacional acima de médias nacionais.

Esse migrante que chega à cidade - ainda - vem principalmente atraído pela crença na facilidade em conseguir um emprego nas inúmeras indústrias de Joinville, aliada à ação das

(2). Tal problemática urbana é analisada em cidades de grande porte como São Paulo e Rio de Janeiro em trabalhos como: Perلمان (1977), Kowarick (1979), Kowarick e Campanário (1988), Kowarick & Ant (1988), Bonduki (1988), Santos (1981), Valladares (1980 e 1981), Ribeiro e Lago (1992), entre outros.

grandes empresas que iam até o interior do Paraná buscar os trabalhadores no seu local de origem. E de fato isso ocorria, principalmente durante a década de 70 e 80. As declarações de moradores da Vila Paranaense ilustram isto:

" A gente chegava aqui de manhã e no final do dia já tava empregado " (A.R, 38 anos).

" A Tupy mandava Ônibus para buscar pessoal, hoje é ela a que mais manda embora " (W.S., 22 anos).

No final da década de 80 e início dos anos 90, a tão propagada "fartura" de empregos em Joinville tem diminuído, sem que a migração tenha acompanhado esse decréscimo.

Continuam chegando migrantes em Joinville, porém estes agora enfrentam dificuldades em se empregar, passando vários meses até que isto aconteça. Muitos nem conseguem um emprego, alguns retornam ao local de origem mas outros chegam em seu lugar.

Em 1988, o então Secretário de Planejamento de Joinville numa declaração em jornal de âmbito estadual afirmava que: **"... o grande crescimento da migração em direção a Joinville fez com que a modernização do setor industrial da cidade provocasse uma grande euforia, com os empresários, o poder público e a comunidade em geral admirados com esse sucesso e se esquecendo de olhar o crescimento ordenado da própria estrutura da cidade "** (Diário Catarinense - Suplemento Especial, 09/03/1988).

O resultado pode ser comprovado na deterioração da qualidade de vida em Joinville, principalmente em suas áreas periféricas, uma vez que a infra-estrutura urbana não acompanhou

o crescimento populacional.

Aliada a especulação imobiliária, a dificuldade em adquirir um terreno em local mais adequado e o fato da grande indústria muitas vezes estar localizada naquela região, fez com que a ocupação dos manguezais representasse uma saída econômica e rápida.

Econômica porque muitos de seus primeiros ocupantes não precisavam dispendir grandes quantias em dinheiro para ocupar o mangue onde iriam construir sua "moradia". Além do mais, localizada próximo ao local de trabalho excluía gastos com transporte.

Rápida porque, de um dia para o outro, muitas vezes durante a noite, a casa era construída.

Como destaca Bonduki (1988) seriam estas as novas "soluções habitacionais" criadas por contingentes de trabalhadores que chegando às grandes cidades, perguntam-se: onde morar ? Começam a surgir então, a favela e a casa própria autoconstruída em loteamentos periféricos desprovidos de qualquer melhoria urbana. E uma **"forma de morar baseada no trinômio loteamento periférico/casa própria/autoconstrução, redundando numa série de sacrifícios e carências a seus habitantes"** (idem, p.109).

Neste sentido, Gouvêia (1991) afirma que a cidade capitalista funciona como um arranjo espacial estruturado para atender às necessidades do capital. E prossegue afirmando que:

"cada vez mais, vêem-se os núcleos urbanos sendo desenhados pela especulação imobiliária, que, ao estocar terras infra-estruturadas nas cidades, eleva os preços dos imóveis obrigando a população de menor renda a morar nas periferias empobrecidas" (idem, p.76)

Portanto, as ocupações nos manguezais, que ocorreram em menor número durante toda a década de 70, tomam maior vulto a partir da década de 80, precisamente a partir de 1983/1984, merecendo destaque na cidade e tornando-se alvo de preocupações por parte do poder público municipal.

Em entrevista com o Engenheiro M., fica caracterizada muito bem a visão que o poder público possui da ocupação dos manguezais e do como isso se processa:

" ... Vieram para cá apenas quem não tinha capital nenhum, dinheiro nenhum pra comprar um lote urbanizado, eles vinham - assim como a gente dizia - com a cara e a coragem, com os filhos e um saco de roupa nas costas; era assim que chegava esse pessoal. Arrumavam emprego fácil, chegavam de manhã arrumavam um emprego e não tinham onde morar, não tinham como comprar um lote. Então, começaram a ocupar essas áreas de manguezais, que são áreas pertencentes à União Federal, que não tem dono, não tem titulação, não tem documento. Essas áreas são precárias com influência de maré duas vezes por dia. Ai então, essas pessoas, essas famílias, faziam suas casas sobre palafitas, isso iniciou na década de 60, se intensificou em 70, e já no início de 80 era violento, era coisa grande. Em 1983 isso chamou atenção do poder público municipal, o número das famílias era enorme e precisava se fazer alguma coisa ".

Com a continuidade da ocupação, aumentando sensivelmente o número de famílias precariamente instaladas, a Prefeitura do município sofre pressões, por parte da sociedade local, grupos progressistas da Igreja Católica, políticos de esquerda, órgãos da sociedade civil como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e principalmente pelas comunidades de moradores residentes nos manguezais, que organizados, também pressionaram a Prefeitura

reivindicando obras que melhorassem suas condições de vida (3).

Porém, como ressalta Jacobi (1989, p.12) a existência das "contradições urbanas" não representa necessariamente a emergência de mobilizações populares:

"A relação entre carências e exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica, mas permeada por mediações que nos permitam estabelecer elos entre a vivência-percepção e a ação propriamente ditas".

E esta vivência-percepção e a ação desencadeada pelos moradores da Vila Paranaense que pretendo também verificar ao longo deste trabalho.

Prosseguindo, a ocupação dos manguezais foi causa de inúmeras polêmicas na cidade. Setores ligados à questão do meio ambiente tomaram posição contrária às ocupações e às tentativas da PMJ em urbanizar a área; seja pela extensão dos manguezais já destruídos pelos moradores ou pela extensão que a urbanização com certeza viria a destruir (4).

Em 1984, quando as ocupações representavam menor número que o atual, elaborou-se um estudo com perspectivas de ação para enfrentar a problemática que se apresentava. Naquele período foi ventilada a possibilidade de remoção das famílias, programa que seria assumido pela Prefeitura, no intuito de preservar o mangue.

(3). Neste período, os bairros Fátima e Boa Vista eram os que abrigavam o maior número de ocupações, possuíam organização própria, como Associações de Moradores e tiveram um papel fundamental no processo de reivindicação por ações da PMJ à nível de urbanização daquelas áreas.

(4) Ver principalmente, MULLER, Iolanda F. Ecologia e Administração de Empresas: Um estudo de caso na Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ.1989, UFSC, p. 164-172. (Dissertação de Mestrado). Neste trabalho a autora apresenta alguns depoimentos acerca deste Programa desenvolvido pela PMJ. Esta polêmica será analisada com maiores detalhes no decorrer do Capítulo IV deste trabalho.

Porém, questões políticas como a alegação da FMJ de não contar com um orçamento suficiente para a aquisição de outra área, bem como, o próprio relacionamento e pressão das imobiliárias locais sobre o órgão público, tiveram peso maior na decisão tomada, e a administração decidiu pela permanência das famílias nos manguezais, iniciando um trabalho de urbanização.

2. Manguezal: um espaço que se tornou moradia

As inúmeras comunidades que se formavam sobre os manguezais de Joinville, localidades estas onde vivem centenas de famílias em condições de moradia extremamente precárias, eram desconhecidas para mim. Na verdade, não conhecia Joinville, cidade importante a nível do Estado mas que para mim pouco significado tinha, salvo pelo "Festival de Dança de Joinville" pela "Festa das Flores" e a fama de suas grandes indústrias, tais como: Consul, Tupy S.A., Cia. Hansen (Tigre) etc.

Conforme o histórico do tema, conheci Joinville e sua realidade cheia de contrastes em 1989, em virtude de uma oportunidade de trabalho que se apresentava, numa época em que muitos colegas tais como eu, recém saídos da Universidade arduamente enfrentavam as reduzidas opções no mercado de trabalho.

Encontrava-me, portanto, em Joinville para trabalhar na Prefeitura Municipal, alocada no Núcleo de Bacias Hidrográficas (NBH), subordinado à Secretaria de Planejamento. Esse setor era o

responsável pela execução em todos os níveis do " PROGRAMA INTEGRADO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS LOCALIZADAS NAS ÁREAS DE MANGUE DE JOINVILLE E DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ", também conhecido como " PROJETO MANGUES ". E meu trabalho enquanto Assistente Social desenvolvia-se dentro deste Programa.

Retomando o apresentado anteriormente, as duas grandes preocupações deste Programa passam primeiro pela: urbanização das áreas de mangue já ocupadas a fim de proporcionar condições de vida mais dignas à população; e segundo, preservação dos manguezais ainda remanescentes.

O trabalho desenvolvido, pela Assistente Social era diretamente vinculado as famílias residentes, passando pelo reconhecimento das áreas ocupadas, cadastramento das famílias, divulgação acerca do trabalho desenvolvido pela Prefeitura, esclarecimentos sobre os limites do lote que competia a cada família, e uma série de outras ações.

Foi a partir da atuação neste Projeto, que conheci esta realidade, entrando em contato com uma face de Joinville que sequer imaginara existir: uma periferia pobre, em contínuo processo de favelização, onde inúmeras pessoas residiam (e residem) em condições extremamente adversas à moradia. Habitando nos manguezais, em terrenos lodosos e úmidos; em pequenos barracos construídos sobre "sapatas" ou "tubos" os quais garantem uma altura suficiente para impedir a entrada da maré diariamente em suas "casas", já que as áreas de mangue sofrem influência das marés duas vezes por dia.

Eram muitos os problemas que enfrentavam essas famílias,

na medida em que tentavam tornar locais tão insalubres, em espaços de habitabilidade.

A vegetação típica destes manguezais era cortada, algumas pessoas preocupadas em "delimitar" um espaço de moradia, mediam e demarcavam um pedaço de terra. Alguns cercavam sua área, mas a grande maioria erguia suas casas aleatoriamente, muitas vezes próximas umas das outras, caracterizando uma ocupação "desordenada". Não havia ruas que dessem acesso a estas casas, os moradores quase sempre em grupo, construíam "pontilhões" (mais freqüente) ou com a própria terra do mangue erguiam montes lineares sobre os quais jogavam pedaços de madeira que possibilitassem o caminhar para desta forma, proporcionar acesso às moradias.

As instalações sanitárias eram as conhecidas "casinhas" geralmente próximas as casas, também erguidas sobre sapatas, contando com a maré a fim de dar um destino aos dejetos ali depositados.

Também não possuíam luz elétrica, muitos utilizavam velas e lampiões. Outros construíam suas casas mais próximas às famílias que residiam em "loteamentos" (5) e possuíam eletricidade; puxavam então "rabichos" (6) das mesmas. Como esse sistema muitas vezes era utilizado por várias famílias, ocasionava uma sobrecarga na tensão elétrica, resultando na fraca

(5) Estes "loteamentos", prática comum das imobiliárias joinvillenses, faziam parte dos chamados loteamentos "populares", geralmente clandestinos, executados em áreas de mangue, sem infra-estrutura e os requisitos legais necessários. Ver Souza (1991).

(6) Recebem esta designação as ligações "clandestinas" de energia elétrica, cedidas por habitações abastecidas por energia da rede pública (CELESC) e que localizam-se geralmente próximas as casas receptoras de tal recurso. Esta forma de "abastecimento" também repete-se em relação ao fornecimento de água.

iluminação, na queda súbita da corrente e na queima de aparelhos domésticos, tais como: geladeira e televisor. Mas, o maior inconveniente deste tipo de recurso, era o encarecimento da tarifa que, dividida igualmente entre as famílias igualava também o consumo, mesmo que este fosse diferenciado. Além do mais as famílias arcavam também com o consumo da casa que fornecia o tal "rabicho".

A falta de água encanada era outra carência que estas pessoas enfrentavam, porém, tal como na falta de energia elétrica, o "rabicho" neste caso, também foi a alternativa encontrada por algumas famílias.

Em relação a políticas e ações em saúde na Vila Paranaense, pouco é realizado. Além da preocupação com o saneamento básico e/ou as melhorias das condições de vida dos moradores - que sem dúvida possuem ligação direta com a saúde dos mesmos - não há por parte do Projeto nenhuma outra ação. Em que pese aí a construção de um Posto de Saúde mais próximo, ou qualquer outra atividade de saúde pública junto a essa população.

Na Vila, frente a esta realidade, tentou-se implantar um projeto de pesquisa chamado "Fábrica de Saúde" que funcionaria no Centro Comunitário existente no local e atenderia a população daquela localidade (7).

(7) Este projeto de pesquisa não possuía nenhum vínculo institucional, partiu do interesse de um grupo que, liderados por um médico desenvolveram tal proposta. A fim de iniciarem ações concretas no bairro, firmaram um convênio com a Fundação Educacional de Joinville (atualmente UNIVILLE) e a Associação Catarinense de Ensino (ACE). Contando com alguns recursos, reformas foram efetuadas no Centro Comunitário, local considerado capaz de abrigar a tal "fábrica de saúde". Um levantamento de dados acerca dos problemas de saúde existentes no bairro, efetuado por estagiários, norteariam as ações a serem desenvolvidas. Algumas reuniões foram efetuadas, a fim de discutir e esclarecer com a população a proposta de atuação. Objetivavam desenvolver ações preventivas a nível de saúde, bem como atividades diferenciadas, já que, tal proposta se afastava dos postos de saúde mantidos pelo município. Porém, uma

Com a atuação do Projeto de Urbanização neste local, mais ruas foram abertas, mais lotes foram "indicados" (8), algumas quadras possuem drenagem pluvial e muitos lotes se encontram aterrados total ou parcialmente. Quase todas as quadras possuem energia elétrica da rede oficial, porém, essa situação não é geral: muitos lotes ainda estão sem aterro ou o possuem apenas sob a casa, originando terrenos sempre úmidos e lodosos. As valas abertas em frente aos lotes - a fim de escoar as águas da maré - bem como o esgoto doméstico é a céu aberto, ocasionam mau cheiro, inúmeros mosquitos e muita preocupação às mães que temem por seus filhos menores, pois brincando nas proximidades das valas, correm o risco de cair dentro delas. Estas valas não possuem grande profundidade mas tem grande abertura, além da água poluída que por ali escoam.

As habitações que ocupam os lotes apresentam uma diversidade de aspectos. Vão desde casas espaçosas, algumas de alvenaria, pintadas e bem conservadas, até casas precárias, pequenas e mal ventiladas. A forma como a grande maioria adquiriu sua própria moradia foi através da autoconstrução - prática tão comum às camadas populares - realizada nos chamados "momentos de folga", mobilizando essencialmente o grupo familiar, podendo contar também com a participação de vizinhos e amigos; utilizando

(cont.) série de fatores resultou no fracasso do projeto, uma das maiores dificuldades recaiu na falta

recursos, bem como, conflitos surgidos entre a equipe de coordenação do projeto e alguns moradores do bairro. Poucos meses depois, tal projeto foi abandonado.

(8) A partir do Projeto de Urbanização, os lotes criados nas áreas de mangue, são indicados para famílias que já residiam no local anteriormente ou àquelas selecionadas a partir de critérios estabelecidos pela PMJ. Tal indicação, é efetuada mediante a entrega de um "termo de indicação de lote" ao morador. Maiores detalhes acerca desta questão será abordada no Capítulo IV deste trabalho.

materiais muitas vezes de baixa qualidade ou mesmo reaproveitando restos de demolição ou de outras construções.

O processo de autoconstrução das moradias e a análise da importância desta, como um dos principais itens das condições de reprodução da força de trabalho, foi abordado por autores como: Bonduki & Rolnik (1979); Kowarick (1979, 1986, 1988); Maricato (1979); Lima (1980); Valladares & Figueiredo (1981) entre outros.

No decorrer do processo de demarcação das ruas e lotes pela equipe do Projeto Mangues, foi delimitado um grande espaço vazio, a fim de abrigar equipamentos sociais tais como: Escola, Posto de Saúde, Creche, uma sede para a Associação de Moradores e um local para lazer. Porém, esta grande área serve como canteiro de obras da Empreiteira que desenvolve atividades na Vila. A área também foi utilizada para - em virtude de um determinado convênio com uma Secretaria do Governo Federal - a construção de três pequenas casas em alvenaria, que abrigam um Posto Policial (reivindicação dos moradores), uma filial do escritório do NBH/PMJ e a Associação dos Moradores da Vila Paranaense.

Diante desta realidade de moradia, caracterizada por tantas dificuldades, começando pelo local onde erguiam suas casas, a dificuldade de acesso às mesmas, a falta de saneamento básico, de energia elétrica e de água encanada, quais os motivos que impulsionaram tais pessoas a fazerem deste espaço, considerado impróprio à habitação, seu local de moradia?

Em seus depoimentos aparecem os mais variados motivos, que vão desde o alto preço dos aluguéis até o fato de possuírem parentes que já moravam anteriormente nestes locais. Voltarei a

discutir esta questão e suas implicações a nível mais geral, no decorrer deste trabalho.

Após a caracterização de Joinville a nível de sua importância econômica e industrial, bem como da demonstração das contradições existentes na cidade - em decorrência de seu desenvolvimento econômico e da pobreza e favelização encontrada nos manguezais de sua periferia - considero oportuno refletir teoricamente acerca do crescimento urbano de cidades que sofreram um desenvolvimento industrial acelerado. Portanto, será este o assunto do próximo item.

3. Reflexões acerca do crescimento urbano de Joinville

Como enfatizei anteriormente no primeiro capítulo e no decorrer deste segundo, Joinville insere-se no contexto brasileiro como tantas outras cidades que, sobressaindo-se econômica e industrialmente, não passa por isso impunemente. Ou seja, convive paralelamente com a pujança financeira e o crescimento de problemas urbanos, como por exemplo: a favelização na periferia. Com uma vida caracterizada por inúmeras carências sociais, os moradores desta periferia integram a força de trabalho que alimenta e impulsiona a engrenagem econômica que enriquece a cidade.

Objetivando apresentar a realidade vivenciada pelos moradores de manguezais como um problema enfrentado pela cidade a nível de seu crescimento urbano, começo por caracterizar o

desenvolvimento econômico e industrial de Joinville por acreditar que ambos estão interrelacionados. Conforme Lefebvre (1991, p.03)

"... para apresentar e expor a 'problemática urbana', impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade (...) se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à cultura" (grifos do autor).

Com base neste ponto de vista, abordo brevemente algumas questões teóricas acerca da literatura existente sobre a urbanização brasileira bem como elementos que caracterizam grandes cidades do país, situando Joinville neste contexto.

Dentro das Ciências Sociais muito já se investigou acerca da "questão urbana". Pretendo aqui, pensar a problemática urbana de Joinville à luz desta literatura, preocupada principalmente com as consequências desta nas condições de vida dos moradores das áreas de mangue.

Na literatura sobre a urbanização brasileira, podem ser encontrados diferentes eixos analíticos, que vou expor rapidamente, a fim de situar o leitor nesta discussão e esclarecer qual deles mais se aproxima do adotado neste trabalho.

Os primeiros estudos que se preocuparam em analisar a estrutura metropolitana nasceram no interior da geografia, conforme Ribeiro & Lago (1992). A pesquisa urbana apresenta diferentes etapas que, se diferenciam pelos objetivos e enfoques que predominavam em dado momento.

Nos anos 40, os estudos eram principalmente descritivos sob a influência de teóricos franceses como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. O centro das investigações era a cidade enquanto unidade espacial e econômica.

Os anos 60, também sob a influência da geografia francesa de Jean Tricart e Michel Rochefort, inaugura a análise da cidade como integrante do sistema urbano ou da rede de cidades. No Brasil, P. Geiger (1963) e Milton Santos (1967) lançam trabalhos influenciados por esta perspectiva e tornam-se marcos da **"adoção do enfoque interurbano e o estabelecimento de relações entre o crescimento econômico nacional e as características do conjunto da estrutura urbana"** (Ribeiro & Lago, 1992, p.156).

Começa-se a discutir as particularidades do processo de transformação social no Brasil e na América Latina, e apontam a tese de hiperconcentração urbana.

Autores como L. Pereira (1969) e Manuel Castells (1971) desenvolvem trabalhos a partir da ótica da dependência, ou seja, o crescimento urbano latino-americano e brasileiro aparece como decorrente dos desequilíbrios provocados pelas relações de dependência de suas economias enquanto capitalismo periféricos.

Contra-pondo-se a isto, Paul Singer (1973) defende a tese de que o crescimento urbano brasileiro, tal como o latino americano, **"nada tem de particular e que suas características decorrem do processo de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil"** (Ribeiro & Lago, 1992 p.156).

E a partir do final da década de 70 que são desenvolvidos estudos intraurbanos. Neste sentido, existem no

Brasil dois movimentos de pesquisa que se diferenciam pelas abordagens e pelo objeto empírico tomado.

São os trabalhos surgidos em São Paulo e Rio de Janeiro na conjuntura intelectual e política de final de década de 70 e início da de 80.

Em São Paulo, prevalecem pesquisas que buscam demonstrar as conexões concretas entre as características da metropolização e a reprodução do capital na economia brasileira. São trabalhos como os de Kowarick (1979) e Maricato (1979). Já no Rio de Janeiro busca-se identificar a dinâmica urbana geradora das desigualdades sociais nas metrópoles, em autores como Santos (1980), Abreu & Bronstein (1978) e outros.

Os dois movimentos consolidam a noção de **padrão periférico de urbanização** e apontam como definidores deste padrão: a segregação social das camadas populares de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo (Ribeiro & Lago, 1992).

Segundo Valladares & Figueiredo (1981) a análise deste fenômeno tem sido comumente feita a partir de compreendê-lo como resultante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas consequências na conformação do espaço urbano nas grandes cidades, especialmente a partir dos anos 50.

A periferização passa a ser entendida como uma **"...projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas consequências sobre o *habitat* da classe trabalhadora"** (Valladares & Figueiredo, 1981, p.58). Como especificidades desta periferia apontam: a localização longínqua dos "núcleos" dos

centros urbano-industriais, uma carência generalizada, constatada através das precárias condições de moradia, a quase completa ausência de infra-estrutura e serviços urbanos, o agravamento das condições de saúde, etc. Neste sentido, citam autores como Bondurki & Rolnik (1979); Maricato (1979); Lima (1980) e Santos (1980) que desenvolveram trabalhos enfocando estas questões.

Conforme Valladares (1981), as periferias representam o espaço mais dinâmico das cidades, concentrando cada vez mais grandes contingentes de trabalhadores e sofrendo transformações que pautam a estrutura metropolitana do país.

Ou seja, o termo "periferização" é utilizado para designar um modo específico de estruturação do espaço urbano.

A periferia da cidade de Joinville pode ser pensada a luz desta interpretação, mesmo que, ainda não seja apontada enquanto metrópole, tal como São Paulo ou mesmo Porto Alegre. Mas as características de seu processo de urbanização a assemelham profundamente com as grandes metrópoles do país.

Prosseguindo, então, na explicação do processo de geração do padrão periférico, pode-se identificar duas vertentes.

A primeira atribui a segregação residencial das camadas mais pobres à conjugação dos efeitos do mercado fundiário e da intervenção do Estado. A segregação é demonstrada pela distribuição espacial da população economicamente ativa, apontando a necessidade de se pensar a cidade em termos de núcleo e periferia. As políticas urbanas também têm importância nesta segregação já que se identifica uma desigual distribuição espacial dos investimentos públicos em infra-estrutura e

equipamentos coletivos.

A segunda vertente procura entender a dinâmica metropolitana a partir da própria periferia, de sua lógica de organização (Ribeiro & Lago, 1992). São analisados processos de loteamentos, demonstrando práticas de espoliação dos compradores e a informalidade das operações econômicas. Tais processos demonstram a existência de negociações entre loteador, comprador e poder local, em busca da apropriação dos benefícios da especulação, propiciados por uma urbanização fundada na reprodução das desigualdades. Santos (1983) vai abordar esta questão apontando o desenvolvimento de códigos de interação e entendimento entre os moradores pobres, os empreendedores imobiliários e os funcionários e políticos municipais.

Dentro desta vertente, é principalmente na literatura sobre São Paulo que se encontra a utilização da noção de padrão periférico para explicar as particularidades da metropolização.

Esta noção aparece no trabalho de Kowarick & Campanário (1988) que trata entre outras coisas do processo de industrialização subdesenvolvida presente em países como o Brasil. Caracteriza-se pela combinação entre a modernização, o conseqüente aumento da produtividade e as formas absolutas de extração da mais-valia. Tais fatores passam pela contenção salarial, extensão da jornada de trabalho e precárias condições de trabalho. O Estado, por sua vez, intervém no surgimento de um crescimento urbano segregador e excludente, desde quando a política pública atende com prioridade as necessidades do grande capital em matéria de infra-estrutura e serviços urbanos. A falta

de controle do poder público em relação ao crescimento urbano permite que o espaço das cidades organize-se ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo o preço da terra.

Conforme Ribeiro & Lago (1992), o resultado disto é duplo: segregação social das camadas populares, obrigando-as a morar nos espaços periféricos e excluindo-as do acesso aos equipamentos e serviços urbanos.

Este padrão periférico de crescimento urbano das nossas metrópoles expressa as particularidades da expansão do capitalismo brasileiro.

E também neste contexto de pesquisa que surge a noção de **espoliação urbana**, conceito que unifica analiticamente, as relações de exploração e o processo urbano, elemento que caracteriza o padrão periférico.

Bonduki & Rolnik (1979) por sua vez, consideram que a autoconstrução da moradia e a inexistência da infra-estrutura urbana e dos equipamentos urbanos expressam a vigência da "espoliação urbana", enquanto conjunto de condições precárias a que os trabalhadores têm que se submeter para vender sua força de trabalho numa cidade onde prioridade nenhuma é dada às suas necessidades.

Esta noção também é utilizada por Kowarick (1979), entendendo a espoliação urbana como,

"o somatório de extorções que se opera através da inexistência ou precaridade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudiza ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho" (idem, p.59).

Para finalizar, Ribeiro & Lago (1992) destacam os elementos analíticos que fundamentam e definem o paradigma do padrão periférico, que explica a dinâmica da organização metropolitana:

A) O par centro/periferia tornou-se um conceito utilizado para entender o processo de expansão da estrutura interna das metrópoles;

B) Esse processo se caracteriza por um movimento de expulsão/atração para a periferia;

C) A noção de periferização abrange um processo de segregação e de diferenciação social no espaço, que possui causas econômicas, políticas e culturais;

D) Inerente ao padrão periférico, a periferia é caracterizada enquanto espaço na reprodução precária da força de trabalho, portanto, um espaço da carência;

E) O crescimento periférico é analisado a partir do processo de acumulação e do modelo de representação da hierarquia social vigente na sociedade brasileira;

F) E por último, a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos é tomada como mecanismo central no padrão periférico de crescimento, não se esquecendo da importância dos agentes dos mercados fundiário e imobiliário e suas respectivas práticas.

Após a apresentação dos principais eixos analíticos presentes na literatura sobre urbanização brasileira, Ribeiro & Lago (1992) demonstram as transformações que ocorreram ao longo da década de 80, como consequência da modernização e crise da produtividade do espaço residencial.

Ao analisar as atuais tendências de transformação do espaço metropolitano, os autores apresentam algumas prospecções sobre o lugar da metrópole no processo de urbanização em curso no país.

No Brasil estima-se que mais de 80% da população estará residindo em cidades e vilas no ano 2000, evidenciando a irreversibilidade do urbano como tendência demográfica. Todavia, o Censo Demográfico de 80 acusou decréscimo populacional relativo das regiões metropolitanas, indicando a expansão atual da urbanização, conforme Ribeiro & Lago (1992, p.162). Os autores apontam também um conjunto de fatores que incide sobre as novas funções das metrópoles, como a flexibilidade do trabalho e as inovações tecnológicas na área de informação, que difundem pólos especializados, conseqüentemente, redefinindo a importância relativa das metrópoles.

Ou seja, estudos apontam " **uma inflexão no processo de concentração demográfica e econômica nas grandes metrópoles e o paralelo fortalecimento das cidades médias**" (Ribeiro & Lago, 1992, p.162).

Esta mudança não seria o esvaziamento das metrópoles, mas a perda da sua primazia no sistema urbano. Continuam exercendo uma função concentradora, mas as metrópoles começam a conviver com o surgimento de outros pólos industriais em diferentes áreas.

A partir destas novas tendências na organização territorial, os autores examinaram alguns elementos que indicam a transformação do padrão periférico de crescimento intrametropolitano.

Alguns dados já indicam novas tendências na localização da população, como os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991, referentes à população dos municípios que compõem as Regiões metropolitanas, mostrando transformações significativas em seu padrão de crescimento. " Se as décadas de 60 e 70 foram períodos de expansão acelerada da periferia metropolitana, a reversão deste processo pode ser percebida na década de 80 pela queda acentuada da taxa de crescimento populacional nesta área " (Ribeiro & Lago, 1992, p.163).

Há de se levar em consideração que os autores fundamentam tais afirmações tomando as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e outras e a taxa geométrica de crescimento populacional das mesmas para argumentar que, a partir da década de 80 tem ocorrido uma inflexão do padrão de crescimento periférico, ou seja, uma redução da taxa de crescimento na zona periférica e aumento das taxas nas zonas central e intermediária.

Apontam também para um novo padrão de produção do espaço construído. Se dos anos 40 até os anos 70, o crescimento urbano centrava-se na ação dos pequenos investidores, que aplicavam suas poupanças na compra e estocagem de solo, na expectativa de valorização futura, a partir de 1970, o pequeno especulador cede lugar na dinâmica da construção do espaço construído à grande empresa imobiliária.

Mas esta dinâmica de construção não é eterna, e, da segunda metade da década de 80, a estruturação urbana vai se alterando em razão da crise da produção empresarial.

Tomando principalmente São Paulo e Rio de Janeiro como representantes, os autores vão demonstrando também a retomada do crescimento das favelas e dos cortiços a partir da década de 80, ou seja, o que ocorre é uma dispersão da pobreza pelas cidades.

Estando, segundo Ribeiro & Lago (1992), diretamente ligada ao esgotamento do **padrão periférico de crescimento urbano**, baseado anteriormente na autoconstrução em lotes desprovidos de serviços públicos. " **A década de 80 expressa, portanto, o fim do acesso à casa própria para a população pobre** " (idem, p.171).

E isto ocorreu, conforme os autores, porque iniciou-se um processo de "enobrecimento" das periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do final dos anos 70, deixando de abrigar exclusivamente os contingentes de baixo poder aquisitivo.

Impossibilitados de adquirir um terreno, geralmente nas áreas periféricas, e de iniciar o penoso processo de autoconstrução de sua moradia, o trabalhador de baixo poder aquisitivo cedeu seu lugar às camadas médias com maior poder aquisitivo e capacidade de compra dos lotes, e foi engrossar o número de habitantes que ocupam as favelas e cortiços, localizados nas áreas centrais da cidade ou nas periferias.

São estes fundamentalmente os elementos apresentados por Ribeiro & Lago (1992), que explicam e demonstram as transformações que ocorreram ao longo da década de 80, na organização territorial de nossas grandes cidades. O que, argumentam eles, nos conduz a pensar na instauração de uma estrutura mais complexa do que a descrita pela literatura referente aos anos 70.

Desde que o modelo núcleo/periferia se generalizou,

surgindo várias periferias e núcleos, o crescimento metropolitano extensivo está sofrendo um estancamento e a periferia deixou de ser um espaço aberto para as camadas de baixo poder aquisitivo.

Na verdade, o que os autores querem colocar em discussão é se houve mudanças no padrão de crescimento periférico das regiões metropolitanas, que a literatura consolidou enquanto um modelo de referência.

A idéia de padrão, para os autores, implica uma forma de compreensão do processo pelo qual ocorre a metropolização. A partir disto demonstram que, se ocorreram mudanças neste processo, conseqüentemente houve transformações deste padrão de crescimento periférico, apontando para a emergência de novos conflitos nas grandes cidades brasileiras.

Mas, o que toda esta discussão sobre os diferentes eixos analíticos existentes na literatura sobre urbanização brasileira tem a ver com a problemática de Joinville e seus manguezais ?

Comparado ao que foi exposto, sobre a existência de um padrão periférico de crescimento urbano e as transformações pelos quais este processo de crescimento vem passando principalmente a partir da década de 80, encontro pontos de convergência e divergência entre Joinville e a realidade exposta.

Poderia começar escrevendo acerca dos pontos de divergência: Joinville não pode ser considerada uma metrópole tal como as que demonstrei, nem possui ou se enquadra no que se entende como região metropolitana. Sua periferia é composta pelos bairros que contornam o anel central da cidade, sem o sentido da periferia composta por outros municípios que compõem a

grande região metropolitana de São Paulo, por exemplo (9).

Com tantas diferenças básicas não estaria impossibilitada de tentar pensar sua realidade a partir de tais modelos ? Acredito que não, se levar em consideração seu processo de crescimento demográfico (pelo menos o exposto até a década de 70), e o processo de favelização em seus bairros periféricos.

Entre os pontos de convergência, acredito poder aproximar a realidade de Joinville dos estudos realizados principalmente sobre a cidade de São Paulo, entendida enquanto metrópole do "subdesenvolvimento industrializado".

Caracteriza-se, como demonstrei antes, enquanto uma combinação entre modernização e formas de exploração a nível do trabalho. Porém, é importante ressaltar, conforme Kowarick & Campanário (1988), que os métodos de exploração não se restringem à órbita das relações capital/trabalho, mas estendem-se àqueles bens de consumo coletivos que o meio urbano deveria oferecer, tendo o Estado enquanto mediador, como: saneamento, moradia, transporte, saúde, segurança e educação, garantindo um padrão mínimo de habitabilidade.

Joinville também despontou enquanto maior centro industrial catarinense através deste modelo de crescimento, que alia progresso econômico e acentuada pauperização de parcelas de sua classe trabalhadora.

Outro ponto que aproxima Joinville da realidade das

(9) A periferia, no entendimento de Ribeiro & Lago (1992) a partir de dados da FIBGE, é composta por todos os municípios da Região Metropolitana, excluindo-se a metrópole.

outras cidades, são as semelhanças em relação às modalidades que caracterizam a espoliação urbana, como a autoconstrução das moradias e a inexistência de infra-estrutura e equipamentos urbanos na periferia das cidades.

Nas áreas de mangue de Joinville, a grande maioria das famílias adquiriu suas casas através da autoconstrução em áreas desprovidas de qualquer infra-estrutura.

Não seria contraditório apontar semelhanças entre Joinville e uma realidade que autores como Ribeiro & Lago (1992) argumentam estar superada? Estaria vendo Joinville a partir de um padrão periférico de crescimento urbano considerado esgotado?

Acontece que os elementos que estes autores apresentam como responsáveis pelo esgotamento do padrão referenciado, não se enquadram à realidade de Joinville. Ou seja, mesmo que tenha havido um crescimento demográfico em Joinville inferior ao que era esperado, demonstrado através dos dados preliminares do Censo de 1991, nada evidencia que tenha ocorrido ou esteja ocorrendo uma queda no crescimento demográfico da periferia.

Se a década de 80 expressou, na maioria das grandes cidades brasileiras, o fim do acesso à casa própria pela população pobre, é nesta década que se processa em maior número a ocupação dos manguezais de Joinville, que sem dúvida alguma impróprios à moradia, após a urbanização - via Projeto da PMJ - acabou garantindo a posse de um terreno e da casa própria a inúmeras famílias das camadas de baixo poder aquisitivo.

Outro elemento demonstrado pelos autores é o crescimento assustador dos cortiços e das favelas em regiões

centrais e também periféricas das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Porém, devido à especificidade que caracteriza o padrão de ocupação das áreas de mangue em Joinville e seu crescimento urbano, tal elemento ainda não se verifica na cidade.

Não é meu objetivo comparar níveis de favelização, mas para fins de análise, necessito situar Joinville a partir da literatura consultada.

Como foi ressaltado até este momento, a dinâmica de crescimento e desenvolvimento de Joinville atualmente aproxima-se de experiências já vividas por estas cidades. Quem sabe o futuro de Joinville será o de enfrentar os sérios problemas que estas cidades atualmente possuem.

No decorrer do próximo capítulo, apresento e analiso dados que caracterizam a realidade dos manguezais de Joinville a partir das condições de vida vivenciadas por seus moradores.

CAPITULO III

O COTIDIANO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MORADORES DE MANGUE

Neste capítulo, tomando como ponto de partida os dados coletados durante a pesquisa de campo, pretendo caracterizar o cotidiano e as condições de vida dos moradores da Vila Paranaense, a partir de sua percepção acerca da sua realidade.

Desta forma, o cotidiano toma uma dimensão especial por ser nele, no dia-a-dia, que os moradores enfrentam suas carências almejando um futuro melhor. Portanto, compreendo o cotidiano tal como Heller (1985) o define:

"A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias" (1985, p.17).

Acredito, portanto, na riqueza das informações que caracterizando seu cotidiano, carregam as interpretações acerca de seu modo de vida. E estas informações serão fundamentais na tentativa de compreender tanto a apreensão que os indivíduos têm

da realidade quanto as relações de seu cotidiano.

Sader (1988) por sua vez, ressalta que, ao pensarmos numa coletividade, encontramos em sua gênese, um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitados pela trama das relações sociais nos quais ela se constitui. Assim, ao tomar um grupo de trabalhadores, residentes numa determinada vila da periferia, poderei identificar suas carências tanto de bens necessários à sua reprodução, quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade.

O autor também destaca que, essas demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico, encontram-se, antes dos discursos, apenas em estado de existência virtual. Existem sem forma nem atualidade.

"E através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas. E através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestidos, de feijão com arroz ou carne de sol, de escola para os filhos ou televisão" (Sader, 1988, p.58).

Portanto, através dos discursos dos moradores da Vila Paranaense, pretendo conhecer e descobrir seu cotidiano, suas percepções a respeito de sua realidade, etc. Partindo da percepção que estes moradores possuem acerca de suas condições de vida, levantarei outras questões a nível das necessidades urbanas enfrentadas, possibilitando trazer à tona a expressão das carências sentidas no cotidiano. Segundo Nunes (1989, p.68):

"... a determinação de carências é um processo subjetivo e individual e é realizada mediante escolhas entre carências diversas e estas implicam reciprocamente opções entre valores e modos de vida, o que é particularmente importante nas sociedades modernas".

Nunes (1989) também assinala que a criação de necessidades de reprodução da força de trabalho explicada principalmente por processos "objetivos" associados ao desenvolvimento da urbanização capitalista, retira o papel ativo de quem sofre as necessidades de determiná-las como tal. E ressalta que, " a percepção da carência supõe, a prática sensível de um sujeito, que a percebe, ou, em outras palavras é sua criação, intuição ou invenção" (idem, p.80).

Logo, em todos os casos em que a população enfrenta a precariedade de vida nas cidades, é necessário que haja uma atividade do sujeito no sentido de elaborar seu sentimento originado desta vivência, sem o que não existirá carência alguma. E é no cotidiano que essas carências são sentidas pela população, já que a vida cotidiana é a vida de todo homem, é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens particulares e nos proporciona uma imagem da reprodução da sociedade (Heller, 1977).

O cotidiano dos moradores da Vila Paranaense, entre outras coisas, é caracterizado pelas condições de vida destas pessoas. Privilegiarei o âmbito da moradia como fator que me possibilitará conhecer e identificar tais condições. Como destaca Kowarick (1986),

"...a moradia é mais do que um bem de consumo necessário ao viver, ao abrigo dos desconfortos ambientais, ou como já falamos, parte de uma estratégia econômica de sobrevivência frente às incertezas do mercado de trabalho e da previdência social. E também símbolo da consolidação familiar e da estruturação da família, expressão do seu sucesso, da sua união, arcabouço que guarda, protege e garante o resultado do trabalho e esforço da família na luta cotidiana pela vida" (op.cit., p.318).

Este autor também assinala a necessidade de ampliar o conceito de condições de vida, pois reconhece que a reprodução da força de trabalho não é apenas a materialidade objetiva decorrente do processo da venda da força de trabalho e do seu desgaste, que no caso da cidade inclui também o acesso aos bens de consumo coletivo.

Dito isso, aponta que as chamadas "condições materiais objetivas" - a exploração do trabalho e a espoliação urbana - nada mais são do que matérias-primas que alimentam ações de forma extremamente variada. Na verdade, ressalta a necessidade de reconhecer que, tal situação de pauperização e espoliação constituem matérias primas que potencialmente alimentam conflitos sociais. Já que, entre as condições materiais de vida e o agir de grupos, categorias ou classes há "todo um processo de produção de experiências que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais" (Kowarick, 1991,p.05, grifo do autor).

Tencionando não delegar a tais condições materiais objetivas o papel de motor das transformações sociais, Kowarick ressalta o significado que elas possam vir a ter para os diversos atores históricos. Privilegiando assim a forma como os sujeitos vivenciam, interpretam e produzem discursos, plenos de significa-

dos e sentidos acerca de uma determinada realidade, que " só pode ser entendida quando também vista através de sua magnitude valorativa e simbólica " (idem,p.06).

No caso deste trabalho, levando em consideração tais contribuições teóricas, pretendo compreender a realidade dos moradores dos manguezais, caracterizando suas condições de vida, a partir dos significados que estas condições possuem para estes moradores, partindo de seus discursos que expressam sua compreensão desta realidade.

A fim de caracterizar a realidade existente nos manguezais de Joinville, pretendo agora traçar um perfil sócio-econômico dos moradores e analisar inicialmente através dos dados coletados durante a pesquisa de campo, as condições de moradia por eles enfrentadas.

1. A vinda para Joinville

Conforme Durham (1973), no Brasil, o desenvolvimento econômico resultante da industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes, quais sejam: o incremento das desigualdades regionais e a constituição de grandes metrópoles. Por sua vez, "... tanto um quanto outro fenômeno implicam na formação de grandes correntes de migração interna, através das quais se processa uma maciça redistribuição da população" (idem, p.20). E ressalta ainda que, de todos estes fenômenos inter-relacionados, o mais visível é o crescimento das

idades.

Neste sentido, o crescimento urbano e populacional de Joinville insere-se neste contexto amplo, como o resultado de um intenso movimento migratório, principalmente a partir de meados da década de 60.

Uma das primeiras questões que me interessou ao entrar em contato com esta realidade, foi saber "quem são" esses moradores de áreas de mangue, de onde eles vieram e quais os motivos de sua migração.

Das 60 famílias entrevistadas, 41 delas (68,3%) migraram do interior do estado do Paraná, principalmente das cidades de Ivaiporã, Dois Vizinhos, Campo Mourão, Cascavel entre outras. Os que migraram de cidades do estado de Santa Catarina, somaram 16 famílias (26,7%), e vieram principalmente de Lages, seguido de São Francisco do Sul. Os 5% restante ficam por conta de famílias que vieram de outras cidades (1).

Esse processo de migração não ocorre de forma linear. Muitas dessas famílias moraram em outras cidades antes de chegar

(1) Em torno desse intenso processo migratório, desenvolveram-se algumas pesquisas. Destas, algumas foram elaborados por órgãos da PMJ. A este respeito noticiou-se: "A maioria dos migrantes ainda vem do Paraná" (A Notícia, 04/03/90). Nesta reportagem comentava-se acerca de um levantamento do fluxo migratório realizado durante três dias no mês de fevereiro de 1990, no período das 06 as 23 horas na estação rodoviária de Joinville. Constatou-se a chegada de 14.2 migrantes por dia, totalizando 57 migrantes chegados durante o período do levantamento. Destes, 37 vieram do Estado do Paraná, 12 de outras cidades de Santa Catarina, 03 do Rio Grande do Sul e 05 de outros estados. Tal levantamento foi elaborado pela Secretaria do Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura de Joinville. Em outra reportagem publicada pelo jornal A Notícia em 11/03/92, a manchete afirmava: "Cidade atrai grande número de migrantes. Pesquisa indica que 300 famílias descem na rodoviária por mês". Segundo o então Secretário de Desenvolvimento Comunitário da PMJ, durante o período da pesquisa, foram contatadas 73 pessoas, que chegaram com 150 filhos menores de 12 anos. Destas pessoas, 41 migraram do Paraná, 18 do interior do Estado de Santa Catarina e 14 de São Paulo. Esta pesquisa foi desenvolvida pelo mesmo órgão responsável pela pesquisa anterior.

a Joinville. Dos que vieram do Paraná, dentro do próprio estado realizaram sucessivas migrações, sendo Joinville a cidade onde resolveram residir. Outros, por sua vez, chegaram diretamente do local de origem para Joinville. Isto também ocorre com os migrantes de outros estados bem como com os moradores que nunca saíram de Santa Catarina.

Neste sentido, os migrantes antes de se dirigirem a Joinville, podem ter efetuado vários percursos e poderão efetuar outros mais depois de Joinville. A esse processo, Menezes (1989) reconhece como migrações múltiplas, também chamadas de "repetidas".

Neste trabalho, também entendo o fenômeno migratório como **"...um processo social de mudança espacial de pessoas, que se determina pelas condições de sobrevivência dos trabalhadores nos locais de origem e destino"** (Menezes, 1989, p.28) (2).

Estas famílias residentes na Vila Paranaense, em seu lugar de origem trabalhavam principalmente na lavoura, sendo a maioria arrendatários ou meeiros em terras de terceiros. Poucos tinham a posse da terra e muitos desses venderam o que possuíam, quando resolveram *"deixar seu lugar e tentar a sorte em Joinville"*. Das famílias entrevistadas, em 06 delas encontramos o chefe de família anteriormente empregado no setor da construção civil; em 03 famílias, as esposas, no local de origem, trabalha-

(2) Conforme a autora, origem e destino não são considerados como pólos de "atração" e "expulsão", como realidades estanques, uma em oposição à outra. "A noção de expulsão não apreende o movimento migratório, pois o mesmo processo que libera mão-de-obra pode, ocasionalmente, ser determinante na reabsorção em outras condições. O mesmo acontece com os fatores de atração: os locais de destino podem ser, ao mesmo tempo, locais de origem de outros fluxos migratórios [...] origem e destino não podem ser tratados como pontos de saída e destino fixos" (Menezes, 1989, p.29)

vam como diaristas, mas a grande maioria dessas famílias, 31 (51,7%), tinham como ocupação principal no local de origem a lavoura, serviço que empregava a família toda, desde o casal até os filhos menores.

Os motivos que levaram tantas famílias, ou alguns membros dela, a deixar seu lugar de origem, afastando-se muitas vezes de parentes e pessoas queridas, possuem um denominador comum: a grande maioria vem em busca de emprego.

"A separação da família, tanto para os que partem quanto para os que ficam, é motivo de grande sofrimento, mas, ao mesmo tempo, ela é a única alternativa, ou, talvez, a melhor, segundo a avaliação da família, para tentar conseguir uma melhora de vida" (Menezes, 1989, p.33).

Mas, por trás desta busca, outra realidade se impõe, como já disse anteriormente. O fato de não terem a posse da terra e com o sistema de arrendamento lucrando cada vez menos, muitas destas famílias migram para Joinville em busca de uma vida melhor.

Outro aspecto significativo diz respeito aos filhos mais jovens que, casados ou não, trabalhavam nas terras dos pais. Porém numa família numerosa, se fossem realizar a partilha das terras, o que caberia a cada um não permitiria que todos se mantivessem do que provinha da lavoura. Muitos destes filhos, então, migraram em busca de emprego e de uma nova vida.

Os que possuíam terra, venderam-na e migraram por diversos motivos: alguns precisaram vender a terra a fim de pagar dívidas contraídas com os bancos; outros que possuíam terra mas eram pequenos proprietários, com poucos recursos em maquinários

etc, não conseguiam competir com os grandes latifundiários; e outros mais, enfrentaram problemas com o tempo, com uma safra ruim e se desfizeram das terras, acreditando na grande oferta de "serviço" que imaginavam encontrar em Joinville.

Outra questão que motiva a migração é o fato de muitas dessas famílias possuírem parentes ou amigos que moram nos mangues e servem como incentivo e ponto de referência às novas famílias que na cidade diariamente chegam.

Segundo Menezes (1989) a migração também é realizada através de laços familiares e de amizade: tios, primos ou amigos. "Estas relações pessoais perpassam o processo migratório em todas as etapas: antes, durante e na chegada ao destino" (idem, p.31). Também como ressalta Durham, "o migrante passa a ser um ponto de contato entre a sociedade na qual se estabelece e a comunidade de origem" (1973, p.135).

Alguns depoimentos ilustram o que foi relatado:

" ... Nós trabalhava na roça, plantava feijão, arroz, milho ... , mas não tinha terra e com porcentagem não valia a pena " (A.J.M., 29 anos).

" ... As condições aqui eram melhor e o tempo não ajudava na lavoura " (V.L., 28 anos).

" ... Eu ganhei terra do meu pai, mas quem tinha abaixo de 10 alqueire não dava prá ficar trabalhando, tinha que ter maquinário ... Acabei vendendo tudo e indo trabalhá como arrendatário, mas não dava prá vivê. Então vim embora com a família " (P.S., 39 anos).

" ... Não tinha serviço lá, um amigo que morava aqui avisou que tinha emprego e nós viemo " (N.D., 32 anos).

" ... Nós viemo buscá serviço prá trabalhá, lá era fraco de trabalho " (J.R., 45 anos).

" ... Trabalhava na roça como arrendatária, dez por cento eu pagava pro dono da terra, mas ganha muito pouco, a roça não dá mais ... " (S.V., 56 anos).

" ... Vim indicado por outra pessoa que dizia que aqui era bom de emprego, a situação lá tava feia " (S.B., 31 anos).

" ... Prá tentar uma coisa melhor nessas indústrias daqui " (J.S., 33 anos).

O emprego na indústria é o grande sonho trazido pelos migrantes, pois, conforme Menezes (1989), significa a possibilidade de um salário maior e acesso aos benefícios sociais e previdenciários.

Levando em conta estas informações, este trabalho pretende situar a localidade da Vila Paranaense e seus moradores dentro de um quadro sócio-econômico e político mais amplo, a fim de mostrar que estas condições de vida devem ser entendidas a partir do contexto histórico e das condições específicas em que elas surgiram e estão inseridas.

No capítulo anterior, analisei a partir da história de Joinville, as condições econômico-políticas que estão diretamente relacionadas com a expansão de áreas favelizadas em sua periferia. Caracterizada pelos manguenzais como alvo de disputas e interesses, desde os empresários passando pelo órgão público, até aqueles que lá constituíram seu espaço de moradia.

Desta forma, ao analisar o processo de migração dessas famílias, pretendo relacioná-lo com aspectos sociais mais amplos

e não limitá-lo a fatores individuais.

Portanto, concordo com Taube (1986), quando realiza a crítica a estudos que enfatizam o êxodo rural e a atração pela cidade como fatores fundamentais da expansão das favelas nos grandes centros, imputando ao migrante grande parte da responsabilidade pela decisão de migrar e morar em favelas.

"A intensificação da migração para áreas específicas pode ser, em parte, resultado de decisões individuais de migrar, mas certamente só essas decisões não explicam a presença de maciços contingentes de migrantes originados de diferentes regiões obedecendo, sem dúvida, a orientações mais gerais" (idem, p.25).

Como tais, a autora destaca a intervenção do governo no sentido de apoiar a migração, de atrair uma disponibilidade crescente de mão de obra para regiões de demanda social, apontando estudos que ilustram estes fatores (3).

Mas ressalta também que, cidades que se destacam como importantes pólos de atração de mão de obra, devido a atividades agrícolas e/ou industriais, precisam ser lembradas para entender o fenômeno da migração e expansão de áreas favelizadas, já que a expansão industrial propicia a demanda de força de trabalho para determinadas regiões.

Quanto a isso podemos relembrar a euforia dos empresários quando da chegada de migrantes à cidade, ressaltada pelo secretário de planejamento de Joinville, em entrevista anteriormente mencionada.

(3) PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1970. FURTADO, C. Desenvolvimento econômico do Brasil. São Paulo, Nacional, 1977. 15ª ed.

Outro aspecto nesta complexa discussão acerca do fenômeno da migração ressaltada por Taube (1986) é a existência de um amplo aparato assistencial destinado a apoiar esses grupos de migrantes rurais que, baseados em preconceitos e idéias distorcidas sobre essa população, favorecem o auxílio da migração, instalação e manutenção desses migrantes rurais na cidade. Preocupados muitas vezes em obter o apoio político dessas classes populares urbanas.

Tendo desenvolvido seu estudo acerca do processo migratório e da conseqüente expansão de favelas na cidade de Campinas/SP, Taube (1986), aponta um imenso aparato governamental a nível federal, estadual e municipal de apoio a migração, sugerindo um direcionamento intencional da migração através desses órgãos (4).

" O aparato de caráter público, somado àquele composto por entidades particulares e religiosas, (...) voltadas para atividades assistenciais e promocionais confirmam a responsabilidade em relação ao migrante na cidade " (Taube, 1986, p.63).

Desta forma a autora quer demonstrar que o governo, na esfera estadual ou municipal, aparece como beneficiador e fornecedor dessa mão de obra que vai alimentar as empresas, ficando essa intenção ainda mais clara se atentarmos para a criação de órgãos públicos ou programas assistenciais quando

(4) Tais como: MINTER - Ministério do Interior; INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária; SIC - Serviço de Imigração e Colonização; SEPLAN/SP - Secretaria de Planejamento; SPS/SP - Secretaria de Promoção Social; CETREM/SP - Central de Triagem e Encaminhamento e outros. Em Joinville podemos encontrar a Casa do Migrante, atualmente conhecido como Serviço de Atendimento ao Migrante instalado na Rodoviária da Cidade.

ocorre um aumento do fluxo migratório para determinadas cidades, que estão sendo foco de um desenvolvimento industrial intenso, como foi o caso de Campinas/SP e Joinville/SC nos anos 60 e 70 principalmente.

Estas importantes questões levantadas por Taube (1986) podem ser relacionadas com a realidade encontrada em Joinville. Muito já se comentou na cidade que a Prefeitura Municipal é responsável pela vinda de tantos "paranaenses" para Joinville, pelo fato de ficar *"dando terrenos a todos que chegam aqui"*.

Poderia afirmar que, conjuntamente ao fato de Joinville tratar-se de um pólo de atração de mão de obra, esse programa de urbanização de áreas de mangue, com o surgimento de inúmeros lotes atendendo tantas famílias de migrantes, foi um forte motivador do fluxo migratório que se processou na cidade nestes últimos anos.

Se até agora descrevi como estas famílias chegam a Joinville e os motivos desta migração, interessa, também, relatar o "depois da chegada". Ou seja: ao já estar na cidade, procurando um emprego e um lugar de moradia, como os manguezais surgem como "opção" para os migrantes?

A partir disto, perguntei para as 60 famílias entrevistadas, o que as motivou morar no mangue. As respostas variaram, mas em um grande número delas - 31 famílias (61,7%) - afirmam que havia ido morar no mangue por absoluta necessidade, o que se justifica pelo fato de ao chegar não ter casa para morar, estar impossibilitados de pagar aluguel e/ou comprar um lote em outro lugar.

Outras 15 famílias (25%) afirmam ter ido morar no mangue, pelo fato de parentes e/ou conhecidos já morarem lá, e ao chegar na cidade, foram procurar esses conhecidos no seu local de moradia. E entre as 13,3% de famílias restantes, algumas tratava-se de casos que haviam anteriormente ocupado outra áreas de mangue e a própria prefeitura as havia indicado e removido para aquela região (Vila Paranaense); outros ainda, eram casos de compra ou troca de lotes efetuados entre os próprios moradores (5).

Alguns depoimentos servem de ilustração para esse processo de ocupação:

"... A gente alugava algumas peça aqui perto, depois ficamo sabendo que os pobres podia pegar terra aqui, e nós pegamo como todos os otro..." (C.S.R., 37 anos).

"... Nós pagava aluguel, todos tavam vindo prá cá, nós demo um jeito de comprá uma casinha e botando em cima deste lote ..." (V.S., 27 anos).

" ... Pessoa na nossa situação procurava lugar afastado prá morá, que não tinha dono, prá podê ocupá, então comecei a fazê as vala prá secá o terreno ..." (V.M., 50 anos).

"... Podia vir aqui e escolher um lugarzinho, não sei se é invadido ou não, mas naquela época a gente podia fazê isso ..." (J.R., 45 anos)

Muitos desses moradores ocuparam os manguezais por representarem uma economia perante a situação enfrentada, dos

(5) Sistemática muito comum entre os moradores do mangue, um desafio à coordenação do Projeto, que tenta de todas as formas controlar este "comércio", mas nem sempre consegue. Esta questão será destacada no decorrer do Capítulo IV.

altos aluguéis e da dificuldade em adquirir uma moradia em outro local. Ocuparam numa época em que várias outras famílias também o fizeram. Sem dúvida, essa situação compartilhada fornecia uma rede de segurança a esses moradores que se encontravam numa situação de carência.

A presença de conhecidos no local também facilitava esse processo:

"... Meu primo morava aqui, ajudei ele a roçá, ele pegou um lote melhor e eu fiquei aqui, ninguém comprava, ia pegando, eu não tinha condição de comprá um lote de imobiliária prá mim..." (J.L.R., 21 anos).

"... Aqui era tudo mato, uma comadre nossa que morava aqui, disse que tinha muito lote vago, que a gente podia pegá um, construimo nossa 'meia-água' porque depois eles [a PMJ] iriam aterrar e cobrá o imposto..." (M.L.C., 27 anos).

"... Todo mundo falava de Joinville, vim passeá e gostei, eu tinha um filho que morava aqui, trabalhava na TUPY. Resolvi morá aqui, comprei o direito de outra pessoa, depois fui na prefeitura consegui o contrato do lote no meu nome..." (G.P.S., 53 anos).

"... A gente pagava aluguel aqui no bairro mesmo, mas os dono pediram a casa, então compramo uma 'meia-água' que tinha nesse lote, o direito do lote, sei lá..." (I.L.M., 32 anos).

Muitos moradores ao ver nos manguezais uma possibilidade de moradia, não ocuparam áreas ainda nativas, roçando e cercando como outros fizeram e sim adquiriram o que já existia de empreendimento por parte de outra pessoa no local. Muitas vezes uma pequena casa, ou "meia-água" como dizem eles, o terreno já roçado e com os acessos construídos.

Alguns moradores ressaltaram, também, a ação e ajuda de políticos, que facilitaram sua entrada nos mangues:

"... O vereador R. ajudava as pessoa pobre, casamo e nós não tinha condição de comprar um lote, através dele conseguimos licença do SPU (Secretaria de Patrimônio da União) prá construí aqui ..." (V.D.R., 28 anos).

"... Uns conhecidos da Igreja, da Associação dos Moradores indicaram este lote, fizemo a casa e nos tornamo dono daqui. Disseram que era terra da Igreja, mas que a Igreja não queria por que já tinha lá em cima ..." (D.M.R., 30 anos).

Este último depoimento refere-se a um grupo de pessoas que ligados à Igreja Católica do bairro Boa Vista, desenvolviam uma ação junto a essas famílias migrantes recém-chegadas à cidade. Identificavam-se com práticas ligadas às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e à Teologia da Libertação, fazendo parte da Associação de Moradores do bairro vizinho.

O órgão público local, por algum tempo, insinuou que este grupo "incitava" os migrantes a invadirem os manguezais, porém nunca teve como provar tais insinuações.

Depois do Projeto Mangues em andamento na área, urbanizando, aterrando e criando novos lotes, muitas famílias foram indicadas para ocupar esses locais por estarem muitas vezes "invadindo" outras áreas ainda não urbanizadas ou mesmo em condições irregulares, como beira de rio, em cima de ruas, por exemplo. Outros também faziam parte dos inscritos para os lotes novos que a PMJ iria criar nestas áreas. Porém, já não se tratava de uma ocupação caracterizada como "clandestina", mas com o respaldo e indicação da PMJ.

"... Nós morava em outro lugar, ao lado do rio, mas passou uma rua em cima do local onde tava a casa e a prefeitura indicou esse lote prá gente ..." (J.B.S., 52 anos).

"... A gente morava no Jardim Iririü, ocupamo um terreno e colocamo nossa casa, a draga veio e passou no lugar onde tinha o terreno, portanto a prefeitura doou um lote aqui, já que aqui o loteamento tava mais adiantado ..." (S.L., 44 anos).

"... Eu morava com um irmão, fizemo a inscrição na prefeitura e esperamo quatro ano. Depois eles fizeram a reunião e nós fomo sorteado prá morar aqui ..." (N.F.S., 33 anos).

Ainda nesse processo de ocupação, interessava-me conhecer se o mesmo havia se realizado sem maiores dificuldades, pois, se tratando de áreas pertencentes à União, não possuíam um único dono, mas poderia haver algum tipo de fiscalização ou mesmo represália por parte dos grupos imobiliários ou empresariais que também cobiçavam esses manguezais.

Neste sentido, para surpresa minha, 38 famílias (63.3%) responderam que sua entrada nos manguezais com a consequente construção da casa, ou mesmo ocupando alguma benfeitoria já existente, ocorreu sem dificuldades. Relacionaram esta facilidade ao fato de não serem "incomodados", como eles disseram, no período em que se efetuou essa ocupação.

"Praticamente não tinha ninguém aqui, todos pegavam e um não incomodava o outro. Prá sair do aluguel todos pegavam terra aqui, meu pai e meu irmão também moram aqui..." (C.S.R., 37 anos).

"... Ninguém vinha aqui incomodar, nem da prefeitura, podia escolher e construir a casinha ..." (J.R., 45 anos).

"... Não sofremo nenhuma ameaça, nunca disseram nada, foi fácil ..." (D.M.R., 30 anos).

"... Um dono de Imobiliária, A.S., dizia que esses terreno era dele, que nós deixasse esse terreno pra ele e ocupasse em outro lugar, mas a gente não deu ouvido pra ele " (M.G.R., 38 anos).

Já outras 20 famílias (33.3%), que relacionaram dificuldades enfrentadas no processo de ocupação, referiam-se às condições locais, ou seja, a dificuldade de tornar uma área de mangue em espaço de moradia.

"... Foi difícil morá aqui, não tinha rua, não tinha nada, só o trapiche. Tinha que levar tudo nas costas, agora melhorou ..." (I.L.M., 32 anos).

"... Era difícil, tinha só água, a maré subia e a gente tinha medo que entrasse na casa ..." (G.P.S., 53 anos).

"... A dificuldade era que roubaram nossas tábuas, e a gente não podia deixar a casa vazia senão outros entravam ..." (M.J.S., 22 anos).

Portanto, perguntei ainda, como eram as condições e a situação inicial de moradia e nesse caso, 50 famílias (83,3%) responderam que enfrentaram muitas dificuldades quando lá foram morar; 08 disseram que não encontraram dificuldades provavelmente por terem ocupado há menos tempo e já participarem da urbanização da área e somente 02 famílias não responderam.

Entre as dificuldades encontradas, os moradores apontaram: as constantes marés que inúmeras vezes invadiam as casas; a necessidade de roçar o mato para abrir o terreno; a grande quantidade de lama; a falta de aterros e a grande

quantidade que necessitaram; o medo dos caranguejos; o trapiche; a falta de rua; de luz e de água; as dificuldades de deslocamento para o trabalho, fazendo isso muitas vezes dentro da água e o roubo de materiais de construção.

Os depoimentos que seguem ilustram essa situação:

"... Aqui era só lama, a maré entrava dentro das casa, o calçado ia embora com a água ..." (M.C.M., 59 anos).

"... Era tudo mato, era bastante sofrido, prá sair e trabalhá tinha que sair com água da maré pelo joelho ..." (S.V., 56 anos).

"... Não tinha rua, havia só os trapiche que a gente fazia aos sábado e domingo, era difícil sair e ir trabalhá ..." (V.P.R., 27 anos).

"... Metade da casa roubaram de nós, era pura água, não tinha rua na frente de casa, que desânimo no início, quase não tinha vizinho ..." (M.Z., 34 anos).

"... Era difícil, tinha maré todo dia, entrava maré de lua dentro de casa, tinha que erguê a geladeira, as cadeira... era uma tristeza. Meu marido tinha que ir de short até lá em cima e depois por a calça para ir trabalhar..." (M.L.C., 27 anos).

Como ressalta Menezes (1989, p.36) **"...assim, o migrante, trabalhador que foi expulso do campo, devido às condições precárias de sobrevivência, é também, submetido à condições insuficientes de sobrevivência na cidade"**.

Os depoimentos dos moradores indicaram como e por que essas famílias vieram para Joinville, enfrentando um sem número de dificuldades, fazendo dos manguezais seu espaço de habitabilidade.

Gostaria de ressaltar, como já demonstrei anteriormente, que uma série de questões influenciaram neste processo de favelização na periferia de Joinville; os depoimentos apresentados até agora não têm a pretensão de caracterizar apenas como uma ação individual a "escolha" em morar nos manguezais, mas, demonstrar a partir dos depoimentos dos próprios moradores, os desafios enfrentados por eles. Muito do relatado até aqui, principalmente em relação à situação de moradia, caracteriza um momento inicial de ocupação. No período em que desenvolvi a pesquisa de campo, tal área se encontrava em adiantado processo de urbanização, mas ainda assim, enfrentava carências no âmbito da moradia. Conforme explicitado no depoimento que segue:

" Quando vim pra cá a situação era boa, já era aterrado, tinha ruas, água ... invasão mesmo foi só lá na frente, aqui os lotes foram indicados depois de aterrado, hoje o que falta é a luz ..." (E.S.M., 32 anos).

2. O mangue como espaço de moradia e suas carências

Como ficou demonstrado até o momento, a expansão urbana de Joinville está baseada no padrão periférico de ocupação do espaço, impulsionado pela valorização diferenciada do preço dos aluguéis que favorece a especulação e cria os "vazios" urbanos. Estas áreas são vedadas à aquisição da grande maioria, cujo nível de remuneração só permite adquirir lotes carentes de benfeitorias (Kowarick, 1986); ou quando nem isso conseguem adquirir, ocupam tal como os moradores da Vila Paranaense, áreas de mangue também

carentes de infra-estrutura.

Neste sentido, Kowarick (1986) ressalta o caráter espoliativo deste padrão periférico de crescimento urbano, que não só acaba por realizar uma "espacialização da pobreza", concentrando espacialmente as populações pobres em áreas carentes de serviços básicos, como também, nestas áreas, quando não inexistentes são precários, os serviços que deveriam ser propiciados pelo Poder Público. Ou seja, os métodos extorsivos aplicados em relação ao trabalhador, conforme o autor, não se restringem apenas às relações capital-trabalho, expressas na deterioração salarial e no rebaixamento dos níveis de consumo. Além deste aspecto, sinalizado como fundamental na determinação do padrão de vida dos trabalhadores, outro conjunto de elementos é apontado como condicionante no valor da força de trabalho: os bens de consumo coletivo, tais como, saneamento, saúde, educação, transportes, pavimentação, iluminação, e moradia, cujo grau de habitabilidade decorre em boa medida destas e outras benfeitorias públicas.

Irei demonstrar agora, a partir dos dados coletados, a condição de moradia das famílias residentes na Vila Paranaense, destacando sua situação em relação aos bens de consumo coletivo existentes. Relembrando que era essa a realidade vivenciada no período de fevereiro a abril de 1992.

Ao iniciar as perguntas referentes ao âmbito de moradia de cada família, interessava-me saber acerca da aquisição do lote que ora eles ocupavam e de que forma isso havia ocorrido. Obtive, então, as seguintes informações, que podem ser

verificadas na tabela abaixo:

TABELA I

Formas de Aquisição do lote X No de famílias

Como adquiriu	No de famílias	%
Ocupação	23	38.3
Indicação da PMJ	18	30.0
Compra	09	15.0
Troca	05	8.3
Não possui lote	05	8.3
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC no período de fevereiro a maio de 1992.

Um número representativo de famílias (23.3%) adquiriu o lote ora ocupado através do sistema de troca e/ou compra de lotes com pessoas de outras áreas, na maioria das vezes também áreas de manguezais. Mesmo que seja um "problema" para a coordenação do Projeto Mangues, este tipo de prática, afirmam eles, é muito comum entre os moradores.

Das famílias entrevistadas, encontrei também casos de pessoas que não possuíam um lote próprio, habitando naquela área em lotes cedidos por amigos ou parentes, que os deixam construir na maioria das vezes nos fundos de seus lotes. Muitas dessas famílias afirmam possuir "inscrição" na prefeitura, esperando ocupar os novos lotes que serão criados nestas áreas de mangue; outras, por sua vez, tentaram participar dessa possibilidade de

inscrição, mas como a PMJ decretou o fim da mesma, acreditam que o órgão público resolva e encaminhe esta situação de alguma forma. Já que a própria coordenação do projeto de urbanização é contra a permanência de duas benfeitorias, ou seja, de duas casas no mesmo lote, objetivando preservar o projeto inicial e evitando que a área se torne um amontoado de pequenas casas. Porém, essa situação já é bastante comum.

Um dos objetivos deste Projeto portanto é tornar a presença e a permanência destas famílias nas áreas de mangue numa situação menos irregular e claramente respaldada pelo poder público. Neste sentido, a PMJ fornece a cada morador um "termo de ocupação do lote", que identifica o lote ocupado através do seu número e da quadra em que ele se encontra, como também o localiza com o respectivo nome da rua que passa em frente ao lote. Consta, também, o nome do morador ocupante e suas obrigações e direitos em relação ao lote. Este documento é assinado pelo coordenador do projeto, por uma testemunha e pelo morador.

Das 60 famílias entrevistadas, 50 delas (83,3%), possuem este termo de ocupação; 02 famílias ainda possuem este documento em nome de terceiros, ou seja, da família que lá residia anteriormente e em virtude da compra ou troca do lote, tal documento foi repassado para outras mãos. E, finalmente, 08 famílias afirmaram não ter este documento, pelo fato de não possuírem lotes naquela área e ainda não terem encaminhado junto à prefeitura a transferência deste documento.

Com respeito às condições dos lotes, em virtude do

processo de urbanização, ainda estão sendo aterrados, porém nem todas as famílias contam com um terreno "enxuto", como eles dizem, livre da influência das marés. Neste sentido, as famílias que já possuíam o lote totalmente aterrado somavam 29 (48,3%) e equilibradamente 30 outras famílias (50%), possuíam o lote parcialmente aterrado, faltando ainda algumas "carradas" de barro. Dessas 60 famílias, apenas uma possuía o lote praticamente sem aterro, havendo barro somente sob a casa. Essa situação era bastante rara naquele momento, já que a intenção do projeto de urbanização é atender toda a região ocupada.

Outro aspecto que interessa também destacar neste momento de caracterização das condições de vida dos moradores dos manguezais, é o que se refere à dimensão da moradia, da casa, ambiente que:

"...não é apenas arcabouço físico - paredes, coberturas, pisos, revestimentos, espaços construídos - (...) é lar como símbolo da família em torno da refeição, território da vivência cotidiana da família como unidade de sociabilidade básica de nossa sociedade" (Kowarick, 1986, p.317).

As casas da maioria das famílias que moram nos mangues, foram construídas com recursos próprios, através do processo de autoconstrução contando, muitas vezes, com a ajuda de parentes ou amigos. Os depoimentos que seguem ilustram essa situação:

"Foi difícil prá começa construir, um pedacinho aqui outro ali, deixamos de botá coisas dentro de casa pra consegui uma casa melhor" (E.M.L., 23 anos)

"Nossa casa era muito pequena, compramo madeira e fizemo a casa nova dentro d'água, sobre as sapata e andando nos trapiche" (G.P.S., 53 anos).

Das famílias entrevistadas, 56 delas (93,3%) construíram sua moradia a partir de esforços e recursos próprios; apenas uma família havia recebido auxílio da PMJ na construção da casa, se bem que esse auxílio (da PMJ) era bastante comum. Neste sentido, os moradores recebiam algum material de construção, como madeiras, areia, saibro e "sapatas". Isso ocorria principalmente entre aquelas famílias que, em virtude do projeto de urbanização viram-se obrigadas a remover suas casas para lugares mais adequados, ou seja, para seus próprios lotes.

Outros três casos se diferenciavam, dois eram de famílias que moravam em casas cedidas por outras pessoas e apenas uma família alugava uma casa nesta área.

O material utilizado na construção das moradias é na maioria das vezes, de baixa qualidade e as construções de madeira predominam. Como podemos ver abaixo:

TABELA II

Tipos de construção X No de famílias

	;	No de famílias	;	%
Madeira	;	36	;	60.0
Alvenaria	;	15	;	25.0
Mista	;	09	;	15.0
Total	;	60	;	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

As casas são pequenas e as famílias, quando numerosas, se vêem obrigadas a dividir um pequeno espaço entre muitas pessoas. O mais comum são as casas que possuem de 02 a 04 cômodos, incluídos aí, quarto, cozinha, sala e, às vezes banheiro. Aparecem ainda com frequência as "casinhas" (banheiros) construídas no fundos dos lotes e afastadas das casas, evidenciando a precariedade enfrentada por estas famílias.

TABELA III

Nº de cômodos X Nº famílias

<u>Nº de cômodos</u>	<u>:</u>	<u>Nº de famílias</u>	<u>:</u>	<u>%</u>
01	:	06	:	10.0
02	:	10	:	16.7
03	:	12	:	20.0
04	:	16	:	26.7
05	:	05	:	8.3
06	:	06	:	10.0
07	:	02	:	3.3
08	:	02	:	3.3
09	:	01	:	1.7
Total	:	60	:	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Também existem casas, principalmente entre os moradores que habitam aquelas áreas há muitos anos, amplas e espaçosas; estas famílias se caracterizam também por terem escolhido locais

próximos à rua central do bairro, a Baltazar Buschele, para construir sua moradia.

Inúmeros outros moradores, no decorrer da ocupação, construíram suas casas mangue adentro, enfrentando as piores condições de moradia.

Quando realizei a pesquisa de campo, a Vila Paranaense se encontrava em adiantado processo de urbanização, com ruas abertas, quadras e lotes definidos. Desta forma, muitos moradores já eram abastecidos com água da rede pública (CASAN), somente poucos moradores utilizavam ainda os "rabichos", a fim de se abastecerem.

TABELA IV

Fornecimento de água X Nº de famílias

Tipo de fornecimento	Nº de famílias	%

Rede pública	54	90.0

"Rabicho"	05	8.3

Não possui	01	1.7

Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Em relação à rede elétrica, a CELESC também já havia efetuado uma série de ligações na Vila, porém muitos moradores ainda utilizam o "rabicho". A próxima tabela fornece informações acerca do abastecimento de energia elétrica:

TABELA V

Fornecimento de energia elétrica X No de famílias

Tipo de fornecimento No de famílias %			

Rede pública		33	55.0
"Rabicho"		26	43.3
Não possui		01	1.7
Total		60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Destes casos, os moradores que ainda não possuem rede elétrica da CELESC argumentam principalmente dificuldades em pagar uma ligação, na medida em que é cobrado o poste e outras despesas com a instalação.

Outro dado que interessa, à medida que caracterizo as condições de vida da população, diz respeito à presença ou não de saneamento básico na região, que passa desde a existência de instalação sanitária nas casas, até o destino que as famílias dão ao lixo doméstico.

Iniciarei, portanto, pelos dados referentes à instalação sanitária. Das 60 famílias entrevistadas, 32 delas (53,3%) possuem banheiros com fossa séptica, a fim de coletar os dejetos, e outras 22 (36,7%) ainda fazem uso das tradicionais "casinhas", algumas com sumidouro, outras escoando os dejetos em valas a céu aberto. Do total de famílias entrevistadas, 06 (10%) não possuem nenhuma instalação sanitária, nem sequer as "casinhas" nos fundos

do lote. A falta de saneamento básico nas áreas de mangue é um dos graves problemas que estas famílias ainda enfrentam. Como pode ser verificado abaixo, é muito comum a presença de esgotos à céu aberto.

TABELA VI

Destino da água servida X No de famílias

	!No de famílias!	%
Valas à céu aberto ;	38	63.3
Rede de esgoto ;	22	36.7
Total ;	60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

As famílias que afirmam possuir rede de esgoto, são aquelas que, por conta própria, compraram tubos e sozinhas efetuaram a instalação, evitando que em frente ao lote permanecesse valas a céu aberto, ocasionando mau cheiro e inúmeros mosquitos.

Já outras famílias (63.3%) que, por impossibilidade de adquirir estes tubos ou por solicitação da própria PMJ - que pede aos moradores que esperem até que a mesma efetue os trabalhos, já que estão projetados na urbanização - convivem com o esgoto a céu aberto.

Outro motivo que justifica o pedido de espera por parte da PMJ, é que um trabalho de saneamento básico necessita uma unidade na instalação e implementação da obra; e o que vinha

ocorrendo, conforme a equipe de coordenação do Projeto Mangues, é que os moradores ao adquirir tais tubos, não o fazem obedecendo um padrão de tamanho e embocadura, o que resulta em tubos grandes e pequenos numa mesma rua, dificultando toda a instalação do sistema. Porém, o que se verifica é a demora destas obras, tornando a moradia nestas áreas bastante precária.

Com a presença humana em seu território, desde grandes indústrias até as famílias que lá residem, os manguezais vêm sofrendo um processo de degradação e poluição ambiental que acontece devido aos inúmeros aterros ocasionados pelas indústrias, loteamentos e famílias migrantes, além do lançamento de metais pesados pelas indústrias de galvanoplastia, cromagem, zincagem e de fundição, causando intoxicação à fauna, flora e população vizinha (6).

A problemática dos dejetos humanos, lançados diariamente nas valas e no canal de contenção das invasões, bem como a produção de lixo doméstico, contribuem para a poluição dessa região.

Anterior ao projeto de urbanização, o lixo doméstico era lançado a céu aberto. Com a abertura de ruas e facilidade de locomoção a FMJ dotou a Vila com a coleta diária de lixo nas casas. Mas, mesmo assim, algumas, porém poucas famílias, não fazem uso da coleta e jogam o lixo em locais inadequados, como podemos verificar na tabela seguinte:

(6) Ver MARTINS, Rosana B. A problemática habitacional de Joinville e a ocupação dos mangues. Florianópolis, UFSC, 1989, p. 45.

TABELA VII

Destino do lixo X N^o de famílias

	N ^o de famílias	%
Recolhido pela PMJ	53	88.3
Joga no canal	03	5.0
Queima	02	3.3
Separa e reaproveita	01	1.7
A céu aberto	01	1.7
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Os dados apresentados até o momento caracterizam algumas das condições de vida das famílias que habitam os manguezais. Estas informações contribuem para caracterizar estas pessoas, possibilitando vislumbrar de onde vieram, porque migraram e o que esperavam da vida na cidade, esclarecendo acerca do difícil processo de ocupação e moradia nos manguezais.

Pretendo, a partir de agora, construir um quadro sócio-econômico das famílias entrevistadas. Caracterizando seus membros a partir de sua inserção e ocupação no mercado de trabalho local, bem como, idade, escolaridade, rendimentos, etc.

3. A vida em família

De acordo com Troyano et alli (1990), um estudo sobre condições de vida e pobreza deve ter como unidade de análise a família, "uma vez que a situação sócio-econômica de qualquer indivíduo depende não só de sua própria ação na sociedade, mas também - e principalmente - dos demais membros de sua família" (idem, p.33).

Durante a pesquisa de campo, tive oportunidade de conversar com estas famílias, observando e participando de seu cotidiano, frequentando suas moradias, conhecendo os membros que compõem o grupo familiar, colhendo informações acerca deles.

Neste sentido, a experiência compartilhada com estas famílias, possibilita descrever e analisar seu ambiente de moradia caracterizado por inúmeras carências.

Conforme Kowarick (1986), no processo de reprodução social dos trabalhadores a família é uma dimensão importante na organização do cotidiano, como polarizadora de grande parte da sociabilidade, bem como uma forma de enfrentamento das condições adversas de existência.

No caso das famílias residentes na Vila Paranaense, uma característica compartilhada pela maioria delas é sua origem rural, já que, anterior à migração, era no meio rural que residiam e da terra provinha o seu sustento. Com a vinda para a cidade, uma série de transformações se processa nestas famílias. O trabalho conseguido na indústria e o salário recebido tornam-se um fator determinante na manutenção e reprodução do grupo

familiar. A venda da força de trabalho em troca de salário acaba por transformar estas famílias - e seu modo de vida - no que é designado na literatura por **família operária** (7).

Porém gostaria de ressaltar que,

"... compreender um bairro operário, não é algo que possa se esgotar no mero levantamento estatístico dos recursos urbanos de infra-estrutura a que as famílias estudadas tem acesso. Cumpre, isto sim, perceber que este se insere numa "área operária", ou seja, envolve uma população que se localiza e se apropria de certas porções do espaço urbano que se configuram como áreas segregadas, definidoras de um certo universo de participação no contexto sócio-cultural" (Macedo, 1985:04).

Deste modo, as ocupações dos manguezais, com sua transformação em vilas - tal como a Vila Paranaense -, configura um processo de concentração de certos grupos em determinadas porções do espaço urbano joinvillense. Este espaço é caracterizado por um conjunto de áreas segregadas, determinadas principalmente pela participação diferenciada destes moradores, tanto no processo produtivo quanto no contexto sócio-cultural mais amplo da cidade.

Passarei agora, a caracterizar as famílias entrevistadas quanto a sua composição.

Estas famílias caracterizam-se por ser pouco numerosas, constituídas geralmente pelo marido, mulher e filhos, as quais podem ser designadas, famílias nucleares. Encontrei, também, 16 famílias (26.7%), onde algum parente quase sempre pai, mãe,

(7) Entendo como família operária, aquela onde pelo menos o chefe de família se enquadra na categoria de trabalhador fabril manual. Conforme MACEDO, Carmen Cinira. A reprodução da desigualdade: um projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo: Vértice, 1985.

irmão ou neto de um dos cônjugues reside junto ao grupo familiar.

A tabela abaixo apresentada fornecerá maiores detalhes:

TABELA VIII

No de membros X No de familias

No de membros	No de familias	%
02	01	1.7
03	13	21.7
04	18	30.0
05	10	16.7
06	08	13.3
07	04	6.7
08	05	8.3
09	01	1.7
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Verifica-se que, das 60 famílias entrevistadas 41 delas (68,4%) possuem de 3 a 5 membros, ocorrendo também casos de famílias mais numerosas, compostas de 6 a 9 membros. Totalizei, a partir das 60 famílias, 264 membros, sendo que 152 destes (57,58%) são filhos e os 112 membros restantes dividem-se em 54 homens e 58 mulheres. Verifiquei também entre homens e mulheres situações de viuvez e abandono.

Estas famílias são compostas principalmente por casais jovens, como podemos observar na tabela seguinte:

TABELA IX

Idade dos cônjuges

Idade (anos)	Homem	%	Mulher	%
16 ----- 20	00	0.00	03	1.14
21 ----- 25	06	2.27	10	3.79
26 ----- 30	16	6.06	14	5.3
31 ----- 35	13	4.92	13	4.92
36 ----- 40	02	0.76	05	1.89
41 ----- 45	06	2.27	06	2.27
46 ----- 50	04	1.52	04	1.52
acima de 50	07	2.65	03	1.14
Total	54	20.45	58	21.97

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Pelos dados acima podemos verificar que, na maioria dos casos, os casais são bastante jovens, totalizando 72 pessoas (64,28%) entre 21 a 35 anos. Kowarick (1986) em pesquisa realizada na Grande São Paulo (8), verificou que casais jovens com filhos apresentam maior concentração de famílias em condição de pauperismo. Configurando uma situação familiar onde, levando em conta os papéis familiares atribuídos aos dois adultos da família, são eles os únicos provedores possíveis.

(8) Esta pesquisa abrangeu 27 dos 37 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e os casais jovens com filhos pequenos somam 25% das famílias da grande São Paulo.

Neste sentido, à medida que a mulher é preservada nos trabalhos de cuidado dos filhos pequenos e da casa, o encargo de provedor da vida familiar recai sobre o chefe. No caso da pesquisa na Vila Paranaense encontrei situações semelhantes, porém em alguns casos tanto a mulher como os filhos encontravam-se empregados. Voltarei a tratar desta questão quando focar a situação ocupacional dos membros da família.

Considerando que a maioria dos casais são jovens, o número de filhos não é elevado. Dentre as famílias entrevistadas, 13 (21.7%) destas possuem apenas 01 filho, 18 (30%) possuem 02 filhos e outras 10 famílias (16.7%) possuem 03 filhos, portanto, estas famílias somam 68.4% do total de famílias entrevistadas. As famílias restantes (31.66%) possuem de 04 a 07 filhos, em média estas famílias possuem 2 filhos.

No que se refere à idade destes filhos, encontrei o maior número deles entre 0 e 15 anos (43.94%), totalizando 116 pessoas entre crianças e adolescentes. Outros 36 distribuem-se entre filhos de 16 a 30 anos (13.63%), como podemos verificar na tabela seguinte:

TABELA X

Idade dos filhos

Idade (anos) ;	Nº de filhos ;	%
00 ----- 05 ;	53	20.08
06 ----- 10 ;	42	15.91
11 ----- 15 ;	21	7.95
16 ----- 20 ;	22	8.33
21 ----- 25 ;	13	4.92
26 ----- 30 ;	01	0.38
Total ;	152	57.58

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Como nos informa a tabela acima, verifiquei que um número significativo de filhos encontra-se em idade escolar, principalmente em fase de realização dos estudos de primeiro grau (1ª a 8ª série).

Portanto, quanto à escolaridade dos filhos foi possível verificar um número significativo de crianças cursando o ensino de 1ª a 4ª série, totalizando 59 (22.35%). Encontrei também 19 (7.2%) dos jovens entrevistados cursando de 5ª a 8ª série. A baixa escolaridade entre os filhos como também entre os pais destes, explicita-se quando do total de famílias pesquisadas, encontrei apenas um jovem cursando - no período da pesquisa - a 2ª série do segundo grau. São raros os jovens que prosseguem estudando além do primeiro grau e muito não chegam nem a

completá-lo. Verifiquei, ainda, um baixo índice de analfabetismo entre os filhos, somando apenas três (1.14%) casos de jovens que nunca freqüentaram a escola. Este mesmo número é bastante superior em se tratando do grau de escolaridade dos pais.

Como o bairro é servido por uma escola que ministra também o ensino pré-escolar, algumas crianças a freqüentam, 12 (4.55%) no total. Porém, são poucas as vagas e as famílias enfrentam muita concorrência num bairro bastante populoso como o Espinheiros.

Também totalizei que 52 (19.7%) das crianças e jovens, não estudavam quando foi realizada a pesquisa de campo, sendo que a maior parte era composta por crianças entre zero e cinco anos de idade, não freqüentando creche, maternal ou pré-escolar. Porém, encontrei também aqueles que abandonaram a escola, motivados pela falta de recursos dos pais e por isso lançados prematuramente no mercado de trabalho; como também por aqueles que demonstraram "falta de interesse" em prosseguir os estudos, conforme alguns depoimentos de pais.

Quando da realização da pesquisa de campo, perguntei as pessoas qual a série escolar cursada, buscando dados acerca do grau de escolaridade dos pais até aquele momento, já que com raras exceções, para a maioria deles a fase escolar se encerrara. Obtive os seguintes dados, que podem ser observados na tabela seguinte:

TABELA XI

Grau de escolaridade dos pais

Escolaridade	Pai	%	Mãe	%
Analfabeto	07	2.65	14	5.3
Primário completo	15	5.68	15	5.68
Primário incompleto	19	7.2	18	6.82
Ginásio completo	06	2.27	03	1.14
Ginásio incompleto	04	1.52	07	2.65
2º Grau completo	02	0.76	01	0.38
2º Grau incompleto	01	0.38	0.0	0.0
Nível superior	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	54	20.45	58	21.97

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Podemos verificar então que o maior número de deles não chegou a completar o período que compreende entre a 1ª e 4ª série do primeiro grau; foram poucos também os que cursaram até o final da 5ª a 8ª série, completando assim os estudos a nível de primeiro grau. Da soma total de maridos e mulheres - 112 pessoas - apenas 03 (2.67%) deles completaram os estudos a nível de segundo grau e apenas um pai se encontrava - durante o período de pesquisa - cursando a 2ª série do segundo grau. O número de analfabetos é superior entre as mulheres, talvez, devido ao fato destas se restringirem mais ao âmbito doméstico e/ou casarem precocemente; porém, gostaria de ressaltar que este aspecto não é

objeto de trabalho desta pesquisa.

Outra questão básica que diz respeito à caracterização desse mundo familiar são as formas como estas pessoas mantêm sua sobrevivência, bem como dos outros membros que compõem a família. Como havia dito anteriormente, estes migrantes uma vez na cidade, tornam-se trabalhadores assalariados nas grandes indústrias locais, constituindo assim famílias operárias.

A partir disto, interessa-me conhecer a situação de trabalho ou o tipo de ocupação dos membros dessas famílias, como também as formas que cada família enfrenta para garantir os rendimentos mínimos na manutenção do grupo familiar.

Entre as famílias entrevistadas, encontrei quase a metade delas (46.6%) mantidas somente pelo chefe da família, ou seja, uma grande proporção delas dependem do trabalho de um único membro. Geralmente o pai torna-se provedor exclusivo na manutenção do grupo familiar. Outras 13 famílias (21.6%) dividem a responsabilidade da manutenção da casa entre o marido e a esposa; já em outras 07 (11.6%) o pai é auxiliado pelos filhos na manutenção do grupo familiar e ainda 5 famílias (8.3%) são mantidas com rendimentos auferidos somente pela mãe, no caso de serem sozinhas ou o marido encontrar-se desempregado.

No caso de haver algum membro do grupo desempregado - geralmente o marido - ou ambos, marido e esposa, verifiquei casos onde duas famílias eram amparadas por parentes, como: sogra, irmãos, cunhados etc, que residiam ou não junto deles. E outros dois casos onde a família era mantida por "bicos", trabalhos em locais não definidos, que o chefe da família desempenhava até

conseguir novo emprego.

Houve dois casos em que a família era mantida pelos rendimentos auferidos pelos filhos e um caso em que a mãe dividia com os filhos a manutenção do grupo familiar.

Como o maior número de famílias era mantida por um único membro, interessa-me conhecer o tipo de ocupação destes chefes de família, responsáveis diretos pela sobrevivência de inúmeras pessoas. A tabela abaixo nos oferece algumas informações a respeito:

TABELA XII

Situação ocupacional do chefe de família

Tipo de ocupação	Nº de chefes de família	%
Tralhadores na indústria mecânica e metalúrgica	24	44.4
Trabalhadores em empresas de prestação de serviços	08	14.4
Trabalhadores na indústria da construção civil	06	11.1
Desempregados	07	12.9
Outra ocupações	09	16.6
Total	54	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

Entre os chefes de família que trabalham nas indústrias de mecânica e metalurgia, encontrei 12 deles empregados na Indústria de Fundição TUPY, 07 são funcionários do Grupo CONSUL e outros 05 trabalham em outras indústrias, como: a metalúrgica

WETZEL, o grupo HANSEN, a EMBRACO, a DOCOL e a fundição CIMESC.

Os trabalhadores em empresas de prestação de serviços são os que desempenham atividades relacionadas a: serviços de proteção e vigilância e serviços de limpeza e zeladoria.

Em se tratando da ocupação das esposas, verifiquei 39 delas (67,2%) restritas às atividades no âmbito doméstico, ou seja, como donas de casa. Outras 05 mulheres (8.6%) trabalhavam como empregadas domésticas em casas particulares, 04 (6.8%) em indústrias de confecção, 03 (5.1%) encontravam-se desempregadas, 02 delas trabalhavam em empresas de prestação de serviços, desempenhando atividades de limpeza e zeladoria, uma trabalhava no comércio e somente uma em indústria de mecânica e metalurgia, a TUPY. Outras 03 mulheres trabalhavam com outros tipos de ocupação.

Os filhos também desempenham um papel importante no auxílio da manutenção do grupo familiar. Dos 152 filhos das 60 famílias, 36 (23.6%) deles, a partir dos doze anos de idade, desempenham algum tipo de ocupação: seis trabalhavam em indústrias de construção civil, outras desempenhavam funções como empregadas domésticas ou babás, três tinham como ocupação trabalho em indústrias de mecânica e metalurgia, outras duas trabalhavam em indústrias de confecção e costura e quatro desempenhavam outros tipos de atividades. Um número significativo destes jovens, 15 no total, que representam 41.6% dos filhos em idade ativa e, dividem com os pais a tarefa da manutenção da família, encontravam-se desempregados no período da pesquisa.

Outro aspecto importante na caracterização das condições

de vida destes moradores, refere-se aos rendimentos que auferem estas famílias. Estando diante de famílias assalariadas, a venda da força de trabalho torna-se o recurso básico de que dispõem os membros destas famílias, a fim de organizar a existência e sobrevivência dentro de moldes que eles consideram necessários, desejáveis e possíveis.

TABELA XIII

Renda familiar

† S. M.:	0 -- 1;	1 --2;	2 --3;	3 -- 4;	4 -- 5 ;	5 -- 6;	6 -- 7
mês/ano							
dez/91	02	00	01	01	00	00	01
fev/92	02	02	00	00	00	00	00
mar/92	04	09	03	02	03	01	00
abr/92	02	01	06	02	01	01	02
mai/92	04	04	01	02	02	00	01
Nº de famílias	14	16	11	07	06	02	04
%	23.3	26.6	18.3	11.6	10.0	3.3	6.6

Total 60 famílias = 100%

Fonte: Pesquisa realizada na Vila Paranaense, Joinville/SC, no período de fevereiro a maio de 1992.

† Em salários mínimos:

Dez/91 - Cr\$ 42.000,00
 Fev/92 - Cr\$ 96.000,00
 Mar/92 - Cr\$ 96.000,00
 Abr/92 - Cr\$ 96.000,00
 Mai/92 - Cr\$ 230.000,00

A tabela acima demonstra que - à época da pesquisa - 50% das famílias entrevistadas recebiam até dois salários mínimos, responsável pela manutenção do grupo familiar. Entendendo que os rendimentos obtidos pelo conjunto dos membros de uma família definem as suas possibilidades de acesso aos bens de consumo e serviço, constatei na Vila Paranaense uma situação onde inúmeras famílias vivem com uma renda inferior ao mínimo necessário para a manutenção com dignidade dos membros do grupo familiar.

Os rendimentos constituem-se, desta forma, como um indicador das chances que uma família tem de morar em condições razoáveis, de dispor de alimentação suficiente, de utilizar os serviços de saúde de que necessita, de escolher a educação que considera adequada aos membros da família, além de representar a possibilidade de adquirir bens de consumo necessários e desejáveis. Conforme Kowarick (1986, p. 163) **"... em última instância, os rendimentos familiares são um indicador relevante das condições materiais e culturais de vida das famílias"**.

Um outro aspecto ressaltado por Kowarick (idem) refere-se ao fato dos rendimentos familiares, por outro lado, constituírem o reverso da medalha do trabalho individual no mercado, cuja retribuição monetária se coletiviza no momento do consumo. Ou seja, o trabalhador, embora se apresente no mercado enquanto trabalhador individual, efetiva seu consumo enquanto componente da unidade doméstica. O que verifiquei junto as famílias entrevistadas na Vila Paranaense através da coleta de dados e da observação de seu cotidiano é uma realidade onde se encontram famílias em situação razoável - ou seja, residindo

em casas amplas, de alvenaria, com instalação sanitária, bens de consumo durável etc - e famílias em situação de pauperismo - residindo em pequenos barracos, com precárias instalações sanitárias ou mesmo sem, carentes de bens de consumo, etc. Independente do Projeto de Urbanização desenvolvido na Vila Paranaense afetando todas as famílias, estas diferenças sócio-econômicas, verificadas principalmente no âmbito doméstico, se sobrepõem às tentativas de garantir melhores condições de vida à totalidade das famílias residentes nos manguezais. Mesmo que transformações significativas tenham ocorrido nos mangues desde a implantação do Projeto de Urbanização, inúmeras são as causas que mantêm uma ampla parcela da população em situação de pobreza, ultrapassando as carências atendidas pelo Projeto.

Reconhecendo uma inter-relação inevitável entre nível de vida e de saúde da população, levanto como questão de análise no item seguinte as condições de saúde dos moradores da Vila Paranaense, relacionando às condições de vida demonstradas no decorrer deste capítulo.

4. Caracterizando as condições de saúde

No decorrer deste capítulo, ao caracterizar as condições de vida dos moradores de manguezais, surgiu o interesse em refletir questões relacionadas à saúde dessa população, pois, entendendo saúde como uma condição diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, não poderia deixar de ressaltar -

em virtude daquelas condições de vida - as características e situações referentes à saúde dos moradores da Vila Paranaense.

A partir do reconhecimento do processo saúde/doença enquanto um processo social, busco suas determinações nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, tal como trabalhados por Laurell (1982) e Simões (1989).

Na construção de uma Epidemiologia Social capaz de dar conta da diversidade epidemiológica que caracteriza países capitalistas periféricos como o Brasil, Fossas (1989) ressalta que as condições específicas de vida e de trabalho possuem relevância na explicação da distribuição dos diferentes riscos de morbimortalidade a que está exposta a população. Neste sentido, conceitua padrão epidemiológico como:

"a distribuição de determinantes relativamente homogêneos de risco de morbimortalidade em uma população, identificados a partir da análise do impacto epidemiológico das formas de inserção sócio-econômicas (condições específicas de vida e trabalho) a que está exposta naquela dada sociedade" (Fossas, 1989, p. 193).

E é a população, como objeto de análise epidemiológica, que expressa os determinantes da distribuição dos riscos da morbimortalidade, ou seja, a distribuição dos riscos de adoecer e morrer diz respeito tanto à exposição da população a certas condições de trabalho, como à sua exposição a condições específicas de vida.

Nos termos deste trabalho, considero as condições de vida como determinantes no processo saúde/doença dos moradores dos manguezais. Reconheço a importância das condições de trabalho vivenciadas por esta população, porém, ao delimitar a Vila

Paranaense como locus de nossa pesquisa de campo, opto em privilegiar o âmbito da moradia como determinante básico das condições de saúde destes moradores.

Possas (1989) também aponta como um critério fundamental para a identificação dos determinantes da diversidade epidemiológica as condições de vida da população, relacionadas à: dimensão espacial de ocupação do espaço urbano e rural, à morbidade, à densidade populacional nas periferias urbanas, às condições de alimentação, habitação, saneamento, transporte e meio ambiente, entre outras.

Partindo desse entendimento, explica-se a importância em demonstrar e caracterizar as condições de vida dos moradores da Vila Paranaense - como foi realizado anteriormente - pois acredito que tal situação de moradia propicia a expansão de enfermidades endêmicas como: verminoses, protozoonoses e gastroenterites, relacionadas diretamente à falta de saneamento básico, que inclui o abastecimento de água tratada e sistema destinado à coleta e tratamento dos esgotos, bem como enfermidades infecciosas do aparelho respiratório e excretor, causadas pela intensa umidade sempre constante nestes locais.

Como ressalta Possas (1989), aliada à baixa resistência às doenças, propiciada por uma alimentação deficiente, soma-se a existência de condições de habitação, de saneamento básico e ambiental que propicia a propagação de doenças infecciosas e parasitárias.

Conforme Moura (1989), as condições para se ter saúde passam por: nutrição adequada, moradia higiênica, acesso à água e

ao esgoto tratados, trabalho em ambiente salubre, transporte, lazer satisfatório, serviços médicos disponíveis, poder aquisitivo conveniente, educação, informação e cultura.

A precariedade ou a total falta de moradia, tornam a saúde de qualquer pessoa extremamente vulnerável às periódicas tensões e agressões do ambiente, conforme Moura (1989, p. 104):

" ... a habitação caracteriza-se como uma defesa que a sociedade deve a saúde do ser humano. Déficit habitacional significa não somente uma dívida social qualquer, mas desmascara uma ordem social que nega ao ser humano o exercício do direito à saúde ".

Discutir tais questões, exige ressaltar uma definição de saúde que já foi, e ainda é, alvo de inúmeras discussões e polêmicas. E a definição de saúde elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1946, reconhecendo oficialmente que: **"... a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de distúrbios ou doenças "** (apud Moura, 1989, p. 43).

Mesmo que tal definição representasse um avanço na luta pela promoção da sanidade física, mental e social, foi duramente criticada por sua falta de objetividade, excesso de utopia, por propor um objetivo inatingível e quase impossível de ser alcançado, por sua falta de precisão e clareza.

Como ressalta Simões (1989), tal definição é questionada fundamentalmente a partir do termo "completo bem-estar biopsicossocial", devido à sua excessiva amplitude, seu caráter pouco concreto e até utópico, bem como idealista e acrítico. Já, Luz (1979), por sua vez, destaca que:

" Não é necessário nem possível adotar a poética definição da OMS, porque não teríamos como medir, pela subjetividade implícita na definição, a extensão da ausência de saúde na população brasileira ao longo de sua história " (p. 165).

Portanto, tendo claro tal definição e as críticas que recebe, necessito nos termos deste trabalho, a fim de operacionalizar este estudo, definir meu entendimento de saúde, que, à luz de Moura (1989) e Simões (1989), passa por: alimentação adequada, saneamento ambiental, acesso à moradia, trabalho em ambiente salubre, possibilidade de lazer, salário adequado às necessidades básicas e acesso facilitado aos serviços de saúde, tais como postos de saúde, pronto socorro e hospital.

Se a saúde implica tais aspectos, diretamente relacionados a uma infra-estrutura urbana satisfatória, não é isto o que ocorre nos manguezais ocupados de Joinville.

Como demonstrei anteriormente, as condições de vida dos moradores da Vila Paranaense, em muitos aspectos, ainda se enquadram no que podemos chamar de precárias. Uma das carências mais graves recai sobre a falta de saneamento básico, com um número significativo de famílias convivendo com a falta de instalações sanitárias adequadas, bem como os esgotos escoando a céu aberto em valas defronte a seus lotes (9).

Sem dúvida que a urbanização dessas áreas de mangue, a partir do trabalho desenvolvido pela PMJ, em muito melhorou as

(9) Ver páginas 101-2 e Tabela VI.

condições de vida dessa população, porém como destaca Dallari (1987), se a urbanização facilita o atendimento das necessidades básicas da população, porque concentra em determinadas áreas os serviços de atendimento, tal urbanização também cria novas necessidades, decorrentes do maior número de pessoas nas cidades, não havendo um equilíbrio entre necessidades sentidas e necessidades satisfeitas. Ressalta também que: "... em países menos desenvolvidos a presença de fluxos migratórios internos, que provoca a urbanização, revela péssimas condições de vida nas periferias urbanas, onde se assentam inicialmente os migrantes rurais " (Dallari, 1987, p. 23). Tal afirmação é um retrato da situação enfrentada pelos moradores da Vila Paranaense.

Portanto, no desenvolvimento da pesquisa de campo, interessava-me também coletar dados enfocando os problemas de saúde presentes, as formas de enfrentamento dos mesmos, bem como o entendimento que tais moradores possuem sobre a situação vivenciada, pois, pretendia constatar se os moradores procuravam relações entre suas condições precárias de vida e possíveis problemas de saúde.

Desta forma, incluí no instrumento de coleta de dados uma série de perguntas que buscavam informações neste sentido. Iniciei por três perguntas inter-relacionadas que pretendiam, de um modo geral, captar a compreensão acerca da questão saúde. Indaguei às pessoas se, primeiro, consideravam que tinham saúde, segundo, o que significava para elas uma pessoa saudável, e terceiro, o que consideravam necessário para se ter saúde. A partir das respostas, foi possível verificar a compreensão que

possuíam acerca desta questão.

Inicialmente, ao serem indagados se têm saúde, 44 entrevistados (73.3%) afirmavam que possuíam saúde; outros 15 (25.0%) responderam negativamente, relacionando tal resposta a alguma doença que o próprio entrevistado afirmava possuir ou então outro membro da família.

Em muitos dos depoimentos o fato de terem saúde era atribuído a "*algo divino*", como a graça de Deus que mantinha todos da família com saúde, apesar de morar naquelas condições. Alguns depoimentos ilustram essa questão:

" ... Graças a Deus temos muita saúde, nunca surgiu um problema que precisamo gastá" (G.L. 33 anos).

" ... Graças a Deus mesmo morando com todos esses esgoto aberto nunca precisamo de um médico " (M.C. 29 anos).

Portanto, a presença ou não de doenças na família é muitas vezes atribuído à "*graça de Deus*" que zela por eles.

Em seguida, ao indagar o que significava para eles uma pessoa saudável, obtive 28 respostas (46.7%) afirmando que, uma pessoa saudável é aquela que não é doente ou então é uma pessoa que tem saúde. Tais respostas partiam da simplicidade do reconhecimento que saudável é aquele que não está enfermo, e do não-reconhecimento de que o contexto sócio-ambiental onde está inserido têm implicações nas suas condições de saúde.

Porém, outros 13 entrevistados (21.7%) atribuíam como necessário para uma pessoa ser saudável, ora questões práticas como: ter disposição e coragem para trabalhar, ter condições financeiras para ir ao médico e realizar exames; ora questões

subjetivas como: ser alegre e feliz, ser delicada e compreensiva, não ter inveja, ter amigos e liberdade.

Os depoimentos abaixo demonstram tais constatações:

" ... ser saudável é ter coragem de enfrentar tudo, conseguir alguma coisa na vida, é ter vontade de trabalhar" (N.S.F., 30 anos).

" ... é uma pessoa disposta, uma pessoa parada que não se envolve com nada é uma pessoa doente no meu entender " (J.M.R., 34 anos).

" ... é ser uma pessoa boa, delicada, que não tem inveja" (M.A., 39 anos).

" ... pra gente ser saudável nós precisamos ser católico, ser de Deus, que ele faz a gente ser saudável" (L.M., 28 anos)

" ... é uma pessoa alegre, não me acho alegre, fico só dentro de casa, não posso ser saudável" (P.O., 36 anos).

Portanto, muitos significados simbólicos e atributos morais são atribuídos e relacionados ao fato das pessoas se considerarem saudáveis ou não. Necessidades básicas como uma boa alimentação, rica e variada, com a presença de frutas e verduras, bem como o cuidado com essa alimentação no momento do preparo, ressaltando a higiene necessária, também foi destacado por outros 07 entrevistados (11.7%). O depoimento de um chefe de família relaciona algumas condições que considera básicas para garantia de uma pessoa saudável, mas aponta a dificuldade que enfrentam para que isso se realize:

" ... refeição saudável e fruta deixa a pessoa com

saúde, mas hoje em dia é difícil ser saudável, acho que só os ricos hoje em dia têm saúde, pois têm boa comida e podem ir ao médico" (I.M.P., 37 anos).

Também constatei que alguns entrevistados não pareciam ter claro tais questões, quando indagados respondiam que não sabiam ou não entendiam o que estava perguntando.

Quando finalmente perguntei o que consideravam necessário para se ter saúde, as respostas eram claras e objetivas. Quinze entrevistados apontaram a necessidade de melhores condições de vida, 14 mencionaram a importância de uma alimentação saudável, 11 destacaram a necessidade de "higiene", 06 mencionaram a importância de "conforto", 05 referiram-se a necessidade de "harmonia na família", 03 consideraram importante um melhor nível salarial, 02 salientaram a importância da assistência médica e outros 04 mencionaram outras questões.

Constatei a partir destas respostas que boa parte dos entrevistados relaciona questões vinculadas à moradia, à situação financeira, ou seja, às suas concretas condições de vida, como questões necessárias para se ter saúde.

Muitos ao apontar a alimentação suficiente e saudável, o conforto, o bom salário, o fazem como algo ideal e não como constatação de uma situação vivida; percebi que, ao relacionarem condições necessárias para se ter saúde, citam as que consideram importantes e desejáveis, já que a grande maioria reconhece não ser essa a situação que vivenciam.

Observei que alguns entrevistados têm uma visão clara da relação entre condição de vida e condição de saúde, apontando suas carências a nível de moradia, como um fator

determinante no processo saúde/doença.

"... um bom salário, água tratada, saneamento básico e comida é necessário pra gente ter boa saúde" (L.F.G., 33 anos).

"... é preciso principalmente rede de esgoto, pra tapa essas vala aberta" (J.M., 42 anos).

"... ter uma boa assistência, uma boa alimentação e o meio ambiente com infra-estrutura" (O.P., 39 anos).

"... essas vala aberta não pode fazer bem na gente, também não ter lixo perto de casa e deixa a casa fechada pra não entrar bicho" (M.R., 29 anos).

Outros referiam-se ao conforto em casa - relacionado à possibilidade de adquirir móveis e eletrodomésticos, roupas para o inverno ou residir num local limpo e organizado, fora da lama e seco - como algo essencial para a saúde familiar; a higiene com o corpo, com os alimentos e com a casa, bem como no ambiente de trabalho também eram lembrados como necessários para garantia de pessoas saudáveis.

Gostaria também de ressaltar a importância das condições de trabalho na determinação do processo saúde/doença dessa população. Como bem afirma Possas (1989) as relações saúde e trabalho constituem um corte fundamental para o entendimento dos padrões de determinação de riscos epidemiológicos; porém ressalta que, em países como o nosso, a absorção pelo mercado de trabalho não assegura necessariamente o acesso a condições dignas de vida, sendo muito frequentes os casos de trabalhadores industriais submetidos a condições precárias de existência nas

periferias urbanas das grande metrópoles. Sendo esse o caso dos moradores da Vila Paranaense, optei em privilegiar nesta análise, as condições de moradia destes moradores, ou seja, suas formas de vida fora das fábricas.

Outra questão que me chamou atenção foi a importância dada por alguns entrevistados ao bom relacionamento familiar, como aspecto fundamental na manutenção de uma vida saudável. Desta forma, ao evitar "incomodação" em casa garantiria harmonia e diálogo, bem como a presença de amor e compreensão que aparecem como fatores subjetivos altamente valorizados, merecendo destaque no processo de atribuição ou não de problemas de saúde na família. Também a presença da fé em Deus, as orações e os pedidos fervorosos são lembrados como essenciais entre o necessário para se ter ou mesmo manter a saúde familiar.

Portanto, foi possível compreender inicialmente o entendimento que estas famílias possuem acerca da questão saúde, utilizando como base dessa compreensão as respostas obtidas no decorrer da coleta de dados, principalmente a partir das três questões iniciais, já mencionadas.

Porém, se interessava-me entender a compreensão que estas famílias possuem acerca de sua situação de saúde, também busquei conhecer os problemas de saúde que enfrentam, ou seja, quais as doenças presentes entre os membros da família. Perguntei, portanto, aos entrevistados se algum membro do grupo familiar sofria de algum tipo de doença e qual doença era essa.

Constatei que, 43 famílias (71.6%) indicaram algum membro doente no período em que desenvolvi a pesquisa. Nestes

casos, a presença de alguma pessoa enferma na família variava entre uma a quatro pessoas. Portanto, 20 famílias possuíam somente um membro com problemas de saúde, 12 famílias apresentavam duas pessoas doentes, 10 famílias tinham até três pessoas enfermas e somente uma apresentava número de quatro pessoas doentes numa mesma família.

Sobre as doenças que acometiam estas pessoas, verifiquei entre as 43 famílias, 22 casos (51.1%) de doenças do aparelho respiratório tais como: bronquite, pneumonia, gripes e sinusite. Nestes casos, prevalecem as crianças. Constatei, também, 14 casos (32.5%) de doenças do aparelho digestivo tais como: úlceras, gastrites, parasitoses, hérnias e apendicites, com maior incidência entre os adultos. Entre estes também verifiquei 10 casos (23.2%) de doenças do sistema nervoso. Popularmente conhecida e identificada pelas pessoas como "doença dos nervos", explicada muitas vezes por esgotamento e nervosismo.

Ainda entre os adultos, constatei 11 casos (25.5%) de doenças do aparelho circulatório tais como: hipertensão, varizes e problemas cardíacos. Outros casos de doenças, porém em número menos significativo, ficaram por conta de: doenças ginecológicas, renais, dermatites, problemas de coluna, diabetes e artrose.

Porém, nem todas as famílias entrevistadas manifestaram problemas de saúde: 17 delas (28.3%) afirmaram não ter nenhum caso de doença na família ou algo que merecesse preocupação por parte deles. Ao reconhecerem, portanto, a condição saudável de seus membros o faziam com grande entusiasmo e satisfação; pois o fato de haver pessoas doentes na casa acarretava gastos extras

com médicos, exames ou mesmo internação hospitalar o que onerava suas já minguadas rendas. A enfermidade também era encarada - principalmente no caso dos adultos - como um fator limitador de sua integração no mercado de trabalho, o que, sem dúvida, traz consequências negativas para todo o grupo familiar, geralmente dependente de um único provedor dos recursos, como demonstrado anteriormente.

Para as famílias que manifestaram casos de doenças entre seus membros, perguntei ao que atribuíam a enfermidade ou se tinham claro os fatores que desencadearam esta. Em resposta a esta questão constatei que: para 16 entrevistados as dificuldades encontradas no local de moradia, principalmente a umidade constante, seguida pela falta de saneamento básico e a qualidade da água potável, eram fatores determinantes no estado de doença na família. Verifiquei, associada aos fatores mencionados anteriormente, a ocorrência de casos de bronquite, gripes, pneumonia e parasitoses. Outros 12 entrevistados admitiam não saber as possíveis causas ou os fatores desencadeadores da enfermidade presente entre seus membros. Alguns argumentavam o fato de o médico não haver esclarecido a eles o causador de determinada doença, outros, porém, manifestavam não ter idéia alguma acerca dos motivos das doenças de que eram acometidos.

O que ficava claro para mim era um forte desconhecimento acerca do corpo e de seu funcionamento, bem como uma dificuldade de acesso aos profissionais da área médica, que não os esclareciam suficientemente sobre os sintomas apresentados, nem os associavam às condições de vida destes moradores.

Outro fator apontado como condicionante das enfermidades apresentadas, foram as condições de trabalho ou o tipo de atividade desenvolvida, por exemplo, nas linhas de produção das indústrias metalúrgicas localizadas na região. Destacaram principalmente os serviços considerados "pesados", relacionando-os com a presença de problemas na coluna e o aparecimento de hérnias pelo corpo. O fato de trabalharem demais, ou seja, de estarem submetidos à árduas jornadas de trabalho, as próprias instalações onde exercem suas atividades ou a qualidade da comida servida pelas empresas, soma-se ao fator apresentado inicialmente, e foram por 06 entrevistados apresentados como prováveis causadores das doenças atualmente enfrentadas.

Outro fator apresentado como causador de enfermidades sentidas foi o fato de já existirem casos de doenças parecidas ou recorrentes na família, bem como, tal doença se manifestar desde o nascimento ou infância e compreendida pelos moradores como uma "doença de família", sentida "desde menino".

Para finalizar indaguei às famílias - mediante o quadro de doenças apresentado - as formas pelas quais as mesmas adquirem os medicamentos necessários. Constatei que a grande maioria o faz com recursos próprios, outros se utilizam de convênios das empresas onde trabalham e algumas famílias manifestaram conseguir os medicamentos no Posto de Saúde do bairro mais próximo; isso quando o remédio necessário é encontrado, o que, conforme depoimentos, é bastante raro. Muitas das famílias entrevistadas manifestaram fazer uso de remédios caseiros, principalmente chás, xaropes e "garrafadas".

Finalmente em relação aos serviços de saúde utilizados para tratamento ou eventuais consultas, as famílias da Vila Paranaense fazem uso principalmente do Hospital Regional de Joinville, localizado no bairro Espinheiros. E para lá que se dirige a maioria das famílias quando necessita de atendimento médico. Outras famílias procuram atendimento em consultórios médicos particulares, principalmente no caso de possuírem algum convênio em função da empresa em que trabalham, porém alguns procuram tal atendimento mesmo por conta própria, motivados pela gravidade da enfermidade e necessidade de rapidez no atendimento. Mas reconhecem o encarecimento deste tipo de atendimento e suas dificuldades para arcar com os gastos, evitando a todo custo a necessidade de utilizá-lo. Por último, aparecem os casos de famílias que afirmam fazer uso do Posto de Saúde mais próximo, demonstrando ainda a pouca utilização de tal serviço por parte da população.

Minha intenção no decorrer deste capítulo foi de realizar uma caracterização do cotidiano e das condições de vida e saúde dos moradores da Vila Paranaense, tomando como base as entrevistas e os dados sócio-econômicos coletados com o auxílio do questionário, que possibilitaram conhecer as representações destes acerca de sua realidade. Esta caracterização não se pretende exaustiva, mas têm em vista mostrar a situação em que vivem estes moradores e associá-la, no próximo capítulo, às transformações desencadeadas pela dinâmica engendrada pelo órgão público, no sentido de transformar estas ocupações em locais mais adequados à moradia.

CAPITULO IV

A TRANSFORMAÇÃO DOS MANGUEZAIS: O PROJETO DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANGUE

Até o momento, contextualizei o processo de ocupação dos manguezais de Joinville bem como caracterizei os moradores e suas condições de vida. Desta forma, situei historicamente o processo de colonização de Joinville, as suas conseqüências em termos do desenvolvimento econômico e industrial e os desdobramentos deste no processo de crescimento urbano da cidade.

Neste capítulo, serão tratadas as ações a nível do poder local, mais precisamente da Prefeitura Municipal de Joinville, como respostas à realidade de carência e insalubridade vivida pelas famílias residentes nas áreas de mangue da cidade.

Já foram rapidamente apresentadas no decorrer do segundo capítulo algumas informações acerca do Projeto de preservação e urbanização das áreas de mangue ocupadas. Pretendo a partir de agora, situar historicamente o seu surgimento, seus objetivos e ações, as transformações por ele desencadeadas no espaço dos

manguezais e principalmente tentar entender as repercussões deste trabalho na vida dos moradores da Vila Paranaense.

Desde o início, as ocupações dos manguezais de Joinville causaram inúmeras reações na cidade. Existem aqueles que se beneficiaram economicamente com tal prática, criando loteamentos e expandindo parques fabris nestas áreas; a estas ações o poder público municipal sempre fez "vistas grossas" sem manifestar publicamente qualquer preocupação com tais ações. Daí a necessidade de mencionar a interação existente entre o poder público municipal e o empresariado local, disseminado nas estreitas relações que ambos sempre mantiveram. Renomados empresários da cidade, continuamente ocuparam e ocupam cargos eletivos municipais e estaduais; o próprio Projeto Mangues se gesta e se desenvolve durante a administração de Witich Freitag, conceituado empresário local, um dos sócios fundadores do Grupo CONSUL.

Esta ampla interação entre empresários, empreendedores imobiliários, políticos locais e órgão público, neste caso PMJ, possibilitava e possibilita determinadas ações em várias esferas municipais, propiciando a efetivação de determinados interesses. Estas relações não serão objeto de análise neste estudo, mas considero importante mencioná-las desde quando o órgão público manifesta interesse e preocupação com a ocupação e destruição dos manguezais principalmente em decorrência da presença de populares naquelas áreas. Neste sentido, vale a pena destacar como historicamente vem se tratando em nosso país a questão da urbanização aliada à industrialização.

Até os anos 30, no início da industrialização, as empresas resolviam, em parte, o problema da moradia de seus trabalhadores através da construção de "vilas operárias". Com a intensificação da industrialização, aumenta o número de trabalhadores e conseqüentemente a necessidade de habitação. Paralelamente, ocorre a valorização dos terrenos fabris e residenciais, tornando-se, do ponto de vista da empresa anti-econômico a construção dessas vilas, principalmete com a aceleração do fluxo migratório, que fixa na cidade um vasto excedente de força de trabalho.

Portanto, conforme Moisés (1985, p.15):

"a questão urbana deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho; e ante a política urbana do poder público, baseada em inversões privadas e públicas que se dirigem preferencialmente, aos setores mais rentáveis de produção e consumo e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender às necessidades de sobrevivência da população".

E transferido, desta forma, para o trabalhador o custo da moradia e os gastos com transporte, e para o Estado aqueles relacionados aos serviços de infra-estrutura. A questão da moradia passa então a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário, originando-se assim os bairros periféricos, como locais que mais alojam a população trabalhadora, concentrando pois a pobreza da cidade e de seus habitantes.

Verifica-se esta questão em Joinville, quando encontrei residindo nos manguezais, principalmente trabalhadores das grandes indústrias da cidade, que sem nenhum gasto com moradia ou

transporte, conta com vasta mão-de-obra disponível. Por conta do morador fica a responsabilidade em providenciar uma moradia, surgindo o manguezal como "opção" mais viável; e por conta do poder público fica a responsabilidade de tornar este local o mais adequado à moradia. Desta forma, resolve-se o problema da iniciativa privada, porque melhora-se as condições de vida dos trabalhadores, e simultaneamente cria-se um espaço passível de controle e esquadramento. E sobre as implicações neste espaço via Projeto de Urbanização que tratarei daqui em diante.

1. A criação do Projeto Mangues

A década de 80 pode ser considerada um marco neste processo de ocupação, pois se, como foi dito anteriormente, os manguezais convivem com a presença de "estranhos" desde a colonização do município, este contínuo processo tem a partir dos anos 80 seu "boom" populacional.

Em 1983 o número de famílias que habitavam os manguezais era bastante significativo; as localidades mais ocupadas encontravam-se nos bairros Fátima e Boa Vista. No Espinheiros as ocupações também se efetivavam, porém em menor escala.

Tal situação começa a se mostrar como um "problema" a ser resolvido, merecendo atenção por parte de vários setores da comunidade joinvillense, como: Associação Comercial e Industrial, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e setores da Igreja Católica que criam a Pastoral dos Mangues de Joinville. Os interesses destes setores, variavam desde a preocupação com o

turismo, com a criação de favelas na cidade, com futuros problemas a nível de criminalidade, até com a degradação ambiental e com as condições de vida daquela população.

Estes setores começam a pressionar o poder público municipal, e aliados a pressões da população moradora - em função das péssimas condições de vida - reivindicam junto ao órgão público ações emergenciais em relação à situação apresentada (1).

Como afirma Martins (1989, p.65):

"... o poder público municipal foi levado a se comprometer com as áreas de mangue ocupadas de maneira imprópria para a habitação, através de um plano de urbanização e regularização destas áreas e da proteção das áreas de mangue ainda não ocupadas".

Neste período, tal plano foi assumido e desenvolvido por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por engenheiros civis e sanitaristas, arquitetos e assistentes sociais, vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Comunitário da PMJ. Esta equipe elaborou um estudo da realidade onde iriam atuar, procurando em outras cidades do país a nível de Prefeitura, algum exemplo de atuação frente a mesma problemática existente em Joinville. Porém tal tentativa se mostrou frustrada.

Conforme entrevista com o engenheiro que coordenava o projeto em 1992 e participou desse estudo, obtive a seguinte informação:

(1) Estas pressões, principalmente dos moradores das áreas de mangue localizadas nos bairros Fátima e Boa Vista, tinham um caráter organizativo, porém tratavam-se de reivindicações pontuais que tiveram papel fundamental no desencadear de ações nas áreas de mangue por parte da Prefeitura de Joinville. Conforme demonstrado no Capítulo II, p. 51/52.

"... não encontramos nada parecido, encontramos invasões mas não solução para o problema, então resolvemos adotar uma solução daqui, nossa, tentar coibir [sic] estas invasões através da implantação de um canal de grande porte, no limite das invasões e aí fazer a reurbanização dessa área, que vem sendo feita até hoje ..."

Durante o ano de 1986 este projeto de preservação e urbanização começa a ser efetivado, a partir das seguintes etapas:

- abertura de canais de delimitação das áreas já ocupadas em processo irreversível, com o objetivo de introduzir barreiras físicas entre a área ocupada e os manguezais remanescentes, a fim de proteger os últimos;
- retirada de areia dos rios junto ao mangue e do próprio canal, jogando o material nas áreas de mangue ocupadas para o aterro hidráulico, levando em consideração a cota da maré máxima para que as habitações ficassem seguras das águas;
- relocação das habitações em função do traçado das ruas;
- urbanização das áreas através da abertura e aterro das ruas, ligações oficiais de água e energia, rede de esgoto, drenagem pluvial e delimitação dos lotes (aproximadamente 240 metros quadrados);
- construção ou reforma das instalações sanitárias e das cozinhas a serem edificadas através do regime de autoconstrução, a fim de garantir a higiene sanitária da população;
- e após a conclusão dos trabalhos, os lotes das áreas remanescentes seriam destinados para famílias de zero a três salários mínimos, que não possuíssem imóvel e que aguardavam pelo atendimento em algum programa habitacional; também seriam atendi-

das famílias que já residiam na área e que estavam concentradas em uma única moradia.

O bairro Fátima foi o primeiro a ser atendido com trabalhos de urbanização na área; 200 famílias que habitavam tal espaço foram atingidas por este trabalho e mais 226 novos lotes foram criados, a fim de atender casos de famílias que se enquadravam no exposto anteriormente.

Por se tratar de áreas pertencentes à União Federal, a Prefeitura de Joinville necessitava acionar o seu controle a fim de iniciar o trabalho de urbanização (2). Como destaca Martins (1989), este controle foi solicitado ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), que em 1987 repassou na forma de controle de cessão sob regime de aforamento, 192.387 metros quadrados de áreas de mangue localizadas no bairro Fátima; sendo outorgante cedente a União Federal e como outorgado cessionário o município de Joinville.

Porém, o projeto e as obras efetuadas até então, não tiveram o destino esperado. De acordo com Souza (1991), esta primeira etapa apresentou sérias dificuldades, desde a concepção do projeto urbanístico, até a operacionalização das obras. O trabalho de urbanização mostrou-se lento e caro, diversas famílias precisaram deixar suas casas e improvisadamente foram morar em barracos cedidos pelo exército durante meses. Esta situação tornou-se do ponto de vista dos moradores insustentável. Em junho de 1987, quando os novos lotes acabavam de ser aterrados,

(2) Como os manguezais fazem parte de área pública federal a PMJ necessitava obter o controle jurídico e político destas áreas para poder realizar os trabalhos de urbanização. Este controle é obtido através de uma cessão por aforamento feita pelo governo federal à prefeitura de Joinville.

"... foram rapidamente ocupados por orientação da Associação dos Moradores do bairro Fátima. A prefeitura não teve condições de impedir, visto que a ocupação ocorreu em um final de semana, quando não havia trabalhos na área. Desta maneira, com a ocupação da área sem que os lotes estivessem ainda demarcados, ocorreu a implantação de habitações em locais indevidos, onde seriam ruas e mesmo onde as dimensões dos lotes seriam outras. Assim, além dos 226 lotes remanescentes previstos, passaram a existir mais 457 lotes que surgiram sobre áreas previstas para uso comunitário e para o sistema de tratamento de esgoto " (Martins, 1989, p.68).

Tal ação por parte dos moradores, foi duramente criticada pela PMJ. Durante o ano de 1987 as obras no bairro Fátima foram praticamente paralisadas sendo outra vez retomadas em 1989, quando o Projeto já estava submetido a outra orientação e coordenação.

Em entrevista com o Coordenador da segunda fase do Projeto, em relação à experiência no bairro Fátima obtive a seguinte informação:

"... em 86 iniciou então o primeiro projeto, que foi um trabalho falho. A primeira experiência do bairro Fátima não foi muito boa, a dragagem deu certo, mas depois a organização das famílias nos terrenos não foi esperado, porque o poder público demorou muito, ofereceu muita coisa pros moradores e os moradores não tiveram paciência [sic] para esperar essa infraestrutura e acabaram invadindo os lotes e ficou pior do que estava antes. Então em 87 o projeto parou, onde o Prefeito [Freitag] naquela oportunidade achou que aquilo não estava bem, foi aí que entrou o NBH e se propôs a fazer um projeto ".

Ainda nesta primeira fase do projeto, no segundo semestre de 1986, as obras no bairro Boa Vista foram iniciadas. As etapas dos serviços desenvolvidos pela PMJ bem como a atuação dos moradores assemelham-se ao ocorrido no Fátima. O projeto

previa a urbanização de 450 lotes já existentes e a criação de 700 novos lotes sobre a área de mangue caracterizado como morto ou área condenada a ser aterrada. Também como ocorreu no Fátima, os lotes foram ocupados sem que a prefeitura conseguisse evitar, face ao pequeno número de fiscais de que dispunha (Martins 1989).

Com as dificuldades relatadas durante a execução do projeto e a falta de investimentos por parte da PMJ ficou inviabilizado o seu prosseguimento. Em 1987 o projeto é paralisado.

2. Segunda fase do Projeto: objetivos e ações

Ainda durante o ano de 1987, outros técnicos da PMJ, vinculados ao NBH (Secretaria de Planejamento) se propõem a encaminhar e desenvolver o Projeto de Preservação e Urbanização das áreas de mangue do município. Este projeto agora sob nova orientação é enviado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), em busca de financiamento. Ao final de 1987 o BNDES/Finsocial aprova esta proposta, liberando a verba no decorrer de 1988, quando tem início então a segunda etapa deste trabalho.

Como destaca o coordenador desta segunda fase do trabalho,

"... a primeira etapa do projeto eu acho que a prefeitura pecou quando ela prometeu muita coisa, a gente sabe que o poder público não tem condição de fazer tudo e aí eles ofereceram casa e isso não deu resultado. Na segunda fase quando nós assumimos, nós mudamos um pouco o objetivo, a filosofia do projeto, então a participação da comunidade seria mais efetiva, eles participariam mais, eles teriam que dar a contribuição deles, não só o poder público".

Neste período, após as experiências em outros bairros constatou-se que a proposta de urbanização das áreas já ocupadas e a preservação dos manguezais remanescentes a partir da construção do grande canal de contenção das invasões, era a forma mais eficaz de evitar novas ocupações com a progressiva destruição dos mangues.

Conforme publicado em jornal local, **"Somente o canal pode salvar os manguezais de Joinville"** (A Notícia, 09/03/88). Nesta reportagem apresentava-se a "solução" encontrada pela PMJ para evitar futuras invasões: a abertura de um canal de 40 metros de largura com 5 metros de profundidade numa extensão de 25 quilômetros. Tal canal é apresentado como uma barreira intransponível, uma espécie de "muralha da china" entre o homem e o mangue. Assim declarou o Secretário de Planejamento do município naquele período:

"Na medida em que os estudos iam se aprofundando mais se chegava à certeza de que os canais de contenção seriam a única barreira capaz de inibir a invasão do mangue de Joinville. A confirmação só veio, porém, depois que a prefeitura, em convênio com o DNOS, construiu os primeiros mil metros desse canal no bairro Fátima. A constatação: nenhum morador se atreveu transpor a barreira da água" (A Notícia, 09/03/88).

Anteriormente conhecido como trabalho de urbanização

das áreas de mangue, este projeto passa a se intitular "Programa Integrado de Urbanização das Favelas localizadas nas Areas de Mangue de Joinville". A redefinição do Projeto de urbanização das áreas de mangue ocupadas, transformando-o em ação integrada, teve como objetivo permitir a ampliação dos benefícios às famílias residentes nestas áreas e facilitar a liberação de recursos junto ao BNDES. Naquele período, decorrer de 1989, os financiamentos para projetos de ações integradas estavam entre as linhas prioritárias do Banco, facilitando desta forma a liberação de recursos. Foi o que declarou uma das representantes, gerente da área social do citado Banco, em visita a Joinville e publicado no jornal local "O Barnabé" (13/04/89), uma publicação da PMJ.

Conforme consta neste Programa Integrado,

" ...corajosamente, a Prefeitura elaborou este projeto, com o grande objetivo social e comunitário de erradicar o favelismo e implantar a ocupação disciplinada, acompanhada da infra-estrutura indispensável, como água, luz, arruamento, esgoto, escolas, creches e postos de saúde. O projeto em andamento visa não somente criar amplas condições de melhorar a existência de milhares de pessoas, mas também procura defender e preservar a integridade do sistema ecológico dos manguezais ainda livres da presença humana" (PMJ/Programa integrado de baixa renda, 1988, p.08).

Esta citação, demonstra claramente a que se propõe a Prefeitura, na ânsia de "erradicar" o favelismo e "disciplinar" as ocupações. O espaço dos manguezais, transformado pela ação dos moradores e posteriormente pela ação da Prefeitura, torna-se um espaço permeável à ingerência municipal, principalmente na sua organização e na normatização através de "regras" impostas aos moradores, acionando-se mecanismos de controle deste espaço

respaldados pelo projeto de urbanização em desenvolvimento.

Para entender o significado de espaço utilizo o enfoque de Foucault (1979), que ao tratar deste assunto refere-se ao final do século XVIII, quando a arquitetura começa a se especializar ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. De acordo com esta perspectiva, outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. No final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos. Pouco a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional: um exemplo disso é a edificação das cidades operárias dos anos 1830-1870. A família operária era fixada; era prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida.

Reconheço o espaço urbano enquanto um espaço disciplinado, ordenado, esquadrinhado. Dividido em quadras, em parcelas. Conforme Foucault (1987) o espaço é tratado a partir do princípio do quadriculamento.

"Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir" (p. 131).

Anula-se assim, os efeitos das repartições indecisas, da circulação difusa, como táticas de antivadiagem, de antiaglomeração. Estabelecendo as presenças e as ausências, sabendo onde e como encontrar os indivíduos.

O projeto de urbanização das áreas de mangue através da

organização do espaço ocupado - em quadras e lotes definidos - e do cadastramento das famílias residentes, assume uma dimensão disciplinar e controladora possível de ser verificada nas ações e discursos que orientam esta prática.

Este projeto de urbanização procura efetivar-se a partir da definição de algumas metas. Estas metas esclarecem as obras que são atualmente realizadas nas áreas de mangue, as que futuramente o órgão público pretende realizar, bem como ressalta a amplitude das ações lá desenvolvidas (3).

(3) Metas do Programa:

- " - Estabelecer uma barreira física no limite das invasões, através da dragagem de um canal interceptor de grande porte de 40 metros de largura por 5 mts. de profundidade, visando conter as ocupações dos manguezais nativos.
- Dotar as áreas ocupadas de um aterro mínimo com material retirado da abertura do canal através da dragagem de sucção e recalque.
- Definir a rede viária da região, adequando-a a malha já existente, possibilitando o fluxo de transporte viário normal para o futuro.
- Acomodar paralelamente e ao longo do canal interceptor uma avenida de grande porte, servindo como eixo viário principal para todo o transporte de massa no futuro, prevendo-se que esta área descrita terá aproximadamente 100 mil habitantes nos próximos anos.
- Demarcar todas as quadras e lotes, hoje aleatórios sem definição das dimensões, visando estabelecer uma reurbanização adequada.
- Assentar as famílias de baixa renda em seus respectivos lotes, de acordo com os critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal como: menor renda familiar, constituição da família e tempo de residência em Joinville.
- Completar o aterramento dos lotes regularizados que não tiveram aterro hidráulico da dragagem de sucção e recalque suficientes, devido ao tipo de material inadequado.
- Dotar esta área do sistema coletor de drenagem pluvial, evitando assim o problema das valas a céu aberto.
- Implantar o sistema de esgoto sanitário com rede coletora, transporte e tratamento final intermediário.
- Construir creches para atendimento de crianças de 0 - 7 anos. A idéia de negociar a aplicação de recursos com a iniciativa privada, tendo a indústria a possibilidade de desconto no imposto de renda e possível aumento na produtividade nas linhas de produção.
- Construir escolas para as crianças de 7 - 14 anos, que estão fora da escola de acordo com o censo escolar, visando diminuir o número de analfabetos e conduzir a comunidade para o programa educacional estabelecido pela Secretaria de Educação do município, onde nenhuma criança poderá ficar fora da escola.
- Implantar postos de saúde para atendimento da população residente na região leste do município, possibilitando substancial melhoria da saúde pública, com destaque para a saúde preventiva.
- Dotar a área com espaços para lazer, paisagismo e equipamentos esportivos; através de parques, praças, campos de futebol e outros;
- Enfim, possibilitar que a região leste de Joinville deixe de ser um local insalubre, lamacento, com mau aspecto e grande chance de favelização; para tornar-se uma área estruturada, moderna, bem planejada para receber a urbanização futura" (PMJ/Programa Integrado de baixa renda, 1988:13-14).

Com o desencadear destas metas, uma série de obras foram sendo realizadas. Importa destacar como o Projeto Mangues se iniciou, se desenvolveu e quais as mudanças que acarretou nas condições de vida dos moradores da Vila Paranaense, conforme explicitado no decorrer do Capítulo III deste trabalho. Em contrapartida, é necessário analisar também o interesse do órgão público naquela região, rastrear a compreensão dos moradores sobre o trabalho de urbanização realizado, bem como, verificar as implicações do mesmo no cotidiano destas famílias.

3. O Projeto Mangues chega a Vila Paranaense

No decorrer de 1988 o projeto de urbanização é definitivamente implantado no bairro Espinheiros e com isso uma série de obras foram sendo realizadas. Com a chegada dos recursos solicitados junto ao BNDES/Finsocial no segundo semestre deste mesmo ano, tem início as obras referentes a abertura do canal e urbanização das áreas ocupadas. Portanto dá-se continuidade a execução do canal que, seguindo o curso projetado, após passar pelo bairro Boa Vista encaminhar-se-ia ao bairro Espinheiros.

O canal dividiria o mangue em: área ocupada de forma irreversível e mangue nativo a ser preservado. No caso da Vila Paranaense, o canal foi aberto distante das ocupações presentes naquele período. Deste modo, uma extensa área de manguezal nativo - separado da área a ser preservada pela abertura do canal - torna-se espaço para assentar outras famílias não

residentes no local, bem como espaço para construir equipamentos comunitários: escola, creche, posto de saúde, área de tratamento de esgoto, praças, etc. Neste caso, a própria Prefeitura torna-se agente destruidor do manguezal, cortando e/ou queimando a vegetação nativa, aterrando e demarcando os espaços.

Esta segunda etapa do Projeto de Urbanização é marcada principalmente por ações a serem desenvolvidas no bairro Espinheiros. O projeto enviado ao órgão financiador previa obras também em outros bairros, porém as ações que marcaram o início da segunda etapa deste Projeto são desenvolvidas na Vila Paranaense. Após duas tentativas em outros bairros - Fátima e Boa Vista - com resultados considerados "negativos", a nova coordenação do Projeto opta por outro bairro a fim de reiniciar os trabalhos, pautado agora em outras propostas, com outra "filosofia". Esta filosofia diferenciada, baseava-se principalmente na divisão de responsabilidades entre os moradores do mangue e a Prefeitura. Conforme depoimento da assistente social:

"...antes de qualquer trabalho [obras], nós fazíamos reuniões nessas quadras, nessas ruas, onde iria se iniciar os trabalhos e conversávamos, procurávamos reunir o maior número de pessoas possível e passar as informações do que iria acontecer, o que a Prefeitura iria fazer e em contra partida qual era a participação dos moradores e que essa participação teria que acontecer para que o projeto ocorresse, se não houvesse essa parcela de participação nem da prefeitura nem dos moradores, 50 % de cada um, não poderia levar essas benfeitorias lá. Essa era a contrapartida. Fazia-se as obras mas também os moradores, como no caso, de mudanças de casa, que estavam fora dos lotes, isso ficava à cargo do morador. Ele era o responsável".

Concretamente, com a implantação do Projeto de Urbaniza-

ção e Preservação das áreas de mangue na Vila Paranaense uma série de obras e ações começam a fazer parte do cotidiano de seus moradores. Muitas famílias já residiam no local neste período; por isto, realizou-se um levantamento sócio-econômico a fim de conhecer aspectos característicos dessa população, no intuito de subsidiar o projeto a ser desenvolvido (4).

Além disso, a prática de reuniões com os moradores foi bastante utilizada, como demonstrado no depoimento anterior. Nestas oportunidades a equipe de técnicos da Prefeitura esclarecia e informava sobre o Projeto que ora iniciavam, especificavam as obras que seriam realizadas e solicitavam ajuda, compromisso e compreensão dos moradores. Ajuda no sentido da fiscalização das áreas a fim evitar novas ocupações, compromisso em relação às remoções e/ou reconstruções das casas que fossem necessárias e, finalmente compreensão no sentido dos moradores evitarem ampliar ou construir novas peças em suas residências até a definitiva indicação do local de cada casa.

Esta fase inicial do Projeto de Urbanização na Vila Paranaense é marcada por dificuldades, desconfianças e angústias. Vivenciadas tanto pelos moradores quanto pelos técnicos do órgão público.

Conforme relato do coordenador do Projeto, no início os moradores mantinham-se descrentes em relação ao trabalho que a Prefeitura propunha desenvolver na Vila. Quer seja pelo

(4) Os dados computados revelaram 421 famílias residentes, destas 47.3 % eram provenientes do interior do Estado do Paraná. Dos chefes de família entrevistados, 264 vieram da área rural, 142 da área urbana e dos demais não obtiveram informação. Em relação ao local de trabalho, 164 destes chefes de família trabalhavam na TUPY, outros 25 na CONSUL, havendo também um número significativo de pessoas desempregadas. Estes são apenas alguns dos dados coletados; o levantamento foi realizado em maio de 1988 por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário da PMJ.

descrédito no poder público que sempre prometeu e nunca cumpriu, quer seja pela época em que iniciaram as primeiras obras na área. Como tratava-se de ano eleitoral - 1988 -, muitos moradores vinculavam as obras do Projeto à interesses políticos e acreditavam que, passadas as eleições, nenhuma obra seria executada no bairro. Tais questões ficam claras no depoimento que segue:

Eles [os moradores] recebiam a gente, mas não confiavam na gente, porque sempre o poder público prometeu e nunca cumpriu... então eles não acreditavam. Começamos também nossa coordenação numa época difícil, a partir de 88 e eles diziam: "...isso aqui [as obras] é por causa das eleições ", e nós tinha que dizer: "...então no dia 16 - naquele ano a eleição foi no dia 15 de novembro - nós vamos e voçe vai olhar a gente lá [trabalhando] ". Aos poucos nós fomos pegando essa confiança, mas no começo foi terrível..., a gente foi prometendo só mesmo o que pudesse cumprir ou menos do que pudesse fazer e aos poucos fomos conquistando aqueles moradores, conquistando a Associação ".

Mesmo diante destas dificuldades iniciais o trabalho se desenvolve, repercutindo profundamente no cotidiano dos moradores da Vila Paranaense. As transformações que este trabalho engendrou no espaço e na vida dos moradores, será assunto do item que segue.

4. A transformação e a normatização do espaço

Com o desencadear das obras de urbanização, a solicitação para que os moradores não efetuassem qualquer construção em suas residências, tornou-se quase uma determinação. Tal determinação, fundamenta-se na necessidade dos trabalhos de

medição e demarcação dos lotes, quadras e ruas estarem concluídos, a fim de os moradores não correrem o risco de aumentar uma casa que necessitasse ser relocada; esta solicitação de espera inquietava alguns deles, já que, muitas vezes o trabalho de medição e demarcação, bem como a indicação para o lote definitivo era lento, gerando angústia e transtornos para as famílias que necessitavam ampliar ou mesmo melhorar suas residências.

As áreas de mangue em processo de urbanização também eram continuamente fiscalizadas no intuito de evitar novas ocupações. Porém, como a equipe de trabalho contava com apenas uma pessoa para fiscalizar inúmeras áreas, a ocorrência de novas ocupações não pôde ser evitada. O que dificultava qualquer ação da Prefeitura em impedir ou mesmo demolir a construção era o fato de a família já se encontrar residindo na moradia quando se constatava nova ocupação. Essa era uma das estratégias utilizadas pelas famílias a fim de garantir um espaço nas áreas a serem urbanizadas. Rapidamente erguiam a casa, muitas vezes durante a noite e logo entravam com a família e seus poucos pertences. Sabiam que, no caso da casa estar ocupada, geralmente com mulheres e crianças tornava-se quase impossível qualquer represália por parte do órgão público.

Em outros casos, havia moradias que estando em processo de construção foram demolidas ou casos em que os donos da obra eram autuados recebendo um "Auto de Embargo", sendo assim impedidos de prosseguir a construção. Geralmente, nos casos em que a família ficava impedida ou mesmo perdia sua moradia ela

ingressava na lista de espera ou de casos emergenciais, na esperança de conseguir um lote neste local.

O espaço do manguezal portanto, passa a ser distribuído, organizado, fracionado.

A medida que as obras prosseguiam, transformando esta realidade, mais famílias eram afetadas por este trabalho. Neste sentido, ficava sob o encargo da assistente social do Projeto realizar visitas domiciliares às famílias residentes. Nesta ocasião fornecia maiores informações acerca do trabalho ou mesmo o divulgava às pessoas que ainda não o conheciam. Todas as famílias residentes eram cadastradas através do preenchimento de uma ficha. Nesta ficha constavam informações como: o nome dos membros da família, a localização da casa, o local de trabalho, a remuneração, a existência ou não de alguma documentação referente ao terreno ocupado (5), entre outras coisas.

Cria-se então um sistema de registro centralizado dessas famílias, posteriormente armazenado em programas de computador existentes no Núcleo de Bacias Hidrográficas (PMJ), possibilitando em poucos segundos identificar a família residente em determinado lote, rua, quadra, sabendo-se onde trabalha, quanto recebe, enfim, criando-se um sistema de vigilância permanente, sofisticado e sutil.

Inicialmente, a maioria destes moradores como simples ocupantes daquelas terras não possuíam nenhum documento em relação à área ocupada. Porém, alguns moradores depois de se instalarem

(5) A existência ou não desta documentação previa a possibilidade do morador possuir alguma documentação da "marinha", como afirmavam, conseguida junto ao SPU.

no local, procuravam saber das possibilidades de conseguirem alguma documentação, na tentativa de garantir sua permanência no local sem maiores complicações. Desta forma, muitos conseguiram junto à Delegacia do Serviço do Patrimônio da União (SPU) - instalada em Florianópolis/SC - uma "Certidão de Ocupação". Este documento fornece ao morador um título de inscrição de ocupação, no qual consta também o nome do solicitante, bem como alguns dos seus "direitos" e "obrigações" referentes à área de mangue solicitada. Ao morador portador desta "Certidão" também era cobrada uma taxa anual pela ocupação do local.

Para muitos deles, esta documentação representava alguma segurança em relação à ocupação de uma área considerada sem dono. Alguns dos moradores que entravam com o pedido de solicitação desta "Certidão" muitas vezes possuíam somente um Número de Protocolo comprovando sua solicitação, porém não possuíam ainda nada de definitivo. Mas, muitos deles portavam este Protocolo com o mesmo significado de uma "escritura definitiva".

Esta documentação fornecida pelo SPU possibilitava ao solicitante o direito de "ocupar" tal área: estes títulos eram fornecidos à pessoas físicas, geralmente carentes. Porém, em Joinville também foram beneficiadas com o direito de "ocupar" o mangue, pessoas jurídicas. Toma-se como exemplo, o documento fornecido à Empresa TUPY, que a autoriza ocupar uma extensa área de manguezais.

Com o início do Projeto de Urbanização pela PMJ, solicitou-se ao SPU não emitir mais nenhum título de ocupação e iniciaram-se as negociações com os órgãos competentes a fim da

PMJ tornar-se a responsável por estas áreas. Em notícia divulgada em jornal local (A Notícia,14/04/89) sob a manchete "**União irá à Justiça para recuperar terras no mangue**", denunciava-se a existência de títulos de propriedade em áreas de Marinha (mangue) bem como a intenção de reaver seis mil metros quadrados de área, anulando títulos de propriedade existentes. O próprio órgão responsável por "zelar pelo Patrimônio da União" emitia tais títulos, conforme declaração do delegado do SPU presente em Joinville nesta ocasião: *"Não tínhamos conhecimento da situação real de Joinville. Agora temos uma noção mais clara dos absurdos ocorridos. É inadmissível a concessão de sentenças de usucapião em áreas de Marinha, por exemplo. A legislação é clara neste sentido"* (A Notícia,14/04/89,p.5).

A proposta diante do trabalho desenvolvido em áreas de mangue consideradas irrecuperáveis, é repassar o controle jurídico e político dessas áreas para a Prefeitura de Joinville em regime de aforamento. Neste caso, a regularização fica por conta da Prefeitura, e é criado na cidade um novo tipo de lote: o "foreiro", sendo repassada ao morador sua posse plena.

Neste sentido, cada morador das áreas de mangue em processo de urbanização, recebia da PMJ um "Termo de Indicação de Lote"; neste documento, considerado provisório, se encontram relacionados os direitos e obrigações do morador em relação ao lote. Entre as obrigações, existe a proibição de venda, troca ou aluguel do lote. Essa questão era uma das mais problemáticas do Projeto.

Em entrevista realizada com a assistente social do

Projeto, em relação a esta questão obtive a seguinte informação:

"As vezes tem pessoas que dizem: "eu vou embora, aqui não tem mais emprego, vou voltar pro Paraná que lá posso trabalhar". E a gente diz, mas lá também não vai ser fácil, você tem uma propriedade aqui, conseguir outra vai ser mais difícil. A gente tenta fazer um trabalho assim, fazer as pessoas pensarem, refletirem, o que é o valor de uma propriedade. Passaram dificuldades imensas naquele mangue, com lodo, com maré, e agora que já tem casa, barro seco, rua, água, luz, coleta de lixo, querem se desfazer de tudo isso? A gente procura lançar algumas idéias, o objetivo é fixar essas pessoas lá, principalmente as que participaram desde o início, mas é difícil controlar isso".

Com a determinação contrária à vendas e trocas de lotes, a PMJ pretendia impedir que um comércio se instaurasse nestas áreas, bem como intencionava fixar o morador na cidade, evitando as constantes migrações. Porém, a prática de venda e troca dos lotes era bastante comum, fugindo ao controle pretendido pela mesma.

Quando ocorriam estas negociações, a parte comercializada era constituída pelas benfeitorias que o morador havia feito sobre o lote, pois não sendo os donos da terra, comercializavam apenas o que lhes pertencia de fato. As trocas também era efetuadas desta maneira: trocavam o lote ou os "direitos" sobre ele por outro lote ou mesmo pelas benfeitorias nele realizadas.

Dentro desta discussão do significado valorativo imputado à benfeitoria construída sobre o lote e parte integrante no momento da comercialização, resgato Kowarick (1986) ao afirmar que: "a moradia; independente da sua condição de própria,

alugada, cedida ou ocupada tem sempre este significado de revelar e expressar a família. E de sua própria natureza" (p. 319).

A casa própria principalmente, como no caso dos moradores da Vila Parananense, representa a segurança da família não perder o abrigo, mas não é só isto. "E a possibilidade concreta de se entesourar, acumular (...) de dispor de um bem de grande valor ...", (idem, p. 323). Bem que pode ser comercializado quando necessário, retornando ao trabalhador o esforço empreendido durante sua construção, recuperando monetariamente não apenas o trabalho incorporado e materiais utilizados, como também usufrui da valorização imobiliária que a área passa a ter.

Antes da urbanização destas áreas de mangue, a prática de venda ou troca de lotes ocorria em menor escala, devido ao menor número de residentes, como também e, principalmente, pelas dificuldades características daquela região, que lhe imputava - até aquele momento - pouco ou nenhum valor comercial. Com o trabalho de urbanização, dotando a região de infra-estrutura, a valorização foi decorrente e a prática de venda e troca tornou-se quase incontrolável.

Torna-se necessário portanto, refletir acerca das interpretações sobre o "valor de uso" e "valor de troca" que assumem estas moradias autoconstruídas e busco em Valladares (1987) fundamentos para esta reflexão.

Embora o "valor de uso" esteja na origem da autoconstrução da moradia, nela também está contido o "valor de troca", fazendo com que a casa seja vista como uma "mercadoria",

cuja comercialização far-se-á sob certas condições. Neste sentido,

a casa própria representa não só a eliminação de gastos com aluguel, mas, também a "formação de um patrimônio" cuja "valorização" será dependente das conquistas de melhorias dos loteamentos em que ela se localize" (1987, p.64).

Com a emissão dos termos de indicação de lote pela PMJ, tentou-se evitar ou mesmo controlar estas negociações, porém tal prática se mostra um desafio para a equipe do Projeto. Estas vendas ou trocas são realizadas sem o conhecimento do órgão público, na privacidade da "vida doméstica". Nestas negociações são comercializadas as benfeitorias existentes, bem como os "direitos" adquiridos sobre o lote, motivados quase sempre por fatores de ordem pessoal: a não adaptação à cidade, o desemprego, a saudade do local de origem, problemas de saúde, etc.

Frente a estas práticas, a equipe do Projeto na tentativa de evitá-las solicita aos moradores que, antes de efetivarem as transações comuniquem sua intenção e os seus motivos. Nesta oportunidade, aproveitam para mais uma vez esclarecer sobre as posições contrárias do Projeto à estes negócios, algumas vezes conseguindo evitar que a transação se efetive. Porém, por mais que se esforcem, tais práticas mostram-se extremamente difíceis de controlar, porque a forma que a população tem de valorizar a posse destes lotes é diferenciada, partindo de questões pessoais, familiares, conjunturais.

O coordenador do Projeto quando questionado acerca disto, reconheceu a dificuldade que enfrentam:

" (...) isso é o maior problema que nós enfrentamos. A princípio os lotes não podem ser vendidos, mas, a gente vai aprendendo com o tempo. No início ninguém podia vender, mas eles faziam as vendas sem a gente vê. E aí ficava pior ainda, então nós fizemos um sistema de, essas pessoas que precisam sair da cidade, que comprovaram que vão sair, nós estamos aceitando a transferência do lote, desde que a outra família também esteja necessitada, não tenha condições de comprar um lote, que isto seja comprovado, e que também não tenha um outro lote. Através disso a gente tenta controlar um pouco, mas mesmo assim as vendas são muitas ".

Mesmo a partir da definição de alguns critérios no momento da transação, a equipe do Projeto reconhece a dificuldade de querer gerir a "vida" ou os "planos futuros" dos moradores, que podem incluir mudanças da cidade ou mesmo de emprego. Esta equipe, também distingue dois casos dentro da diversidade de questões que aparecem. São os seguintes:

" um caso é aquele morador que já morava ali, antes de nós entrar com o Projeto, ele só foi reorganizado. E tem aquele morador que nós selecionamos ele e entregamos um lote. Esse primeiro caso, nós aceitamos a transferência, o segundo caso, aquele que nós selecionamos entre cinco mil famílias que nós temos e entregamos um lote para ele, esse se ele vender ele perde. O cara que comprar perde e o vendedor perde também. Teve alguns casos que nós confiscamos o lote. No primeiro caso é mais difícil ".

Outra "normatização" do espaço em função do Projeto, é a determinação de cada lote possuir apenas uma moradia. Considerando as dimensões do lote - 240 metros quadrados - preve-se no futuro a ampliação da moradia, a possibilidade de um jardim, horta e até garagem. A partir disto, existe por parte da

equipe do Projeto uma fiscalização no sentido de evitar novas construções, mas também neste sentido, a prática dos moradores contrapunha-se às "normas" do Projeto. Com o aumento da família, um filho que casa ou mesmo com a chegada de parentes do interior, é comum a existência de duas moradias num mesmo lote. Muitas vezes, explicando os motivos e argumentando a necessidade da outra construção, os moradores conseguem mesmo que provisoriamente uma liberação. Neste sentido inclui-se a tentativa de que, localizando-se em áreas que estão sendo urbanizadas permanecem na esperança de serem incluídos nos novos lotes que serão criados.

Quanto às famílias já residentes no local, à medida que a medição e demarcação da área vai sendo realizada - a partir do redimensionamento de quadras e lotes de acordo com o plano de urbanização dos mangues - a assistente social visita as famílias e munida de um mapa indica em que lote ficará sua moradia. Havia casos em que a localização da moradia coincidia com a demarcação do lote, desta forma tal moradia não necessitava ser removida. Porém, o mais comum eram os casos de, num único lote localizarem-se duas ou três casas. Desta forma, a casa que mais ocupava o terreno permaneceria, as demais eram indicadas para lotes próximos a este. Ocorriam também, casos em que as moradias encontravam-se sobre o traçado das ruas, necessitando assim serem relocadas.

Estas relocações ou mesmo as possíveis construções das casas ficavam ao encargo dos moradores, já que, a "nova filosofia" do projeto previa como responsabilidade dos moradores tais ações. Porém, aconteciam situações em que a família não

possuía recursos que permitissem arcar com todas essas despesas. Neste caso, as casas que necessitavam ser desmontadas eram retiradas inteiras e transportadas para o outro lote. Isto demandava maquinários, mão de obra disponível, materiais de construção como: areia, saibro, cimento, e poderia ocorrer perda de material da casa como madeiras e telhas que se partiam; enfim, toda uma despesa que muitas vezes a família não podia arcar. Se a casa não necessitasse ser removida com rapidez - em função da abertura de alguma rua ou do próprio canal de contenção - o morador poderia realizar a relocação quando considerasse possível fazê-lo. Porém, em casos emergenciais a equipe do Projeto considerou a necessidade de ajudar ou mesmo realizar a relocação. Desta forma, alguns funcionários da própria Prefeitura foram destinados à este trabalho; o Projeto também auxiliava com material de construção e em alguns casos repunha madeiras e telhas quebradas. Muitas famílias relocaram ou reconstruíram suas casas com ajuda da Prefeitura.

O ano de 1989 se inicia com uma série de obras na Vila Paranaense, além da abertura do canal com a consequente dragagem e o aterro hidráulico da área; a urbanização previa o aterro e o ensaibramento dos lotes, a abertura de valas, a tubulação de drenagem pluvial, de água e esgoto.

Cada vez mais a realidade das ocupações nos manguezais se transformava. Criavam-se acessos até as casas através da abertura de ruas. Com isso, os trapiches e pontilhões desapareciam; com o aterramento de ruas e lotes as áreas não sofriam mais tanta influência das marés; as casas iam se

localizando em seus respectivos lotes e a área ia tomando feições de um bairro em processo de urbanização.

Porém, se este espaço, anteriormente tão impróprio à moradia vai gradativamente transformando-se num local possível de ser habitado, ele torna-se por outro lado, um espaço disciplinado, individualizado - já que as fronteiras de utilização do lote para cada família são estabelecidas pela Prefeitura, através de ações respaldadas na tentativa de evitar a favelização destas áreas.

O depoimento que segue, do Prefeito de Joinville - Luiz Gomes - no período de 1989/92, demonstra com clareza os aspectos ressaltados:

*"No projeto que nós desenvolvemos no mangue eu aprendi uma coisa (...). Quando os caras invadem uma área que não é de ninguém, aí vem o pai e o filho diz: "coloca dois paus aí e puxa uma lona". Aí vem um irmão ou um amigo fraterno e o espírito de solidariedade funciona muito entre as pessoas pobres. É muito forte. Mas quando a gente diz: "olha cara o terreno é teu, a escritura está aqui, cuida da tua propriedade" (...) isso desperta no homem um sentimento de propriedade, que é inato na natureza humana e o cara defende aquilo na ponta da faca (...). Se voçe deixa invadir uma área comum, o espírito de solidariedade transforma aquilo numa favela. Se voçe **demarca, esquadrinha, individualiza**, o espírito de propriedade fala mais forte. Isto é evitar o afavelamento". (grifos meus) (Diário Catarinense, 09/03/90, p. 5).*

Portanto, um espaço urbano organizado, demarcado, disciplinado, torna-se útil e funcional aos moradores como também ao órgão público, almejando tornar-se "gerenciador" do espaço e do destino de seus moradores.

Foucault (1979), ao tratar do surgimento da medicina social no final do século XVIII, a relaciona com um fenômeno

inteiramente novo, a **urbanização**. As grandes cidades, até o final do século XVIII - ao contrário de constituir unidades territoriais, constituíam-se em multiplicidades emaranhadas de territórios heterogêneos e poderes rivais - provocando a necessidade da unificação do poder urbano, **"... de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado"** (p. 86).

E isso por várias razões, sendo elas razões econômicas e políticas. Segundo Foucault (1979), econômicas, pois a industrialização nascente torna a cidade não só um espaço de mercado, mas sim de produção, fazendo-se necessário recorrer a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes. Políticas, já que o desenvolvimento das cidade e o aparecimento de uma população operária pobre, aumentará as tensões políticas no interior da cidade, tornando as revoltas urbanas no século XVIII, cada vez mais frequentes, **"... daí a necessidade de um poder político capaz de esquadriñar esta população urbana"** (Idem, p. 86).

Tentativas de controle e esquadriñamento do espaço urbano também são verificados na Vila Paranaense, porém, a prática cotidiana destas pessoas demonstram suas formas de resistência diante desta tentativa de controle, colocando em xeque os mecanismos acionados pelo poder público (vide as trocas e vendas de lotes efetuadas sem o controle e conhecimento da Prefeitura).

A repercussão deste Projeto na cidade e as diferentes interpretações que ele possui será assunto do próximo item.

5. As diferentes leituras do Projeto

Com o desenvolvimento do Projeto, as obras e ações da Prefeitura se ampliaram, deixando de se restringir à Vila Paranaense. Outros bairros também começam a ser atendidos com esse Projeto. Neste mesmo ano, as obras no bairro Fátima e Boa Vista são retomadas. Os bairros Jardim Iririú, Comasa e Portinho também são incluídos no Projeto e uma série de obras são iniciadas nesses bairros. Cada vez mais este Projeto torna-se conhecido na cidade, suas ações espalham-se para outras áreas de mangue ocupados, atingindo um grande número de famílias.

Durante o ano de 1989, o Projeto de Urbanização afirma-se como o maior trabalho de atendimento à população desenvolvido pela Prefeitura de Joinville. E o trabalho que atinge o maior número de famílias, na forma de prestação de benefícios numa área considerada fundamental pela população - a **habitação**.

Estamos portanto no início da nova administração - do prefeito Luiz Gomes no período de 1989/1992 - e o Projeto torna-se "a menina dos olhos" da Prefeitura. É um trabalho consolidado que se mantém principalmente com recursos do governo federal. Neste sentido tal questão merece maiores explicações.

Na primeira fase do Projeto, a partir de 1986, ainda na administração de W. Freitag, era o município que mantinha com recursos próprios tal trabalho. E assim foi até meados de 1987, quando o Projeto é paralizado. Mais tarde, no que se pode consi-

derar a segunda fase deste trabalho, já no final de 1987 uma nova proposta é enviada para o BNDES/Finsocial a fim de solicitar financiamento. O montante de recursos é apenas recebido no segundo semestre de 1988, praticamente no final da administração Freitag.

Em 1989, já sob a administração do novo prefeito, o Projeto continua em andamento com verbas do BNDES. Conforme depoimento do coordenador do Projeto, a proposta foi administrada com verbas do BNDES até março de 1990.

Quando assume o governo Collor (1989), é extinto o Finsocial e como o recurso do Projeto provinha deste órgão, inicia-se então a fase crítica do trabalho, conforme declaração do seu coordenador. Sem recursos federais, o município precisou arcar com investimentos na área a fim de não paralisar novamente o Projeto. Durante o ano de 1990, conforme declaração do coordenador do trabalho : " (...) *passamos a pão e água ...*". Porém, acreditando na proposta do Projeto, começaram a buscar outras fontes de financiamento. Contando com um aval do BNDES, solicitaram ao Ministério da Ação Social no decorrer deste ano alguma verba, no que foram atendidos. Ainda nesse mesmo ano, conseguiram apresentar emendas para o orçamento da União para o ano de 1991, e assim têm conseguido verbas todos os anos com este Ministério. Conseguiram também algum financiamento junto à Secretaria do Desenvolvimento Regional nos anos de 91 e 92.

No período da entrevista com o coordenador do Projeto (abril de 1992), que forneceu-nos tais informações, recém havia sido assinado outro montante de verbas para o Projeto. Como

é possível verificar em seu depoimento:

"Nesse ano a gente está bem de recursos, nós temos na ordem de 10 bilhões de cruzeiros para as áreas de mangue, entre verbas da Secretaria do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Ação Social, (...) Hoje nosso projeto é conhecido à nível nacional, em Brasília, Joinville é conhecida pelo Projeto. O presidente e os ministros conhecem, a gente tem até uma facilidade hoje para conseguir recursos. Tanto é que o município só consegue dinheiro para o Projeto, não consegue dinheiro para asfaltar ou abrir uma rua. O dinheiro que vem, vem para o Projeto, porque ele é bem aceito, bem conhecido".

Porém, não é somente por causa de reconhecimento e "boas ações" que o Projeto é conhecido. Existem também na cidade, descontentamentos e uma série de críticas dirigidas a tal atuação.

Estas críticas partem principalmente de três segmentos sociais: os ecologistas, os empreendedores imobiliários e os moradores da área central da cidade. Irei verificar agora qual a natureza dessas críticas e em que se fundamentam.

A preocupação com a questão ambiental em Joinville tornou-se tema de estudo. Em seu trabalho, Müller (1988) tematiza a ecologia e a administração de empresas, pesquisando entre outras coisas a percepção dos estudantes do curso de Administração da Fundação Educacional de Joinville (FURJ) acerca dos problemas ambientais da cidade. Entre os problemas listados mereceram destaque a poluição e a destruição dos mangues. Nesse sentido uma série de depoimentos versam sobre os problemas ambientais que a invasão do mangue pode ocasionar (6).

(6) Como por exemplo: "... com a destruição dos mangues quebra-se a cadeia animal, vegetal e alimentar, que em cadeia vão propagar outras destruições"; "Vários são os problemas, o mais sério é a destruição dos microorganismos necessários à manutenção do ecossistema", etc. (Müller, 1988, p.165).

Outra polêmica levantada por Müller (1988) e discutida pelos estudantes, foi acerca da construção do canal de contenção das invasões. A respeito disso as opiniões se dividiram. Alguns se mostraram contrários baseados na destruição de parte dos manguezais, outros apontaram a ineficiência do canal acreditando que os moradores transporiam a barreira de água e outros mais defendiam e elogiavam a construção do canal como uma solução adequada para o problema (7).

Entre os ecologistas da cidade e da própria Prefeitura, a maior crítica ao Projeto recai no fato de o órgão público não ter procurado realizar um estudo detalhado com a consequente elaboração de um Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - antes de iniciar a obra, pois não sabem ao certo quais as consequências ambientais que esta obra poderá ocasionar a longo prazo.

Entre os empresários do setor imobiliário o Projeto de Urbanização também merece críticas. Num depoimento publicado em jornal de circulação estadual, o presidente da Associação dos Loteadores e Empreendedores Imobiliários do Norte de Santa Catarina declarava:

(7) O depoimento de alguns estudantes serve como exemplo: "Considero péssimos, o aterro e o canal. São contra a natureza"; "O mangue tem um papel fundamental (...) É loucura cortar esse sistema perfeito que a natureza criou..."; "Do ponto de vista social é elitizante, pois repercutirá nos preços dos terrenos de periferia diminuindo a área de expansão da cidade. Do ponto de vista ecológico é indispensável e elogiável, pois protege o mangue e futuras famílias de insalubridade"; "O trabalhador pobre é criativo. Vai fazer ponte para voltar à natureza e buscar o caranguejo e o mangue para destruir..."; "Foi a melhor forma encontrada para preservar a área dos mangues da cidade e também evitar que mais pessoas habitem estas áreas o que acarretaria mais problemas para o município"; (Müller, 1988, p.167).

" O governo está cometendo um crime ao urbanizar o mangue. Ali é lugar de caraquejo. Somos contra o pobre e o rico ocuparem o mangue. (...) Tem deputado, vereador e padre incentivando a invasão dessas áreas " (Diário Catarinense, 14/05/89).

A denúncia do incentivo das invasões pelo empresário, foi motivada na época, conforme prossegue tal reportagem, pelo fato do CDDH levantar acusações contra sua imobiliária de estar construindo em área de mangue, um grande empreendimento imobiliário; prática comum e notória na cidade.

Em entrevista realizada com o coordenador do Projeto, perguntei sua opinião acerca das críticas que tal trabalho recebe, para o que obtive a seguinte resposta:

" Algumas dessas críticas são dos ambientalistas; que ele [o Projeto] teria sido implantado sobre áreas de manguezal. Isso a gente pode justificar dizendo que essas famílias já moravam aí, que já tinham ocupado e destruído os mangues, e o que foi feito, o nosso projeto, é um projeto que preserva o meio ambiente e não que destrói o meio ambiente ".

Tal afirmação é fundamentada na implantação do canal de contenção das "invasões" que estaria protegendo o manguezal remanescente de novas ocupações humanas. Outra consideração feita pelo coordenador, diz respeito à extensa área de mangue existente em Joinville. Calcula-se que sua extensão esteja em torno de 40 quilômetros quadrados e dessa área somente 5% estão ocupados. O restante permanecerá intocado. E ele prossegue afirmando:

" (...) outra crítica que a gente tem recebido é dos moradores da área mais central da cidade que acham que a gente tá aplicando dinheiro do município, dinheiro dele, que ele tá contribuindo com impostos no assentamento de moradores do Paraná, que vem pra cá só usar esses recursos. Isso a gente justifica também, dizendo que, os recursos aplicados pelo município são muito pequenos, não chega a dez por cento. O montante maior dos recursos a gente consegue do Governo Federal, a fundo perdido. Esses moradores do centro vão ficar muito felizes no momento que, eles souberem que lá não vai se criar uma favela, que vai se tornar um bairro nobre, que lá não vai morar bandido. E uma dessas famílias um dia vai deixar de ser assaltada por algum daqueles moradores que pudesse lá morar ". (Grifos meus).

Neste depoimento se verifica o sentimento de ameaça que a população menos favorecida ou excluída representa para os ditos "moradores da área central da cidade". Conforme Telles (1990, p.37) "... a essa legião de excluídos e deserdados, se associa o fantasma da convulsão social, da violência urbana e do aumento da criminalidade que atemoriza a elite civilizada da sociedade".

A condição de pobreza estigmatiza e diferencia o pobre dos outros trabalhadores, se transfigurando em questão de segurança pública, "por conta de uma dramatização da criminalidade que recria, a cada momento, a imagem ameaçadora das classes perigosas", (idem, p.37).

Portanto, tornando o mangue uma área nobre, também seus moradores irão se "igualar" aos outros moradores da cidade, a partir da ideologia da cidade elitizada, organizada, saneada, desenvolvida.

Porém, com a transformação e valorização desta periferia um processo de expulsão geralmente se desencadeia nestes locais,

"empurrando" esta população pobre para locais mais afastados e segregados da cidade. Retornarei esta discussão nas considerações finais deste trabalho.

E assim vai se construindo a proposta deste Projeto que tantas famílias afeta e tantas transformações proporcionou.

6. Os moradores e suas percepções sobre o Projeto Mangues

Os itens anteriores serviram para esclarecer o projeto, seus objetivos e ações na transformação das condições de vida dos moradores da Vila Paranaense. Frente ao exposto, interessa-me agora salientar a percepção dos moradores em relação a esse Projeto, a avaliação que eles fazem do trabalho realizado pela PMJ, bem como, ao buscar perceber os efeitos que o mesmo tem no cotidiano dos moradores, perceber como estes se relacionam com os mecanismos de controle desenvolvidos pelo poder público

Na pesquisa de campo realizada junto as 60 famílias, um dos itens do questionário utilizado procurava conhecer mais profundamente o relacionamento entre o órgão público e os moradores. Na tentativa de conhecer a percepção destas pessoas em relação à ação desenvolvida pela Prefeitura, perguntei inicialmente se eles sabiam quando e porque a PMJ começou a se interessar pela situação em que elas viviam e as respostas mostraram-se variadas. Em relação à época inicial do Projeto, em que surgem as primeiras ruas na Vila Paranaense muitos moradores não lembravam precisamente a data, porém a maioria tomava como

ponto inicial por volta de 1987/1988 quando começam a surgir as primeiras ações no bairro.

Quanto aos motivos que desencadearam ações da PMJ no bairro, obtive as seguintes informações: para 25 famílias (41.7%) entre as 60 que entrevistei, as ações e obras tiveram início pelo interesse da Prefeitura em melhorar a situação dos moradores do mangue e este interesse teria sido motivado pelas dificuldades que as famílias enfrentavam morando naquelas situações, podendo ser verificado nos seguintes depoimentos:

"...A Prefeitura viu a situação do povo sofrendo nos mangues, ficou com pena desses coitado e faz uns quatro ano que começou a urbanizar..."(A.S., 43 anos).

"... Porque o número de pessoas que já tinha aqui, foi divulgado pela imprensa que mostrou a realidade daqui, as pessoas que moravam aqui trabalham nas firmas [as indústrias localizadas nas proximidades do mangue] e não tinham como sair de casa com a maré alta ...isso levou a Prefeitura a fazer alguma coisa ..." (M.P.C., 38 anos).

"... Porque viram a pobreza sofrida ... sem rua, sem nada e a Prefeitura foi fazendo, né?" (P.L.M., 47 anos).

"... Porque as pessoa aqui vivia jogadas ... sem atenção e a Prefeitura começou a fazer as valas [de esgoto] a trabalhá aqui ..." (L.F., 34 anos).

Já, para outras oito famílias (13.33%), o motivo que levou a Prefeitura a realizar este trabalho nas áreas de mangue está relacionada a interesses políticos como resposta de promessas feitas em campanha eleitoral.

Os depoimentos que seguem demonstram esta questão:

"... Se interessaram [a Prefeitura] pelos moradores do mangue por política ... eles fazem isso para mostrar, para ganhar mais votos, não fazem isso voluntário ... eles sabem que os pobres precisam ... mas eles fazem para mostrar ..." (G.R., 56 anos).

"... Acho que tudo é política, os grande nunca fazem nada pròs pequeno sem interesse por nós, ... eles têm a filmagem de como isso era [o mangue] no passado e como é hoje, se eles fazem pelo bem da gente acho justo votar neles ... ninguém faz nada de graça ..." (S.R.S., 28 anos)

"... Quando chega o tempo da turma se candidatar ... eles vem ajudar prá ganhar os votos dos moradores do mangue ... eles só aparecem nesta hora ..." (S.F., 39 anos).

Mas outro motivo também foi apontado por sete famílias (11.66%), como o causador do interesse da Prefeitura em realizar obras naquela área, e esse motivo foi a preocupação do órgão público em evitar que as ocupações prosseguissem, destruindo ainda mais os manguezais, tal argumentação fica evidente nos depoimentos abaixo:

"... Porque o pessoal começou a invadir cada vez mais ... e eles abriram o canal para impedir as outras invasões ..." (M.R., 33 anos)

"... Porque a turma começou a invadir, senão iam invadir toda a área do mangue ... aí 'colocaram a lei' e embargaram quem continua construindo ..." (F.F., 46 anos).

"... Agora a Prefeitura está cuidando prá proteger os mangues e não deixar o resto do pessoal invadir tudo ..." (W.A.N., 32 anos).

Como foi demonstrado, os moradores possuem interpretações variadas acerca dos motivos que levaram o órgão

público a se interessar por sua situação; porém o total de 20 famílias (33.33%), afirmou não saber o porque de tais ações, nem os motivos do órgão público em realizar estes trabalhos muito menos quando os mesmos iniciaram. Isto demonstra que, muitas famílias residem neste local sem conhecimento da "ingerência" pública no mesmo, ao contrário do discurso oficial que proclama controlar toda a área e conhecer todos os residentes.

Meu interesse, ao questionar sobre tais aspectos, recaiu em entender o início deste projeto, a partir da visão dos moradores.

Como demonstrei no início deste capítulo, a Prefeitura assume como um ato de "coragem" e interesse seu o início das obras de urbanização nos mangues, principalmente na Vila Paranaense, praticamente não levando em conta a pressão e as reivindicações dos moradores.

Diante disto, interessava-me saber se os moradores da Vila Paranaense procuraram o órgão público reivindicando melhorias relacionadas às suas condições de vida, antes de sua ação no bairro.

Neste sentido, constatei que entre as 60 famílias entrevistadas, 22 famílias (36.7%) procuraram o órgão público, porém, esta procura não resultou em maiores repercussões, devido principalmente a frágil organização dos moradores naquele período. A maioria das famílias (63.3%) em nenhum momento procurou ou reivindicou ações ao órgão público.

Em entrevista realizada com a assistente social do Projeto, quando questionada sobre o início do Projeto na Vila

Paranaense, esta forneceu-me a seguinte informação:

"... em 1988, no início de janeiro, alguns moradores da Vila Paranaense nos procuraram, colocando que eles tinham reivindicado para aquela área a continuidade do trabalho da draga, abrindo o canal e aterrando os lotes, pois lá residiam muitas famílias..."

Diante disto, questionei se a entrada do Projeto na Vila Paranaense não se deveu principalmente as reivindicações feitas pelos moradores, sendo que obtive a seguinte resposta:

"... também, mas por um projeto político da Prefeitura, já que esta área era uma das mais carentes..."

Verifica-se assim, que a Vila Paranaense possui algumas especificidades que merecem destaque. Ao contrário do bairro Fátima e Boa Vista, que se destacaram por ações organizadas, reivindicando e exigindo uma atuação efetiva da Prefeitura diante de suas condições de vida nos mangues, a Vila Paranaense, no bairro Espinheiros, foi "escolhida" na segunda fase do Projeto e "privilegiada" na continuidade das obras iniciadas em outros bairros.

Depois das experiências "negativas" nos bairros Fátima e Boa Vista, a atual coordenação do Projeto "escolhe" o bairro Espinheiros como local privilegiado da implantação e desenvolvimento do processo de urbanização, agora sob a "nova filosofia" já demonstrada anteriormente.

Essa ação da Prefeitura, independente da mobilização dos moradores, explica a quase inexistência de ações organizadas por parte dos moradores. Os moradores não precisavam ir mais até a

Prefeitura, *"ela vem até eles"*. Outra característica desta Vila diz respeito ao relacionamento desenvolvido entre as "lideranças" do local e o órgão público. Ao contrário de outros bairros, como Fátima e Boa Vista, onde o relacionamento era tenso e conflituoso, na Vila Paranaense o relacionamento entre "lideranças" e técnicos da Prefeitura sempre se deu de forma harmoniosa e sem grandes dificuldades, o que sem dúvida facilitava a ação da mesma.

Todas estas questões conferem a Vila Paranaense uma situação diferenciada perante os outros bairros, tornando-a "preferida" pela coordenação do Projeto, sendo priorizada em alocação de recursos (verbas) e obras.

Outra questão que me interessava era saber se a população residente na Vila Paranaense conhecia de fato o Projeto, já que realizando tantas ações no bairro há quase cinco anos, tal trabalho deveria estar integrado ou ser familiar à esses moradores.

Portanto, indaguei às famílias entrevistadas se elas conheciam o Projeto e constatei que 68.3% das famílias sabiam do que se tratava. Na maioria das vezes esse conhecimento é superficial, referindo-se geralmente as obras que continuamente são executadas no bairro - porém desconhecem seus objetivos e suas metas. Já outras 19 famílias (31.7%) manifestaram total desconhecimento, mesmo percebendo a realização das obras desconhecem o Projeto de Urbanização, não sabem o porque dele nem as normatizações que ele cria na área. Ao indagar qual a opinião dos moradores acerca do Projeto, na tentativa de compreender o

que estes moradores acham do trabalho desenvolvido e as modificações que estes percebem ocorrer na sua realidade cotidiana, constatei que a grande maioria das famílias, 44 delas (73.3%), ressaltaram sua importância, tendo em vista os benefícios decorrentes da urbanização proporcionados às suas condições de vida.

"... Prá gente é uma coisa importante ... já pensou se eles não se interessam de olhar por nós? Em vista do que era está melhor ... esse prefeito fez muito por este lugar ..." (S.V., 31 anos).

"... Acho o trabalho bom ... do jeito que era e como está ... tá cem por cento melhor ... não tem mais lama, temos água e luz ... até caminhão de lixo ..." (D.S., 28 anos).

"... Se não fosse eles nós estava no mangue o resto da vida ... ajudou muito nossa situação ..." (R.F.M., 35 anos).

"... Eles [a Prefeitura] querem urbanizar o mangue ... deixando tudo em ordem ... claro que é bom ... as pessoa se sente bem ..." (P.L., 49 anos).

Foi-me possível perceber que o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Urbanização na Vila Paranaense é valorizado e reconhecido pelos moradores, principalmente pelas melhorias que proporcionou às suas condições de vida. Outro fato ressaltado, foi o de que o Projeto proporcionou a inúmeras famílias a possibilidade de acesso à casa própria, livrando-os dos gastos com aluguel, bem como possibilitou a aquisição de um imóvel, sem os inúmeros gastos com imobiliárias.

Os depoimentos abaixo ilustram esta situação e a percepção que os moradores tem dela:

"... Acho bom ... ele [o Projeto] ajuda as pessoa que necessita. A gente não teria condição de comprar um lote aqui em Joinville ... e ia pagar aluguel a vida inteira ..." (M.D.S., 38 anos).

"... E bom, né. Se não fosse esse mangue, jamais a gente iria conseguir comprar um lote na imobiliária ... Quanto mais ela [a PMJ] arruma, melhor prá gente que mora aqui ..." (A.P., 44 anos).

Ainda nesta questão - dos benefícios proporcionados pelo Projeto às famílias residentes no mangue - outro depoimento ressalta de forma positiva os mecanismos de controle exercidos pelo órgão público no intuito de "evitar" as vendas e trocas de lote nestas áreas:

"... Acho bom ... a maioria daqui estava desamparado, agora todos tão colocados ... Quem obedecer a 'lei do projeto' está localizado ... não deve trocar ou vender, deve ficar no lote ... Aqui não deve fazer rôlo [negócios] ..." (S.W., 39 anos).

A menção à "**lei do projeto**", é feita de forma positiva, pois é necessário que se adequem a tal "lei" para garantir a permanência no local, ressaltando evitar os "negócios", "**os rôlo**", obedecendo as regras que o projeto impõem à sua realidade cotidiana.

Porém, nem todas as famílias compartilham essa visão positiva acerca do trabalho desenvolvido pela Prefeitura. Seis famílias (10%) entrevistadas, teciam críticas com respeito principalmente: à falta de saneamento básico, pois isto os obriga conviver com valas à céu aberto; à descontinuidade das obras; à morosidade e as "promessas" realizadas em reuniões entre os

moradores e representantes da Prefeitura que não são cumpridas; o privilegiamento de certas áreas e abandono de outras; o controle das vendas e trocas de lotes (6).

Alguns depoimentos demonstram a dimensão das críticas dirigidas a atuação da Prefeitura e do Projeto:

"... O trabalho é mais ou menos ... não terminam esses esgotos nunca ... não acho isso muito bom prá gente ..." (P.J.R., 34 anos).

"... Eles começam mas não acaba ... fazem um pouco e param ... não dão um final ... assim as coisa nunca termina ..." (J.O.S., 33 anos).

"... O trabalho é bom ... mas aqui estão deixando de lado, lá embaixo está uma maravilha ... aqui precisa acabar ..." (R. M., 65 anos).

"... Já que eles promete, gostaria que eles cumprisse ... eles colocam leis para não vender ... trocar. Não acho isso certo .. porque quando as pessoa querem ir embora não pode, né? Quando eu não me adapto, não gosto do lugar ... porque tenho que ficar aqui? Prá pagar os dez por cento? Não é todo mundo que consegue pegar emprego, né?" (O.H., 54 anos).

(6) Ainda se referindo as críticas que o Projeto recebe por parte dos moradores, um ano após a realização da pesquisa de campo, em maio de 1993, consultando jornais de Joinville, encontrei reportagens que tratavam de uma polêmica surgida em virtude de uma derrubada de casa realizada em área de mangue com ordem do coordenador do Projeto, porém sem nenhum mandado judicial. Além desta casa, mais 18 haviam sido derrubadas desde o início de 1993. A família prejudicada mostrava-se indignada principalmente pelo fato de nas últimas eleições terem trabalhado e votado no coordenador deste Projeto, atualmente Secretário de Habitação e Saneamento do Município (A Notícia, 15/05/93). Na semana seguinte, outra reportagem também tratava de problemas neste Projeto. Dizia a reportagem: "O prefeito Wittich Freitag decidiu fazer uma investigação sobre as denúncias de irregularidade na distribuição de lotes de mangue e está esperando esclarecimentos por parte do Secretário da Habitação Marco Tebaldi. (...) Este Secretário, é acusado por vários ocupantes do mangue de dar lotes para funcionários de sua secretaria, (...) outra denúncia é a derrubada de casas sem ordem judicial" (A Notícia, 22/05/93). Nesta mesma reportagem, o presidente de uma associação de moradores existente em um dos bairros atingidos por este Projeto, sugeria a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis desvios do projeto de urbanização de áreas de mangue. Ele criticava também a falta de critérios mais transparentes na distribuição de lotes e o abandono de algumas áreas do projeto, onde dezenas de famílias sofrem com a falta de saneamento básico e energia elétrica.

Portanto, apesar das tentativas da Prefeitura em evitar

que negócios sejam realizados com os lotes criados nos manguezais, as exigências impostas aos moradores esbarram em questões pessoais, familiares, que colocam em discussão o já ressaltado "valor de uso" e "valor de troca" atribuído ao imóvel disponível. A dimensão da vida privada destas famílias nem sempre se adapta às "leis" criadas pelo Projeto de Urbanização, que proíbe a comercialização do lote e estipula um valor a ser pago pelos moradores, mesmo que em condições facilitadas.

A esse respeito, interessava-me também conhecer, como os moradores sentiam-se em relação à posse destes lotes. Eles são ou não donos dos mesmos? Quando indagados acerca disto, o que transparecia em muitos depoimentos era uma situação de incerteza. Trinta das famílias entrevistadas, ou seja, 50% delas, manifestaram não ter segurança quanto a situação de posse dos terrenos que ocupam, mesmo que todos tenham recebido da Prefeitura o "Termo de Indicação de Lote", que ao indicá-lo não garante totalmente a posse sobre o mesmo. Alguns depoimentos demonstram esta situação:

"...Não sou dono enquanto não tiver a escritura e também não sômo dono porque não podemos fazer o que queremos com o lote (J.R., 45 anos).

"... No contrato que têmô aí, nós não sômo dono do lote, se quiser vendê, só pode vendê o que tem de benfeitoria em cima do lote (S.L., 44 anos).

"... Eles [os técnicos da PMJ] falaram que mais tarde a gente vai ter a escritura, vai ter que pagar e daí seremos donos. Mas não sei, não sei se um dia eles não nos manda embora..." (I.L.M., 28 anos).

Já os moradores que manifestaram maior certeza quanto à posse do terreno, ainda o fazem com alguma cautela.

"... Nós devemos ser dono, pois já temos documento em nosso nome..." (C.M.S., 29 anos).

"... Acho que sou dono, porque não vieram tirar a gente daqui..." (M.L.C., 27 anos).

"... Pra mim sou dono... prá Prefeitura não sei..." (J.C.C., 26 anos).

Outra questão relacionada a posse destes lotes, diz respeito a cobrança que a Prefeitura pretende fazer dos mesmos. Quanto a essa cobrança e o valor a ser estipulado, o coordenador do Projeto de Urbanização forneceu-me a seguinte informação:

"... eles [os moradores] terão que pagar, uma quantia pequena mas vão pagar. Eu acho que a gente não pode dar nada de graça, isso foi muito discutido. Hoje tá sacramentado. Terão que pagar 10% do salário mínimo por mês, durante 60 meses.

A obrigatoriedade deste pagamento repercurte de forma variada entre os moradores. Algumas famílias, 8 delas (13.3%), quando questionadas se o lote deveria ser pago, responderam que não, que este pagamento não é justo e não deve acontecer; outras 8 famílias, manifestaram não saber sobre esta cobrança, deixando claro sua falta de informação acerca desta questão. Mas, o maior número de famílias entrevistadas, 44 delas (73.3%), tinham conhecimento desta cobrança, porém as opiniões se dividiam, a favor ou contra à mesma. Os depoimentos abaixo demonstram esta situação:

"Pra mim, pra coisa sê da gente, a gente precisa compra e pagá, pra se um dia a gente quisê vendê, a gente pode. Hoje em dia, tudo tem que ser falado com a Prefeitura ... (I.L.M., 29 anos).

"É importante pagá. Pagando, quando acabá, vai ser nosso mesmo. Ninguém nos tira daqui... (V.L., 28 anos).

"Eles [a Prefeitura] estão no direito deles de cobrar, por tudo que fizeram aqui... (M.J.S., 45 anos).

"Não acho certo, porque isso era da Marinha, parece que vão cobrar 10% do salário, pelo trabalho que fizeram aqui... (J.R., 45 anos).

"O barro foi eu que botei, os tubo também, comprei o direito do lote... acho que não tem nada pra cobrá de mim... (J.C.C., 26 anos).

Esta questão do pagamento é bastante polêmica entre os moradores. Enquanto alguns acreditam que o pagamento representará maior garantia de posse sobre o terreno, através da escritura que obterão no futuro, outros questionam o direito e a legalidade da Prefeitura efetuar tal cobrança. Outros mais, se preocupam com o valor estipulado e sua possibilidade concreta de efetuar o pagamento, pelo fato de estarem desempregados, não terem emprego fixo (fazem "bicos") ou mesmo pela possibilidade de serem demitidos.

Porém, no período em que realizei a pesquisa de campo, este pagamento ainda não havia sido iniciado, estando somente em fase de planejamento e discussão entre os moradores. Mas era certo que seria efetivado. Sem dúvida, isto representa uma

questão delicada para o Projeto, passível de muita discussão e polêmica.

Nestes 3 anos de atuação do Projeto na Vila Paranaense (contados até o término da pesquisa de campo), a provável cobrança dos lotes não tem sido o único "ponto de tensão" entre o órgão público e os moradores, outras questões tentei levantar no decorrer deste capítulo, esclarecendo que a análise aqui realizada evidencia aspectos da realidade naquele período. Procurei demonstrar faces do trabalho da Prefeitura, que indicam melhorias nas condições de vida dos moradores, bem como, as implicações destas ações no cotidiano dos mesmos.

Verifica-se também, através da ingerência do poder público no local, práticas de controle e disciplina do espaço, aliadas às transformações positivas das condições de vida destes moradores.

Desta forma, a transformação do mangue em cidade, desencadeia uma dinâmica responsável por atribuir novos significados ao "morar no mangue". Abordarei novamente estas questões, nas considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente era só verde, um manguezal exuberantemente verde, estendendo-se até onde a vista alcança. Para além dele, o mar, formando juntos uma intrincada cadeia de reprodução marinha. Porém, esta harmoniosa relação não duraria para sempre.

Funda-se a cidade, chegam seus moradores e com eles o desenvolvimento, o "progresso". Joinville, como tantas cidades no país, vive um vertiginoso processo de industrialização e crescimento urbano, imprimindo marcas na cidade e em seus moradores. Os desdobramentos deste processo, tentei caracterizar ao longo deste trabalho, ao resgatar sua industrialização, seu rápido crescimento populacional e as consequências deste na urbanização da cidade.

A medida que a cidade crescia, mais espaço ocupava, novas ruas e casas eram construídas, mais indústrias se estabeleciam, mão-de-obra era necessária e cada vez mais pessoas chegavam à próspera "Cidade dos Príncipes". E a cidade crescia, se espraiando por caminhos, se aproximando dos manguezais.

Considerado como "terra de ninguém", os manguezais começam a ser destruídos, sua vegetação é cortada ou queimada, e seu terreno lodoso aterrado. Localizados nos arredores da

cidade representam possibilidade de lucro e expansão para indústrias que necessitavam expandir seu parque fabril e para imobiliárias, que criaram loteamentos em sua extensão.

Com a propagada oferta de emprego, Joinville começa a conviver com um intenso processo migratório de pessoas na busca de um futuro melhor. Durante algum tempo, as famílias que chegavam a cidade e recebiam melhores salários, alugavam ou adquiriam moradias em loteamentos populares, garantindo assim seu estabelecimento na nova cidade. Com a continuidade desta migração, engendra-se um déficit habitacional, elevando os custos do aluguel e impossibilitando a aquisição de um lote em áreas urbanizadas. Estas questões, aliadas ao rebaixamento dos salários, acabam por tornar os manguezais alvo de ocupação por parte de inúmeros trabalhadores que diariamente chegam em Joinville, na esperança de uma vida melhor. Formam-se assim sobre os manguezais, núcleos habitacionais de trabalhadores, empregados nas indústrias locais e residindo em situações extremamente adversas à moradia.

Esse processo de crescimento urbano, caracterizado pela expansão da periferia e aliado a um processo de espacialização da pobreza, identifico como resultado de um **padrão periférico de urbanização**, que pode ser definido pela: segregação social das camadas de baixa renda, a autoconstrução de suas moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo. Desta forma, constatei a operacionalidade de conceitos como este, que me permitiram realizar uma leitura da realidade joinvillense fundamentada em reflexões e análises já consolidadas.

Entre as questões levantadas no decorrer deste trabalho e que tentaram entre outras coisas, entender o que motivou inúmeras famílias à morarem nos manguezais, uma questão que também muito me inquietava, dizia respeito principalmente as condições de vida destas pessoas. Pois, reconhecendo a impropriedade dos mangues como local de moradia, questionava a qualidade de vida destas pessoas, responsáveis diretos pela engrenagem que alimenta e contribui com a riqueza da cidade e de alguns de seus moradores.

Portanto, o trabalho de campo permitiu constatar junto com estas famílias suas condições de vida, verificadas no seu cotidiano e reconhecidas em seus depoimentos. Desta forma, partindo da percepção dos moradores busquei reconstruir suas interpretações sobre suas condições de vida e saúde, sobre o morar no mangue, sobre sua vida em família, sua situação de trabalho e rendimentos, entre outras coisas. Pude perceber então, que apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas quando foram residir nos mangues, esta era a única alternativa possível para os mesmos, ainda que convivessem diariamente com a insegurança de morarem numa área irregular e imprópria à moradia.

Mas, tratar dos manguezais ocupados de Joinville me remete necessariamente ao Projeto de Urbanização desenvolvido pela Prefeitura nestas áreas, até porque, conheci esta realidade através da minha atuação neste mesmo Projeto. Portanto, como já destaquei no decorrer deste trabalho, refletir sobre a realidade vivenciada pelos moradores de mangue necessariamente passa pela reflexão acerca deste Projeto, que tantas implicações

proporcionou à vida destas pessoas.

Como ressaltai no capítulo anterior, inúmeras são as repercussões do trabalho de urbanização no cotidiano destas famílias. Inicialmente merecem destaque as transformações e melhorias proporcionadas às condições de vida desta população, que de uma realidade insalubre, sem água, esgoto, luz ou mesmo ruas, passam a contar com estes equipamentos melhorando significativamente suas condições de vida. O "morar no mangue" já não implica tantas dificuldades como as enfrentadas no início.

Por outro lado, vale destacar as mais diversas consequências deste trabalho desenvolvido pela Prefeitura. Inicialmente, ressalto os interesses políticos que sempre acompanham trabalhos desta natureza. Após ser reconhecido como o programa social mais importante da Prefeitura, especialmente pelo grande número de famílias que atinge, pode-se destacar as práticas clientelistas facilmente desencadeadas através deste tipo de atuação. Sem dúvida, no decorrer deste trabalho o órgão público tinha (e têm) clareza do ganho político conseguido junto à esta população. Um exemplo deste interesse, fica claro no momento em que o coordenador deste Projeto se candidata a vereador nas últimas eleições municipais, ocorridas em outubro de 1992, com uma plataforma abertamente voltada aos moradores das áreas de mangue. Seu interesse principal recaía sobre as famílias residentes na Vila Paranaense, com quem mantinha boas relações em função dos aspectos já ressaltados. Portanto, a grande ingerência da Prefeitura nestas áreas, prestando serviços e auxiliando estas famílias, favorece o coordenador do Projeto, possibilitando sua

eleição como o terceiro vereador mais votado de Joinville. Isto também demonstra, entre outras coisas, que o fato do órgão público prestar assistência à esta população favorece práticas clientelísticas apesar das opiniões nem sempre positivas da população em relação ao trabalho de urbanização desenvolvido, mostrando que a análise da população nem sempre é tão positiva e "agradecida" quanto esperaria o órgão público.

Outra questão que merece destaque, diz respeito as implicações que este trabalho de urbanização pode trazer no futuro. Ao ficar claro que, entre as preocupações da Prefeitura encontra-se o interesse em "integrar" as áreas de mangue urbanizadas ao resto da cidade, tornando-as também uma área nobre, pode-se projetar num futuro próximo a decorrente valorização que estas áreas sofrerão, desencadeando assim - como em outras cidades brasileiras que passaram pelo mesmo processo de urbanização - um processo de expulsão destes moradores para outras áreas periféricas, mais longes e menos valorizadas, onde conseguirão arcar com as despesas de manutenção de uma moradia, iniciando assim outro processo de urbanização e periferização na cidade. Um exemplo disto verifica-se no depoimento de uma moradora da Vila Paranaense, que após o recebimento do título definitivo de posse ocorrido em 1993, mostrava-se muito preocupada com a necessidade de pagar o lote sem ter condições de fazê-lo. Mas, apesar das melhorias que este Projeto imprimiu no local, e conseqüentemente na qualidade de vida destas pessoas, as áreas de mangue urbanizadas encontram-se em processo total de ocupação, não restando mais muitos lotes para

serem ocupados, após a devida indicação do órgão público. Porém, nada indica que o processo migratório em direção à Joinville tenha se modificado. Pode ter diminuído, mas ainda é bastante significativo. Onde irão residir estas famílias, se o outro objetivo deste Projeto é preservar o manguezal remanescente ? Quais as outras alternativas que serão desenvolvidas pelo órgão público, tendo em vista o esgotamento e os limites desta forma de intervenção ? Arriscar respostas significa fazer projeções para o futuro que só o tempo poderá mostrar.

Finalmente, os aspectos que também mereceram minha atenção são aqueles relacionados aos mecanismos de controle, vigilância e disciplina desencadeados nos manguezais, organizando, enquadrando e demarcando um espaço coletivo, através de ações respaldadas no discurso da urbanização e do desenvolvimento. O que representa o Projeto de Urbanização e Preservação dos manguezais ? Além das melhorias proporcionadas as famílias residentes, representa a possibilidade sutil do órgão público estar presente continuamente no cotidiano destes moradores, criando leis que regem a vivência no local, tentando interferir em suas escolhas.

Porém, apesar da ingerência reconhecida do órgão público no local, os moradores desenvolvem práticas de resistência que contrariam as normatizações criadas pelo mesmo, baseadas em concepções pessoais e individuais que representam formas variadas de valorizar o lote que ocupam e as benfeitorias construídas sobre ele.

Portanto, ao término deste trabalho, destaco como

contribuição efetiva do estudo realizado as análises que me permitiram verificar: o processo de migração que sofre Joinville e as implicações do mesmo no crescimento da cidade; a repercussão da ocupação dos manguezais e a percepção de seus moradores quanto sua realidade e os trabalhos lá desenvolvidos pela Prefeitura, bem como as práticas desencadeadas pelo poder público no sentido de controle e esquadramento deste espaço urbano. Estas questões resultaram de uma leitura própria, realizada em decorrência dos elementos que fui juntando, a partir do trabalho de campo, das referências bibliográficas que sustentam este trabalho e das análises que daí pude realizar.

Assim, ao longo deste trabalho, tive como objetivo resgatar o intrincado processo através do qual, o mangue "virou cidade".

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique et alli. **Política social e combate à pobreza.** 2ª Edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1987.
- ABREU, M. & BRONSTEIN, O. **Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição da população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro.** Convênio IDCR/CNPU, IBAM, novembro, 1978 (xerox).
- ADORNO, Sérgio. **A gestão filantrópica da pobreza urbana.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 8-17, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- AGUIAR, Kátia & BRASIL, Vera V. **Histórias de andanças de técnicos em favela: da "Alegria" ao "Sossego" e vice-versa.** In: KAMKHAGI, Vida R. & SAIDON, Osvaldo (orgs.). Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem. Editora Espaço e Tempo, Rio de Janeiro/RJ. 1987.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate.** In: Tempo Social - Revista de Sociologia, 1(2): 105-119, São Paulo/SP. 2º semestre de 1989.
- BLANK, Gilda. **Brás de Pina: Experiência de Urbanização de Favela.** In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Habitação em Questão. 2ª ed. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- BATISTUZZO, Adriana R. de C. & PACHECO, Regina S. V. M. **O processo de valorização dos terrenos em uma área de intervenção pública concentrada: Vila do Encontro.** In: Espaço e debates - Revista de estudos regionais e urbanos no 2, ano 1, São Paulo/SP. Maio de 1981.
- BONDUKI, Nabil. **Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra.** In: KOWARICK, Lúcio (org.). As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- _____ & ROLNICK, R. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho.** In: MARICATO, H. (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** Editora Brasiliense, São Paulo/SP. 1984.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS F_o, Candido Malta. **Bases para análise de políticas urbanas: os interesses sociais em jogo.** In: Revista Análise e Conjuntura, 1(2): 53-72, Belo Horizonte/MG. Mai./ago. de 1986.
- CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ. 1986.
- CARVALHO, Sonia Nahas. **Um questionamento da bibliografia brasileira sobre políticas urbanas.** In: BIB - Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais no 21, pp. 3-24, Editora Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro/RJ. 1^o semestre de 1986.
- CASTELLS, Alicia N. G. & PAULILO, Ma Ignez S. **Programa de alimentação popular: a visão dos usuários.** Florianópolis/SC, mimeo. s/d.
- CASTRO, Ma Helena G. **Governo local, processo político e equipamentos sociais.** In: BIB no 25, pp. 56-82, Editora Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro/RJ. 1988.
- CEBRAE/SEPLAN. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - Diagnóstico Municipal de Joinville.** Florianópolis, IOESC, 1990.
- COELHO, Magda P. & VALLADARES, Lícia do Prado. **Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica.** In: BIB no 14, pp. 206-42, Editora Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro/RJ. s/d.
- COMEGNO, Maria Cecília. **Pobreza e precariedade.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 29-31, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- CORREA, Roberto L. **O espaço urbano.** Editora Atica, São Paulo/SP. 1989.
- _____. **A rede urbana.** Editora Atica, São Paulo/SP. 1989.

COSTA, Nilson do R. **Lutas urbanas e controle sanitário: origem das políticas de saúde no Brasil.** 2ª ed. Editora Vozes/ABRASCO, Petrópolis/RJ. 1986.

_____ et alli. **Demandas populares, políticas públicas e saúde.** Vol. II, Editora Vozes/ABRASCO, Petrópolis/RJ.1986.

_____ & DUARTE, Cristina Ma Rabelais. **Notas para avaliação de políticas sociais: a tendência da mortalidade infantil nas últimas décadas.** In: DADOS - Revista de Ciências Sociais vol. 32, nº 2., pp. 241 a 255, Editora Campus, Rio de Janeiro/RJ.1989.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Editora Brasiliense, São Paulo/SP. 1988.

DRAIBE, Sônia Maria. **As políticas de combate à pobreza na América Latina.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 18-24, São Paulo. Abril/junho de 1990.

DUPUY, Gabriel. **Estado de la investigacion en las ciencias sociales sobre las redes fisicas urbanas.** In: Ciudad y territorio nº 72-73, Madrid/España. Abril-septiembre de 1987.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

_____. **A família operária: consciência e ideologia.** In: DADOS - Revista de Ciências Sociais, vol. 23, nº 2, pp. 201-13, Editora Campus, Rio de Janeiro/RJ. 1980.

_____. **A sociedade vista da periferia.** In: KOWARICK, Lúcio (org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FARAH, Marta Ferreira S. **Estratégia diante da crise: mudanças no processo de trabalho na construção habitacional no Brasil.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, Caxambu/MG. 1992.

FARIA, Vilmar. **Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos.** In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Ma Herminia T. de (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. Editora Brasiliense, São Paulo/SP. 1983.

FERNANDES, Marlene & CORREIA, L. G. do Couto. **Aspectos legais da urbanização de favelas.** In: Revista de Administração Pública 31(170): 16-21, Rio de Janeiro/RJ. Jan./mar. de 1984.

- FERNANDES, A. & ANJOS, R. dos. **Do trabalho comunitário em Nova Holanda: nossos lugares e nossas vozes.** In: KAMKHAGI, V. V. & SAIDON, O. (orgs.). Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem. Editora Espaço e Tempo, Rio de Janeiro/RJ. 1987.
- FERRAZ, J. C. Figueiredo. **Solo criado ... por que?** In: Revista de Administração Municipal no 149, ano XXV, Rio de Janeiro/RJ. Out./dez. de 1978.
- FICKER, Carlos. **A História de Joinville.** Editora Ipiranga Ltda, Joinville, 1965.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 6ª ed. Editora Vozes, Petrópolis/RJ. 1988.
- _____. **Microfísica do poder.** 8ª ed. Editora Graal, Rio de Janeiro/RJ. 1979.
- _____. **A História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 7ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- GEIDGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1963.
- GERSCHMAN, Silvia. **Sobre a formulação de políticas sociais.** In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (org.). Reforma sanitária: em busca de uma teoria. Cortez Editora/ABRASCO, São Paulo/SP. 1989.
- GRAZIA, Grazia de (org.). **Plano diretor - instrumento de reforma urbana.** Editora FASE, Rio de Janeiro/RJ. 1990.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Editora Vozes, Petrópolis/RJ. 1975.
- GOUVEA, L. A. **A capital do controle e da segregação social.** In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Editora da UNE, Brasília, 1991.
- HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana.** Barcelona, Ediciones Península, 1977.
- _____. **O cotidiano e a história.** 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. **?Puede estar en peligro la vida cotidiana?** In: Historia y Futuro: ¿sobrevivirá la modernidad? Editorial Península, Barcelona/España. Marzo de 1991.

HEYE, Ana Margarete. A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como ter *anthropological blues* sem sair de casa. In: VELHO, Gilberto (org.). O desafio da cidade. Editora Campus. Rio de Janeiro/RJ, 1980.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato R. (org.). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Revista Debates Urbanos nº 5, Editora Zahar, Rio de Janeiro/RJ. 1983.

_____. Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo 1974/48. Editora Cortez, São Paulo/SP, 1989.

_____. Meio ambiente urbano e qualidade de vida: aspectos teóricos-metodológicos. Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS. Caxambu/MG. 1992.

KOWARICK, Lúcio. Investigação urbana e sociedade: comentários sobre Nuestra América. Mimeo. 1992.

_____. Cidade e cidadania: pistas de investigação para a análise de metrópoles do subdesenvolvimento industrializado. Mimeo. 1991.

_____. A espoliação urbana. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. (org.). Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na região metropolitana de São Paulo. Mimeo, São Paulo, CEDEC/DIEESE, 2 vols, 1986.

_____. (org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. & ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. & CAMPANARIO, Milton A. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, Lúcio (org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo D. (org.). Medicina social: aspectos históricos e teóricos. Editora Global, São Paulo/SP, pp. 135-58. 1983.

- LEITE LOPES, José S. **Anotações em torno do tema "condições de vida" na literatura sobre a Classe Operária.** In: SILVA, L. A. M. (org.). Condições de vida das camadas populares. Revista Debates Urbanos no 6, Editora Zahar, Rio de Janeiro/RJ. 1984.
- LUZ, Madel Terezinha. **O lar e a maternidade: instituições políticas.** In: LUZ, Madel T. (org.). O lugar da mulher, Editora Graal, Rio de Janeiro/RJ. 1982.
- LUCKAS, George. **Los problemas del reflexo en la vida cotidiana.** In: La peculiaridad de o estetico. Vol. 1, Editora Grijalbo, México. s/d.
- LEITE, Alvaro L. Pantoja. **Urbanização e conflitos urbanos: o caso de Recife.** In: Cadernos do CEAS no 49, Salvador/BA. Maio/junho de 1977.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Editora Moraes, São Paulo/SP. 1991.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Editora Atica, São Paulo/SP. 1991.
- MACEDO, Carmem Cinira. **A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário.** Editora Vértice, São Paulo/SP. 1985.
- MARICATO, Herminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- MARTINS, Rosana B. **A problemática habitacional de Joinville e a ocupação dos mangues.** Florianópolis, UFSC, 1988. (Monografia de Especialização, apresentada ao Mestrado em Geografia/UFSC.)
- MARX, Karl. **O Capital.** 2ª ed., São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Capitalismo, migrações e sobrevivência.** In: Revista Temas Rurais - Migrações e Relações de trabalho vol. 2, no 5, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, Recife/PE. Set./dez. de 1989.
- MELLO, Marcus André B. C. de. **Interesses, atores e ação estratégica na formação de políticas sociais: a não-política da casa popular (1946/1947).** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais no 15, ano 6, Editora Vértice, São Paulo/SP. Fevereiro de 1991.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas.** Editora Papirus, Campinas/SP. 1990.
- MOISES, José A. **O Estado, as contradições urbanas e o movimentos sociais.** In: MOISES, José A. (org.). Cidade, Povo e Poder., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- MOURA, Demócrito. **Saúde não se dá: conquista-se.** Editora HUCITEC, São Paulo/SP. 1989.
- MULLER, Iolanda F. **Ecologia e Administração de Empresas: um estudo de caso na Fundação Educacional de Joinville (FURJ/SC).** Florianópolis, Agosto de 1988. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC.)
- NETTO, José Paulo & FALCAO, Ma do C. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** Editora Cortez, São Paulo/SP. 1987.
- NUNES, Edison. **Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos.** In: Lua Nova - Revista de Cultura e Política nº17, CEDEC/Editora Marco Zero, São Paulo/SP. Junho de 1989.
- _____. **Democratization en ciudades de porte médio en América Latina.** CEDEC, São Paulo/SP, mimeo. 1990.
- _____. (org.). **A aventura sociológica.** Editora Zahar, Rio de Janeiro/RJ. 1978.
- OLIVEIRA, C. A. Barbosa de & HENRIQUE, Wilnes. **Determinantes da pobreza no Brasil - um roteiro de estudo.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 25-28, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- PAOLI, Ma Célia. **As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero.** Trabalho apresentado no XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, Caxambu/MG. 1990.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1970.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Programa integrado de baixa renda: área dos mangues ocupados de Joinville.** 1989, 56 p.
- POSSAS, Cristina. **Epidemiologia e Sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil.** Editora HUCITEC, São Paulo, 1989.
- REZENDE, Ana L. M. de. **Saúde: dialética do pensar e do fazer.** Editora Cortez, São Paulo/SP. 1986.
- RIBEIRO, L. C. de Queiroz & CARDOSO, A. L. **Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, Caxambu/MG. 1990.

- _____ & LAGO, Luciana Corrêa do. **Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão.** In: LEAL, Maria do Carmo et alli (orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: uma análise interdisciplinar. Vol I, Editora HUCITEC-ABRASCO, São Paulo-Rio de Janeiro, 1992.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 - 1980.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como projetar de baixo para cima - uma experiência em favela.** In: Revista de Administração Municipal nº 156, ano XXVII, Rio de Janeiro/RJ. Julho/setembro de 1980.
- _____. **Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros.** In: VALLADARES, Lícia do P. (org.). Habituação em Questão. 2ª ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, São Paulo: Projeto ed., 1988. p. 49-55.
- _____ & BRONSTEIN, Olga. **Metaurbanização - o caso do Rio de Janeiro.** In: Revista de Administração Municipal nº 149, ano XXV, Rio de Janeiro/RJ. Outubro/dezembro de 1978.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça - a política social na ordem brasileira.** 2ª Edição, Editora Campus, Rio de Janeiro/RJ. 1987.
- SAWAIA, Bader Burihan. **Morar em favela: a arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 46-50, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia.** In: BIE No 25, Editora Vértice, Rio de Janeiro, 1988.
- SILVA, José Gomes da. **Ocupação e invasão.** Mimeo. Agosto de 1990.
- SILVA, Ana Amélia da. **Cidade, leis e direitos: (re)pensando a cidadania.** Trabalho apresentado no XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, Caxambu/MG. 1991.

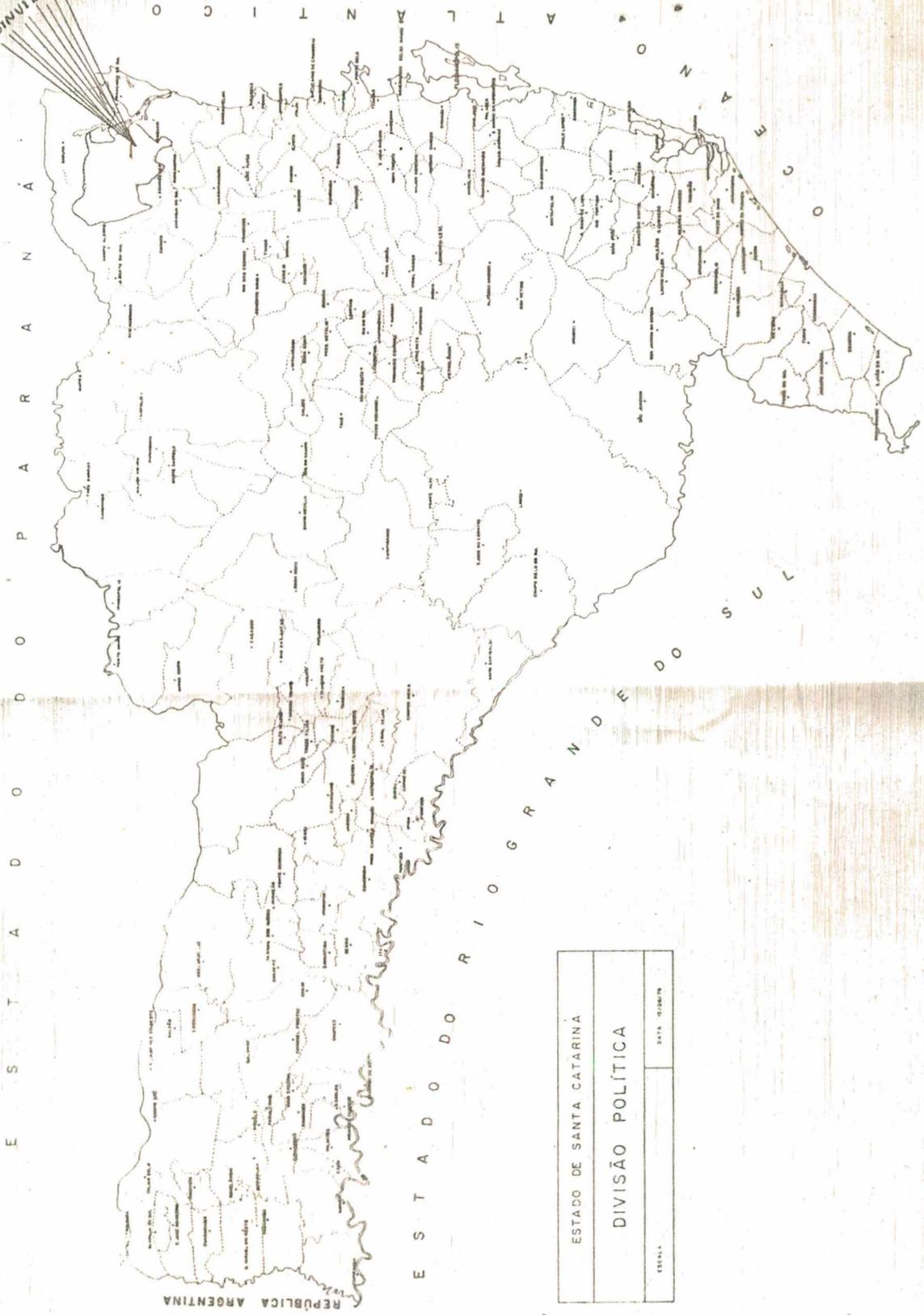
- SIMÕES, Luzinete. **El modelo de producción capitalista y la fractura en relaciones sociales: elementos teóricos para una reflexión sobre la enfermedad mental en Bahia/Brasil.** Tese de doutorado apresentada à UNAM, México. 1989.
- SMOLKA, Martim O. & VAINER, Carlos B. **Brasil - Planejamento urbano em tempos de cólera.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, Caxambu/MG. 1990.
- SMOLKA, Martim O. **Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: "dinâmica imobiliária" e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro.** In: Revista Brasileira de Estudos da População 9(1): 3-21, Campinas/SP. 1992.
- SOUZA, L. A. **O processo de ocupação das áreas de mangue em Joinville: agentes, estratégias e conflitos.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, Florianópolis/SC. 1991.
- TAUBE, Ma José de M. **De migrantes a favelados: um estudo de um processo migratório.** 2 vols., Editora da UNICAMP, Campinas/SP. 1986.
- TELLES, Vera Silva. **A pobreza como condição de vida - família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 37-45, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica.** Editora Meyer, Joinville/SC, 1981.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** Editora Pólis, São Paulo/SP. 1985.
- TROYANO, Annez Andraus et alli. **Condições de vida e pobreza - elementos para uma discussão metodológica.** In: Revista São Paulo em Perspectiva 4(2): 32-36, São Paulo/SP. Abril/junho de 1990.
- VAINER, Carlos B. **Da mobilização para o trabalho à política social - uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população.** In: Cadernos PUR/UFRJ, vol. 3, no 1, Rio de Janeiro/RJ. Jan./abr. 1989.
- VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** 2ª ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. **A propósito da urbanização de favelas.** In: Espaço e debates - Revista de estudos regionais e urbanos no 2, ano 1, São Paulo/SP. Maio de 1981.

- _____ (org.). **Habitação em questão**. 2ª ed. Editora Zahar, Rio de Janeiro/RJ. 1981.
- _____. & FIGUEIREDO, Ademir. **Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente**. In: BIB nº 11, pp. 38-78, Editora Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro/RJ. 1981.
- VALLE, E. & QUEIROZ, José J. (orgs.). **A cultura do povo**. 4ª ed. Editora Cortez, São Paulo/SP. 1988.
- VIANNA, Ma Lúcia W. **Desproteção: outra face da pobreza**. In: Revista Presença nº 18, Rio de Janeiro/RJ. Junho de 1992.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6ª ed. Editora Pioneira, São Paulo, 1989.
- WEFFORT, Francisco C. **Notas sobre o desenvolvimento político no Brasil**. Fundação UNESP, mimeo. Outubro de 1988.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Editora Brasiliense, São Paulo/SP. 1985.
- _____ (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3ª ed. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro/RJ. 1990.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

- Jornal "A Notícia" - 09/03/82, 09/03/87, 09/03/88, 09/03/89,
14/04/89, 04/03/90, 11/03/92, 15/05/93,
22/05/93, 14/06/93, 10/07/93.
- Jornal "Diário Catarinense" - 09/03/87, 09/03/88, 09/03/89,
14/05/89, 09/03/90, 11/05/91,
07/06/91.
- Revista "Veja" - Suplemento de circulação no Estado de Santa Catarina, 13/03/91.

JOINVILLE



E S T A D O D O P A R A N Á

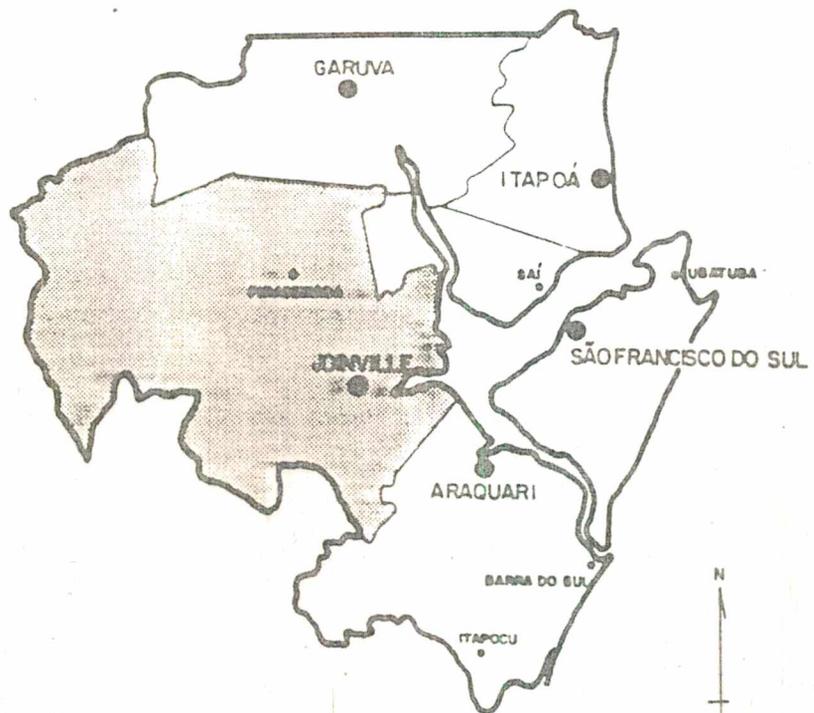
E S T A D O D O R I O G R A N D E D O S U L

REPUBLICA ARGENTINA

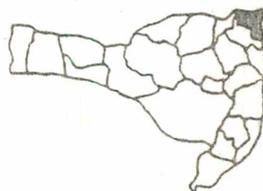
ESTADO DE SANTA CATARINA	
DIVISÃO POLÍTICA	
ESCALA	DATA: 1950/10/10

MAPA II

MICRORREGIÃO DO NORDESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA



POSIÇÃO GEOGRÁFICA

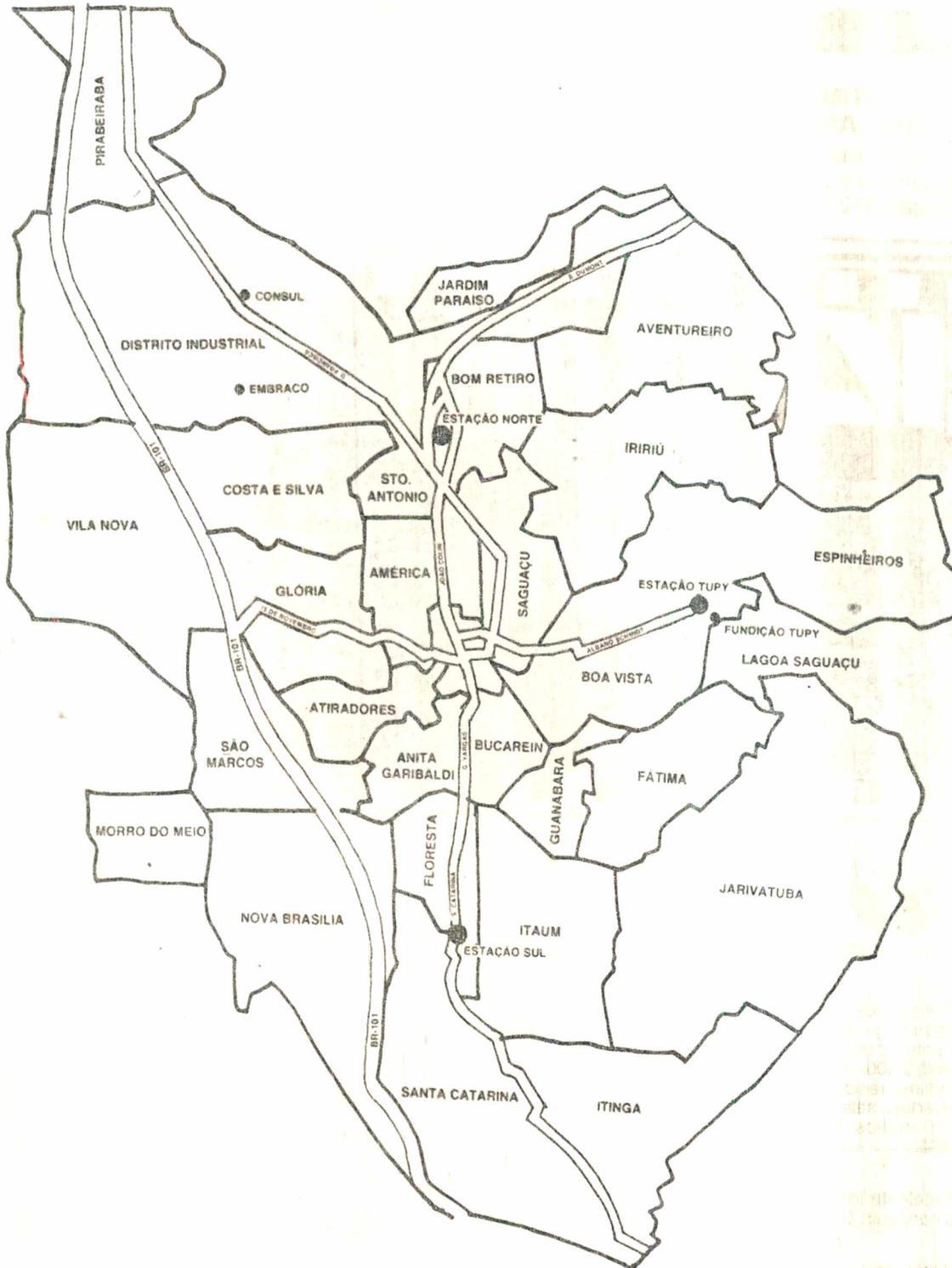


LEGENDA

- MUNICÍPIO
- DISTRITO

JOINVILLE-DIVISÃO DOS BAIRROS

MAPA III



Questionário no.....

Data/...../.....

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do entrevistado

1.2 Nome do responsável pela família.....

1.3 Endereço

Rua

Lote.....Quadra.....

1.4 Local de origem.....

1.5 Ocupação no local de origem.....

1.6 Motivos da migração

1.7 Tempo de residência em Joinville..... no mangue

1.8 Número de pessoas que compõe a família.....

1.9 Caracterização dos componentes da família (vide tabela)

2 - HABITAÇÃO

2.1 LOTE () ocupação espontânea

() indicação pela PMJ

2.1.1 Aquisição do lote () compra

() troca

2.1.2 Situação de documentação do lote () possui termo de ocupação do lote

() possui termo de ocupação de lote em nome de terceiros

() não possui termo de ocupação de lote

2.1.3 Condição do lote () lote totalmente aterrado

() lote parcialmente aterrado

() lote sem aterro

3.2 O que é uma pessoa saudável

.....
.....

3.3 O que é necessário para se ter saúde

.....
.....

3.4 Tabela II

3.5 Se apresentarem problemas de saúde, atribuem isso a que ...

.....
.....

3.6 Utilizam remédios caseiros, quais

.....
.....

3.7 Método anticoncepcional utilizado.....

.....

3.8 Conhecem o trabalho da fábrica de saúde

Opinião das atividades desenvolvidas lá

.....
.....

3.9 Conhecem o trabalho da Pastoral de Saúde..... Participam.....

Opinião das atividades desenvolvidas lá

.....
.....

4 - PROCESSO DE OCUPAÇÃO

4.1 Como foram morar no mangue
.....
.....

4.2 Processo de ocupação (medos,ameaças,dificuldades,facilidades) /
.....
.....

4.3 Situação inicial de moradia
.....
.....

5 - RELACIONAMENTO PMJ/MORADOR

5.1 Quando e porque a PMJ começou a se interessar pela situação
de vocês
.....
.....

5.2 Procuraram a PMJ ()sim ()não

5.3 Reivindicaram algo junto a esse órgão ()sim ()não

Em caso afirmativo, descrever
.....
.....

5.4 Conhece o Projeto Mangues ()sim ()não

5.5 Opinião acerca do Projeto Mangues
.....
.....

5.6 O Projeto afeta o seu dia a dia ()sim ()não

Em caso afirmativo, como e porque

.....

.....

5.7 Têm acesso aos funcionários do Projeto ()sim ()não

Como é esse relacionamento

.....

.....

.....

5.8 Solicitam ajuda ao projeto Mangues ()sim ()não

Em caso afirmativo, são atendidos, o que solicitam

.....

.....

5.9 Situação em relação a posse do terreno frente a PMJ

.....

.....

6.0 O lote terá que ser pago ()sim ()não

Em caso afirmativo, o que acham dessa cobrança.....

.....

.....

.....

6.1 Conhece algum trabalho comunitário na vila ()sim ()não

Participam

.....

Tabela I

elemento	pai	mãe	filho	filha			
idade							
sexo							
escolar.							
ocupação							
carteira assinada							
local de trabalho							
renda							
outra: ativ. tipo							
renda							

Tabela II

elemento	pai	mãe	filho	filha		
tipo de doença						
serviço util. p/tratamento						
aquisição de medicamentos						
cobertura previd.						
tipo de seguro						